

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE - ÁREAS DAS CIÊNCIAS  
HUMANAS E BIOLÓGICAS E DIREITO

AMANDA CARINA LEAL E SILVA

Joinville – SC

2017

AMANDA CARINA LEAL E SILVA

AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE - ÁREAS DAS CIÊNCIAS  
HUMANAS E BIOLÓGICAS E DIREITO

Dissertação de Mestrado apresentada  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Educação, na  
Universidade da Região de Joinville –  
UNIVILLE. Orientadora: Professora  
Doutora Nelma Baldin.

Joinville - SC

2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Silva, Amanda Carina Leal e

S586a            Ambientalização curricular na Universidade: áreas das ciências humanas e biológicas e direito/ Amanda Carina Leal e Silva; orientadora Dra. Nelma Baldin. – Joinville: UNIVILLE, 2017.

150 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville)

1. Universidades e faculdades – Currículos. 2. Educação ambiental. I. Baldin, Nelma (orient.). II. Título.

CDD 378.199

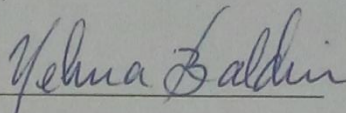
**Termo de Aprovação**

**“Ambientalização Curricular na Universidade – Áreas das Ciências Humanas e Biológicas e Direito”**

por

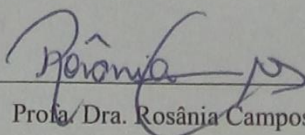
Amanda Carina Leal e Silva

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Educação.



Prof. Dra. Nelma Baldin

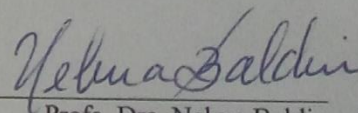
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Rosânia Campos

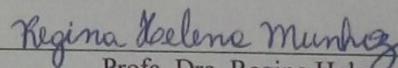
Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação

**Banca Examinadora:**



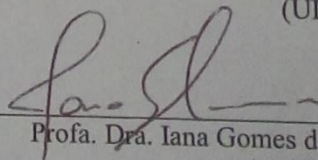
Prof. Dra. Nelma Baldin

Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Regina Helena Munhoz

(UDESC)



Prof. Dra. Iana Gomes de Lima

(UNIVILLE)

Joinville, 22 de agosto de 2017

## Dedicatória

Aos meus pais que me ensinaram, desde pequena, a ter um olhar sensível com o meio e todos os seres vivos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo que conspirou a meu favor e me possibilitou chegar até aqui cercada por pessoas especiais;

Aos meus pais pela minha vida, minha mãe - exemplo de docente, sempre me ensinando a questionar o sistema – e meu pai - também professor, minha inspiração, sempre me ensinando a afetividade no ambiente escolar;

Aos meus familiares que contribuíram a me tornar o que sou hoje;

Aos amigos que fiz no mestrado;

Aos meus amados alunos;

Às professoras do mestrado - que possibilitaram a minha reconstrução enquanto pessoa, professora e acadêmica -, em especial à minha orientadora Dra. Nelma Baldin, que tanto me ensinou pacientemente e que possibilitou que eu concluísse este estudo;

À Grande Guerreira e Mestre Adriane Schroeder *in memoriam* (nossa eterna Paola Bracho), que nos mostrou a importância da ludicidade na ação pedagógica e nos foi exemplo de perseverança.

À UNIVILLE por ter permitido a execução da pesquisa e aos professores e administrativos que auxiliaram com as respostas;

Por fim, ao Dr. Jaison Vieira da Maia, que tanto acreditou em mim e me incentivou a entrar nesta jornada permitindo que eu realizasse um sonho que até então me parecia tão distante.

Para que serve a Utopia?  
A utopia está lá no horizonte.  
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.  
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.  
Para que serve a utopia?  
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Pai me ensina a olhar!

Eduardo Galeano - O Livro dos Abraços.

## RESUMO

A pesquisa intitulada “Ambientalização Curricular na Universidade – Área das Ciências Humanas e Biológicas e Direito” consistiu em identificar o processo de ambientalização na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, por meio de diagnóstico e ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais, e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável. O trabalho se deu em cinco etapas: a autorização para a execução da pesquisa; a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE e o diagnóstico da documentação produzida nos locais pesquisados; a aplicação dos questionários eletrônicos (*online*) junto aos chefes e vice-chefes dos departamentos, coordenadores de cursos, aos professores e funcionários (secretárias) da Área de Ciências Humanas e Biológicas e do Departamento de Direito da UNIVILLE; a realização de entrevistas com os chefes dos Departamentos; e a análise dos dados referentes às ementas e aos Projetos Políticos dos Cursos, questionários eletrônicos e dados coletados com as entrevistas realizadas. Verificou-se que nos cursos de Licenciaturas e no curso de Direito encontram-se disciplinas com indícios de ambientalização, porém não o suficiente para considerar esses cursos ambientalizados.

**Palavras-chave:** Ambientalização Curricular; Educação Ambiental; Universidade; Licenciaturas; Direito.



## ABSTRACT

The research entitled "Curricular Ambientalization in the University - Area of Human and Biological Sciences and Law" consisted in identifying the process of environmentalization at the Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE through diagnosis and strategic actions for an institutional policy of sustainability, aiming to contribute to an academic, scientific and technological education integrated to the socio-environmental issues, and turning to the constitution of a Educator Sustainable Space. The work was made in five stages: the authorization for the execution of the research; The submission of the project to the UNIVILLE Ethics in Research Committee and the diagnosis of the documentation produced in the researched places; The application of the electronic questionnaires (online) to the heads and vice-heads of the departments, coordinators of courses, professors and employees (secretaries) of the Area of Human and Biological Sciences' Department and the Law's Department of UNIVILLE; Conducting interviews with department heads; And the analysis of the data related to the menus, teaching plans, electronic questionnaires and data collected with the interviews. It was verified that in the courses of degrees and rights they present disciplines with indications of environmentalization, but not enough to consider environmental courses.

**Keywords:** Curricular Ambientalization; University, Environmental Education; Licentiate Degree; Law.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Categorias Intermediárias (iniciais).....	59
Quadro 02 – Categorias finais ( <i>a posteriori</i> ).....	31
Quadro 03 – Disciplinas com indícios de ambientalização.....	72
Quadro 04 – Indícios de Ambientalização Curricular.....	86
Quadro 05 – Respondentes do Questionário.....	89
Quadro 06 - Trechos das falas relacionadas às concepções de EA.....	101

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Funcionários respondentes do questionário <i>online</i> .....	89
Gráfico 02 – Na sua compreensão, o que é Educação Ambiental?.....	90
Gráfico 03 - Grau de importância de Educação Ambiental segundo os participantes .....	90
Gráfico 04 - A instituição promove ou promoveu alguma atividade de EA.....	92
Gráfico 05 - A instituição promove ou promoveu alguma atividade de EA.....	93
Gráfico 06 - O campus da UNIVILLE possui um Plano Diretor/ Plano de Gestão Ambiental ?.....	94
Gráfico 07 - Visão do entrevistado referente ao estímulo da inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação.....	94
Gráfico 08 - Onde ocorrem as discussões sobre o tema na Universidade.....	95
Gráfico 09 - O que o motiva/motivaria a participar ou promover ações voltadas à temática da Educação Ambiental no <i>campus</i> ?.....	97
Gráfico 10 - Você recebe ou recebeu da Instituição capacitação para trabalhar com estas questões relacionadas à Sustentabilidade Socioambiental?.....	98
Gráfico 11 - Quais são as dificuldades que você encontrou/encontra para sua participação nas ações desenvolvidas na temática de Educação Ambiental e Sustentabilidade?.....	100

## LISTA DE SIGLAS

ACES	Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior
CCJ e Cachoeira	Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Cubatão e Cachoeira
CEP	Código de Endereçamento Postal
CHB	Departamentos de Ciências Humanas e Biológicas
COMEST	Comissão Mundial sobre Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EA	Educação Ambiental
EAD	Educação a Distância
FUNC	Fundação Universitária do Norte Catarinense
FUNDAJE	Fundação Joinvilense de Ensino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituto de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MA	Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
MPCS	Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
NPI	Núcleo Pedagógico Integrador
PDCTI	Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação
PPC	Projetos Políticos dos Cursos
PROEN	Pró Reitoria de Ensino
PROLER	Programa Institucional de Incentivo à Leitura
RG	Registro Geral
SC	Santa Catarina
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SS	Sustentabilidade Socioambiental
TCLE	Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas  
UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos.  
UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí  
UNIVILLE Universidade da Região de Joinville  
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>BREVE MEMORIAL.....</b>	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>22</b>
2.1 Ambientalização.....	22
2.2 Educação Socioambiental.....	27
2.3 A universidade, o meio ambiente e a ambientalização.....	38
2.4 A universidade, o direito e as licenciaturas – um olhar para a ambientalização.....	42
2.5 Universidade: “espaço educador sustentável”.....	46
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>50</b>
3.1 As abordagens metodológicas.....	50
3.2 A execução da pesquisa.....	52
3.2.1. <i>Locus</i> da pesquisa.....	52
3.2.2. Os participantes da pesquisa.....	54
3.2.3 Os procedimentos metodológicos.....	54
3.3 As categorias de análise.....	56
3.4 A ambientalização curricular conforme as características da Rede ACES.....	63
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>66</b>
4.1 Caracterização dos participantes.....	66
4.2 Análise dos documentos norteadores (os PPC's).....	67
4.3 Análise das respostas dos questionários e das entrevistas: As categorias de análise segundo os participantes.....	87
4.4 Sustentabilidade Ambiental pautada na conscientização e na preservação do meio ambiente.....	102
4.5 A ambientalização da universidade e a construção de novos comportamentos e valores.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>125</b>
Anexo 1 – Cópia do Termo de Anuência da Pró-Reitoria de Ensino da UNIVILLE – autorizando a execução da pesquisa nos Departamentos da Instituição.....	126

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>128</b>
Apêndice 1 – Cópia da Carta de Apresentação da mestranda aos chefes dos Departamentos envolvidos com a pesquisa.....	129
Apêndice 2 - Modelo da Ficha para anotações das ementas, bibliografias e outras informações e dados coletados nos documentos dos Departamentos.....	131
Apêndice 3 – Modelo do questionário <i>online</i> aplicado na pesquisa.....	133
Apêndice 4 - Modelo do Roteiro de Questões aplicado nas entrevistas aos chefes de departamento.....	137
Apêndice 5 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue aos participantes da pesquisa para assinar (Chefe do Departamento)....	138
Apêndice 6 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - coordenador de curso.....	141
Apêndice 7 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Professor.....	144
Apêndice 8 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Secretária.....	147
Apêndice 9 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Vice-Chefe de Departamento.....	150

## BREVE MEMORIAL

Segui os passos de meus pais e optei pela docência e em março de 2012 coleei grau no curso de licenciatura em História da UNIVILLE. Mas até chegar a esta etapa, passei por diversos momentos e esses momentos me tornaram o que sou.

Durante os quatro anos de faculdade tive a oportunidade de estagiar em diferentes lugares. Meu primeiro estágio foi no setor de apoio ao estudante da UNIVILLE (2009), onde ajudava a organizar os arquivos dos bolsistas e no setor de atendimento. No ano seguinte (2010), trabalhei informalmente auxiliando a arqueóloga Maria Cristina Alves catalogando material recolhido do sítio histórico Praia Grande.

Em dezembro, fui chamada para estagiar em uma unidade da Fundação Cultural de Joinville, e escolhi o Museu de Artes (2010/2012). Durante o estágio no museu, vivenciei na prática aquilo que discutíamos na academia, por exemplo, sobre a exposição, conservação e armazenamento de uma fonte histórica, nesse caso de uma obra de arte. Foi nesse estágio que tive meu primeiro contato com diversos grupos, em especial os escolares e comecei a perceber que cada grupo que vinha, estabelecia uma interação diferente e que eu tinha que adaptar meu discurso da monitoria para atraí-los. Duarte Júnior (1994, p.58) afirma “na maioria dos diálogos que mantemos, a realidade está assegurada, ao menos de forma implícita: falamos num mesmo idioma e de coisas conhecidas, que compõe a nossa realidade”. Portanto, cada vez que vinha um grupo diferente, havia uma troca de conhecimentos e “quanto mais palavras conheço, quanto mais conceitos posso articular, maior é meu mundo, maior é o alcance e amplitude de minha consciência” (DUARTE JÚNIOR, 1994, p. 23).

Nesse período, conheci a Pinacoteca de São Paulo, lugar indescritível, onde fiz o curso "Representações da História do Brasil nas Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes". Aprendi como analisar um quadro histórico e perceber as intencionalidades do artista ao registrar determinada cena, e entender a pronúncia do mundo do artista. Se “sozinho ninguém constrói uma nova realidade” (DUARTE JÚNIOR, 1994, p.58), juntos, através da arte poderemos vir a

ter novas ideias, pois, “só se pode chegar às ideias por meio de ideias”, modificando os diversos mundos envolvidos.

Foram quase dois anos de estágio no museu e nesse mesmo período conciliei outro trabalho, no Laboratório de História Oral da UNIVILLE e Memorial da UNIVILLE (2010/2012). No Memorial, ajudava catalogar o acervo fotográfico e atendia os consulentes. Já no Laboratório de História Oral conheci a oralidade como fonte histórica, fiz diversas transcrições e catalogações de entrevistas. “A pronúncia do mundo é um ato público” (STRECK, 2005, p.16) e através das entrevistas, conheci fragmentos de mundos que me permitiram ter um diálogo entre sujeito, teoria e ampliação da realidade.

Com o término da faculdade, surgiu a oportunidade de trabalhar (2013) num instituto de Pós-graduação na parte administrativa. O instituto oferecia cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversas regiões do Brasil. Minha função dentro da empresa era organizar as aulas e dar suporte aos professores. Ao observar o modo de funcionamento da empresa, surgiu à inquietação sobre o modo como o currículo era construído, percebia que eram respeitadas as diretrizes do MEC, porém sempre que possível enxugavam os gastos. Tive nesse período uma “dor de ideia terrível” (ALVES, 1999, p. 112) que me serviu “para pôr luz no escuro. Quando a luz se acende o medo se vai” (ALVES, 1999, p.116). Foi neste momento que tive a certeza que precisava continuar estudando para compreender a lógica do mercado educacional. Como diz Paulo Freire (1981, *apud* Streck, 2005, p.16) “nenhum sistema opressivo se manteria de pé se os oprimidos comesçassem a fazer a simples pergunta: “Por que”“? ””.

Em abril de 2014 fui chamada no concurso da Prefeitura Municipal de Joinville para assumir a vaga de professora de história na Escola Municipal Elizabeth Von Dreifuss, e no mesmo período abriram as inscrições para o ingresso de alunos especiais em disciplinas do Mestrado em Educação da UNIVILLE. Com o intuito de tentar amenizar a minha inquietação e compreender o sistema educacional me inscrevi na disciplina de Teorias da Educação I como aluna ouvinte. Quando terminou o primeiro semestre a inquietação tornou-se ainda maior, pois a professora Dra. Nelma Baldin que ministrou a disciplina, nos apresentou os percursos e desdobramentos da educação. Em todos os conteúdos apresentados tentava relacionar com as atividades desenvolvidas na escola em que trabalho.



Essa experiência de um ambiente rico em discussões pedagógicas, aliada a minha vivência docente, foi uma provocação, e decidi me inscrever na disciplina Teorias da Educação II, com a professora Dra. Raquel Venera que nos mostrou as diferentes correntes da educação, cada uma com seus objetivos. A fala de Bourdieu e Passeron (1975 *apud* Silva, 2005, p. 36) foi uma quebra de tudo que eu ouvira até então, pois mostrava que as classes dominadas teriam que adquirir na escola uma educação que as classes dominantes tinham em casa. Portanto, seria responsabilidade da escola possibilitar aos alunos o acesso ao capital cultural da classe hegemônica.

Em 2015 adentrei no Mestrado em Educação, na linha de Políticas Públicas, e então pude ampliar ainda mais minha realidade/verdade. Fui inserida num mundo até então desconhecido, o da pesquisa. Conhecendo alguns teóricos, estudando sobre as intencionalidades dos governos do passado e do presente, pesquisando sobre o impacto das ações humanas no Planeta Terra, ampliando minha sensibilidade para com o outro, pude compreender a relevância do nosso papel social enquanto educadora e pesquisadora.

Ao repensar o meu papel social, repensei também as minhas ações enquanto professora pesquisadora e humana. Concluí que minhas ações muitas vezes conflitavam com discursos que incorporei dos meus referenciais teóricos. Precisava reinventar-me ainda mais, acabei optando por um novo modo de vida a partir da transformação da minha percepção em relação às questões ambientais.

Já não era mais possível consumir carne ou outros bens de consumo ignorando o impacto ambiental desse ato. Já não é possível estar em sala de aula e abordar apenas os aspectos econômicos sem relacionar com as questões ambientais. Já não é mais possível viver ignorando nosso modo de vida tão custoso ao planeta. Essa pesquisa, esse estudo, esse mestrado não apenas resultou em dados e um curso acadêmico, mas, também, resultou num novo ser humano.

## INTRODUÇÃO

Os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Este é o processo da Educação Ambiental. Fica assegurado, na Lei nº 9.795/1999 (através de alianças entre setor público e privado), que todos têm direito à Educação Ambiental (EA) e, para garantir o acesso, as instituições educativas são fundamentais na disseminação desses novos valores. A mesma Lei determina, ainda, que a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, porém, não como matéria específica.

Mas, ao buscar-se a garantia da efetividade da Lei, esbarra-se “na carência de profissionais capacitados para desenvolver projetos de pesquisa e intervenção, bem como nas condições de preparar a sociedade para a construção de políticas públicas voltadas para a defesa do meio ambiente” (PELICIONI, CASTRO, PHILIPPI, 2014, p. 791).

Outra Lei criada para garantir que a Educação Ambiental seja ensinada nas instituições é a Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012, em seu artigo 1º, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a “serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Ensino Superior” (BRASIL, 2012, p.02). E a mesma Lei, no seu artigo 7º (p.03), determina que a Educação Ambiental esteja presente, “de forma articulada, nos níveis e modalidades de Educação Básica e Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos”. A Lei também afirma que os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação (BRASIL, 2012, p.03).

Com o intuito de solucionar as fragilidades encontradas nas universidades na tentativa de por em prática a lei, pensa-se no processo de ambientalização curricular que, segundo Guerra e Figueiredo (2014, p.111),

é a inserção de conhecimentos, de critérios e de valores sociais, éticos, estéticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de educar para a sustentabilidade socioambiental. Portanto, os Projetos Pedagógicos e os planos de ensino dos cursos deveriam conter conceitos e instrumentos curriculares que

além de conteúdos que deixassem os estudantes compreenderem a relação entre a atividade humana e o ambiente, de maneira a integrar o fator ambiental em sua futura atividade profissional.

O processo de ambientalização curricular foi implantado nas instituições de ensino superior como resposta às recomendações de diversos eventos mundiais sobre sustentabilidade socioambiental para suprir as carências de conhecimento, intervir e garantir que os temas socioambientais sejam abordados em seus conteúdos e práticas. Sem esse processo de ambientalização, a formação no ensino superior se dá via disciplinas optativas e/ou isoladas de Educação Ambiental, atraindo somente grupos específicos. Porém, a Educação Ambiental pode ir além do âmbito curricular, assumindo-se enquanto ação política para refletir em melhorias efetivas na comunidade acadêmica e na sociedade civil.

Há necessidade do desenvolvimento de uma compreensão

integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; do estímulo e fortalecimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; do incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; do fomento e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia, bem como da cidadania, da autodeterminação dos povos e da solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (PELICIONI, CASTRO, PHILLIPI, 2014, p.795)

Pesquisadores têm produzido sobre a questão da “ambientalização na universidade”, tais como o Guerra (2014), Baldin, Heidemann e Galli (2016), Figueiredo (2014), Ruscheisky, (2014). Neste sentido, a academia torna-se objeto de seu próprio estudo passando a ser um espaço legítimo para que os debates ocorram e, ao mesmo tempo, contribui e incorpora as novas reflexões sobre os temas ambientais. Consequentemente, dá-se oferta a uma formação acadêmica mais responsável e ética como a sociedade necessita. Portanto, há uma necessidade de se voltar um olhar mais profundo para os cursos de licenciatura, pois futuros professores precisam estar preparados para inserir as questões ambientais no campo de seu trabalho de modo que sua prática permita que os discentes incorporem os valores necessários para viver em coletividade.

As problemáticas da formação docente, a falta de articulação entre políticas e formação, e o desinteresse dos sistemas de ensino são decorrentes dos jogos de interesses. Há muitas disputas por poder e dinheiro envolvidas em todas as esferas sociais brasileiras que garantem a funcionalidade do sistema. O exercício de mudar o modo/conteúdo de ensino e estimular as pessoas a questionarem e lutarem por uma sociedade mais justa se torna um ato revolucionário, isto é, um ato revolucionário a favor da vida, que desconstrói a visão antropocêntrica, que coloca o ser humano no centro de tudo em relação às demais espécies vivas. Promove uma mudança que visa o respeito, a sensibilidade, o desenvolvimento da estética, a qualidade de vida de todos e todas, educação igualitária enquanto qualidade, mas que respeite e aborde a diversidade.

Entendendo seu papel-chave na sociedade local e preocupada com a crise ambiental e civilizatória, a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) localizada na região nordeste catarinense, na cidade de Joinville, a mais populosa do Estado de Santa Catarina, encontra, por meio desse estudo, uma reflexão sobre a possibilidade da implantação do processo de ambientalização curricular e institucional para atuar na formação não só dos seus discentes, mas visando torná-los cidadãos críticos e socialmente justos.

Com o intuito de fortalecer a construção do processo de ambientalização e se enquadrar nas regras do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para manter a instituição credenciada enquanto Universidade, faz-se importante a análise desse processo. Isto, fundamentando a identificação das ações institucionais em relação à sua política ambiental e ao currículo que refletirá na sociedade local.

Na prática, com o presente estudo pondera-se que a UNIVILLE representa para o município de Joinville uma expressiva força acadêmica. Nesse sentido, apresenta as áreas de atuação: socioeconômica, saúde, engenharias, ciências humanas e biológicas e direito. Este estudo, particularmente, trata da análise do processo de ambientalização curricular das áreas das ciências humanas, biológicas e jurídicas - direito.

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é identificar o processo de ambientalização na UNIVILLE por meio de diagnóstico de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação

acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais, e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável.

Como objetivos específicos, levantou-se: Realizar um diagnóstico nos documentos curriculares dos cursos de graduação do *campus* da UNIVILLE (zona industrial); Identificar políticas ambientais da universidade reconhecendo se essas políticas estão expressas nas ementas das disciplinas dos cursos estudados; Estudar as estratégias, ações e práticas sustentáveis desenvolvidas na universidade e representadas nos cursos estudados.

Quanto às questões de pesquisa, essas estão delineadas:

- A universidade oferece aos discentes uma Educação Ambiental com perspectiva crítica emancipatória?
- Há interesse por parte dos docentes em incluir a Educação Ambiental no currículo?
- As políticas ambientais da instituição são implantadas com um trabalho de conscientização da comunidade acadêmica?

Este estudo está assim organizado: o primeiro capítulo, a introdução, é onde se discute sobre a importância e a relação entre Educação Ambiental e ambientalização curricular na universidade, e onde estão expostos os objetivos geral e específico do estudo.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico do estudo, e o que se chama de revisão da literatura, onde está uma reflexão sobre a ambientalização, Educação Ambiental e a universidade ambientalização.

No terceiro capítulo está exposta a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. E as questões específicas da Educação Ambiental na universidade e suas perspectivas, mais as interpretações e reflexões das percepções dos (as) profissionais que participaram da pesquisa compõem o quarto capítulo. E por fim, as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Ambientalização

Os atos de degradação ambiental ocorridos entre as décadas 1950 e 1960 resultaram nos primeiros questionamentos ao modelo de desenvolvimento capitalista. Na década seguinte, eclodiu no mundo, “um conjunto de manifestações incluindo a liberação feminina, a revolução estudantil de maio de 1968 na França e o endurecimento das condições políticas na América Latina” (MEDINA, 1997, p.258). Esses acontecimentos possibilitaram, nas décadas de 1990 e 2000, a implementação do modelo neoliberal no Brasil, que se fortalecia no mundo e visava o “maior lucro possível no menor espaço de tempo, e com pretexto de industrialização acelerada, apropriava-se cada vez mais violentamente dos recursos naturais” (MEDINA, 1997, p.258). O paradigma positivista da ciência e sua racionalidade instrumental aliado à consolidação do neoliberalismo e sua ética antropocêntrica já não conseguia dar respostas e resolver os problemas sociais e ambientais que então se desenvolviam.

Na educação, os questionamentos ao “ensino tradicional e às teorias tecnicistas que visavam à formação de indivíduos eficientes e eficazes para o mundo do trabalho” (MEDINA, 1997, p. 257) resultaram em novos movimentos educacionais. Um desses movimentos eclodiu após a Conferência de Estocolmo realizada em 1972. A partir daí, a “Educação Ambiental passou a ser considerada como espaço pedagógico, adquirindo relevância e vigência internacionais” (MEDINA, 1997, p.258).

Após discussões sobre o tema, a Educação Ambiental (EA) passou a adquirir novos significados. Dias (1992) afirma que a Educação Ambiental é uma importante ferramenta para a conquista de um meio equilibrado onde o ser humano tenha consciência de que precisa trabalhar de maneira sustentável, sem agredir e prejudicar o meio ambiente. Reigota (2010) explicita que a EA deve estar inserida em todas as fases da formação dos cidadãos, desde a educação infantil até os cursos de pós-graduação.

Guerra e Figueiredo (2014, p. 110) afirmam que

ao considerarmos o papel central do ensino superior nas universidades, na facilitação da construção do conhecimento e suas inúmeras funções e responsabilidades frente a uma sociedade mais justa, igualitária e ética, torna-se indiscutível sua importância na inserção da dimensão ambiental em suas diversas frentes de atuação (ensino, pesquisa, extensão e gestão).

Sabendo do papel fundamental que as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem, inicia-se, no Brasil, uma discussão referente à ambientalização no ensino superior que, na década 1980, resultou na organização, em Brasília, do “I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente” (BALDIN, HEIDEMANN, GALLI, 2016, p.53). Porém, foi a partir dos anos 1990 que as IES “definitivamente se engajaram na discussão do desenvolvimento sustentável, avançando além das iniciativas isoladas de controle ambiental e de busca de eficiência energética, até então praticados em algumas universidades” (RUSCHEINSKY *et al*, 2014, p. 17).

Com o intuito de discutir sobre a temática da ambientalização curricular e “elaborar metodologias de análises para avaliar o grau de ambientalização dos Estudos Superiores na América Latina e Europa” (JUNYENT; GELI; ARBAT, 2003, *apud*, GUERRA; FIGUEIREDO, 2014, p.113), pesquisadores formam em 2002 a Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (ACES).

Esse projeto, pioneiro no âmbito intercultural e interdisciplinar, envolveu onze universidades: seis europeias e cinco latino-americanas. Do Brasil participaram pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro (UNESP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (RUSCHEINSKY *et al*, 2014, p. 17).

Apesar das discussões, os pesquisadores não chegaram num único conceito sobre Ambientação Curricular e sim a quatro conceitos. Dentro as quais destaca-se:

ambientalização curricular é um processo contínuo de produção cultural voltado à formação de profissionais comprometidos com a completa busca das melhores relações possíveis entre a sociedade e a natureza, atendendo aos valores da justiça, da solidariedade e da equidade, aplicando os princípios éticos universalmente reconhecidos e o respeito às diversidades (JUNYENT; GELI; ARBAT, 2003, *apud*, GUERRA; FIGUEIREDO, 2014, p.113).



Mesmo com as definições distintas, pode-se observar o que Carvalho e Silva (2014, p.134) denominam de acordo temático. O acordo propõe 10 características, todos de relevância igualitária ou características de ambientalização curricular que serviram de guia para os estudos realizados nas universidades membros da rede. Guerra e Figueiredo (2014, p.114) representam as seguintes características em formato de diagrama para desconstruir uma possível compreensão de hierarquia:

- Adequação metodológica
- Espaços de reflexão e participação democrática
- Compromisso com a transformação das relações Sociedade-Natureza
- Complexidade
- Ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade
- Contextualização: Local-Global-Local/ Global-Local-Global
- Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento
- Considerar os aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos
- Coerência e reconstrução entre teoria e prática
- Orientação prospectiva de cenários alternativos (que se respeitem as gerações futuras)

As características constituem a valorização da diversidade como elemento que integra, ao mesmo tempo, as semelhanças e as diferenças entre as instituições participantes. Nesse sentido, as IES adaptaram esse diagrama à sua própria realidade, adicionando novas características ou suprimindo-as ao realizar esta movimentação na maioria dos casos, incluindo as características em outros âmbitos (GUERRA, FIGUEREDO, 2014, p.114).

No Brasil, o tema da ambientalização é retomado por Kitzmann (2007, p.554) defende a noção de que ambientalizar o ensino significa inserir a dimensão socioambiental onde ela não existe ou está tratada de forma inadequada. Faz-se necessária uma mudança estrutural, administrativa e curricular das IES. Mas as mudanças devem estar também articuladas com atores externos como docentes, discentes, professores da Educação Básica e pesquisadores, todos voltados para o “aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos na universidade com a integração e a melhoria do ensino da Educação Básica” (GUERRA, FIGUEIREDO, 2014, p.115). Neste sentido, o Plano Nacional de Educação prevê, para o ensino superior, a



“inserção da sustentabilidade socioambiental na gestão, na organização curricular, na formação de professores, nos materiais didáticos e no fomento da cidadania” (RUSCHEINSKY, 2014, p. 99). Deste modo, a ambientalização ajuda a promover um questionamento constante e aberto sobre os conhecimentos e suas produções, tendo em vista o favorecimento da formação integral dos estudantes em seus diferentes níveis escolares (KITZMANN, ASMUS, 2012).

Como defendem Sorrentino e Biasoli (2014, p.40),

os desafios são muitos, eles vão da pedagogia à política pública, da sala de aula aos objetivos institucionais, das políticas de ensino às políticas de governo, dos debates sobre ciência e política ao papel do movimento ambientalista e do chamado desenvolvimento sustentável.

Guerra e Figueiredo (2014) defendem que pela razão do processo não ocorrer somente na esfera curricular, mas nas diferentes instâncias do processo educativo (pesquisa, extensão, gestão ambiental e administração), requer, assim, a ampliação do conceito de ambientalização curricular para ambientalização do campus universitário.

Sorrentino e Biasoli (2014, p. 41) afirmam que para uma IES desenvolver a ambientalização em seu *campus*, deverá considerar o primeiro eixo transversal propiciador da ambientalização.

que é o do diálogo sobre utopias e valores; o segundo eixo transversal para a construção dessa ambientalização das instituições é metodológico, podendo adotar como ponto de partida a sugestão da Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e os quatro aprendizados essenciais ao futuro profissional do estudante-cidadão de todas as áreas e regiões: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a estar junto e aprender a ser.

Ao incorporar de fato uma Educação Ambiental, e instituir a ambientalização na instituição, certamente no processo haverá conflito com os “princípios capitalistas que hoje dominam a ideologia que funda essa instituição [...]. Essa dificuldade de a universidade assumir este comprometimento com a EA reflete-se na ambientalização dos currículos dos cursos de graduação” (BALDIN, HEIDEMANN, GALLI, 2016, p.53) e nas demais esferas da universidade.

O primeiro procedimento para essa caminhada de ambientalização das instituições é criar um coletivo de profissionais que nelas atuam e de colaboradores interessados.

Em seguida, vem o desafio de elaborar um programa de Educação Ambiental e sustentabilidade. Tal programa deve desdobrar-se em políticas no campo do ensino, da pesquisa, da gestão e da extensão e em projetos e planos de metas específicos para cada uma dessas áreas (SORRENTINO, BIASOLI, 2014 p.42).

Para avaliar a inserção e os avanços da sustentabilidade na IES, podem-se utilizar as ferramentas defendidas por Shriberg (2002):

- Identificar e capturar importantes questões nas áreas social, econômica e ambiental;
- ser calculáveis e comparáveis, o que facilita o monitoramento e progresso das metas para a sustentabilidade;
- avançar para além da ecoeficiência, pois, sendo a sustentabilidade transcende o nível tecnológico e abrange políticas e atitudes de atores da sociedade;
- mensurar processos e motivações, pois, sendo a sustentabilidade um processo e não um destino, as ferramentas devem ser desenvolvidas no auxílio aos processos decisórios;
- ser compreensíveis às partes interessadas sem comprometer a precisão e a complexidade necessária em determinados casos.

A sociedade espera que a universidade lidere o caminho da incorporação da sustentabilidade devido ao serviço prestado ao fortalecimento da sociedade por meio da produção de conhecimento e construção de valores. Do ponto de vista pedagógico, não se consolida o processo de construção do conhecimento por aquilo que é somente transmitido. Igualmente importante é o verificado por meio de vivências que transformam o desafio de educar em um ato mais vivo e próximo da realidade em que os envolvidos estão inseridos. Os estudantes, ao aprenderem, vivenciarem e experimentarem poderão contribuir positivamente com as comunidades locais, nacionais e globais.

## 2.2 Educação Socioambiental

Desde os povos ágrafos que a espécie humana busca dominar os elementos da natureza, e nesta busca pela dominação “desenvolveram formas de ocupar o solo, caçar e domesticar animais, determinando o desenvolvimento de comportamentos e os padrões culturais que ainda estão presentes nas sociedades contemporâneas” (SCHWANKE, CADEI, 2013 p.56). Mas foi na modernidade que se consolidou o “modo de produção, sociabilidade, da representação simbólica do mundo, transformando diferentes contextos físicos e sociais” (ZIONI, 2014, p.38). As promessas de que a modernidade encaminharia a humanidade para a felicidade, liberdade e abundância não foram cumpridas, pelo contrário, tiveram efeitos perversos de desigualdade, violações dos direitos humanos, guerras, destruição da natureza e crise ecológica.

Os 20% mais ricos consomem 82,4% das riquezas da Terra, enquanto os 20% mais pobres têm que se contentar com apenas 1,6%. As três pessoas mais ricas do mundo possuem ativos superiores a toda riqueza dos 48 países mais pobres, nos quais vivem 600 milhões de pessoas. E mais: 257 pessoas sozinhas acumulam mais riqueza que 2,8 bilhões de pessoas o que equivale a 45% da humanidade. Atualmente 1% dos estados-unidenses ganha o correspondente à renda de 99% da população. Hoje há cada vez menos países ricos: em seu lugar entraram os grupos sumamente opulentos que se enriqueceram especulando, saqueando o dinheiro público, as pensões dos operários e devastando globalmente a natureza (...). As estratégias dos poderosos é salvar o sistema financeiro e não salvar nossa civilização e garantir a vitalidade da Terra. (BOFF, 2014, p.18)

A partir de 1950 que o homem começou a sentir os efeitos da degradação ambiental e a se manifestar diante as consequências. Em 1962, Rachel Carson lançou a obra *Primavera Silenciosa*, alertando sobre agrotóxicos e seus impactos sobre os seres vivos. Em 1972, aconteceu a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia). Sete anos após, o cientista James Lovelock lançou ao mundo a informação de que o planeta se comporta como um organismo vivo. Na década de 1990, importantes decisões foram tomadas em relação ao meio ambiente: em 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio/92) e a elaboração da Agenda 21

e a criação do termo “desenvolvimento sustentável”. Cinco anos após, alguns países assinam o protocolo de Kyoto se comprometendo a reduzir as emissões de gás carbono. Em 1998 foi assinado o Manifesto do Clube de Roma alertando sobre os limites do crescimento e a criação da Comissão Mundial sobre Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST) pela UNESCO (MEDINA, 1997).

Pensava-se, então, numa educação específica para a natureza, pensava-se na Educação Ambiental. Dentre os inúmeros eventos ocorridos, ao longo do tempo, firmou-se a Educação Ambiental. Então, pensou-se no seu conceito. O conceito de Educação Ambiental foi discutido, inventado e reinventado. Segundo Cadei e Schwanke (2013, p. 59),

o primeiro conceito foi criado em 1970 como processo de reconhecimento de valores e entendimento de conceitos voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e à apreciação das inter-relações entre o homem, a sua cultura e o seu entorno biofísico. Em 1975 na Carta de Belgrado, é o processo com a finalidade de formar uma população mundial consciente, preocupada com o ambiente e com seus problemas e que possua conhecimentos, competências, estado de espírito, motivações e comprometimento que permitam o trabalho individual e coletivo. Na Conferência de Tbilisi (1977), a Educação Ambiental se torna a prática de educação voltada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por meio de um enfoque interdisciplinar e da participação ativa e responsável individual e coletiva. Em 1996 no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o processo de formação e informação voltado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. E na Política Nacional de Educação Ambiental (1999), são os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Oliveira e Pelicione (2014, p.977) afirmam que apresenta certa fragilidade a definição da Lei Federal n.9795/1999 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e determina que todos tivessem direito à Educação Ambiental, componente essencial e permanente da educação nacional, que deve ser exercida de forma “articulada em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo esta de responsabilidade do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Educacional, dos meios de comunicação, do Poder Público e da sociedade geral” (BRASIL, 1999 apud PELICIONI, PHILIPPI, 2014, p.6). Essa fragilidade se

apresenta, segundo os autores citados, ao enfatizar “apenas a conservação do meio ambiente e ao não abordar aspectos relacionados ao caráter político da Educação Ambiental (EA) e de seu potencial transformador de sujeitos e realidades”. A Educação Ambiental, portanto, surgiu nesse contexto. Inicialmente, como um alerta sobre as

consequências da exploração desenfreada dos recursos naturais e sobre as ameaças à continuidade dos ecossistemas. Ao longo de sua construção, reuniram adeptos, estudiosos, pesquisadores, sendo atualmente uma prática transdisciplinar formativa, crítica, reflexiva, política e emancipatória que convida a todos – cidadãos, comunidades, entidades, organizações públicas e privadas e espaços formativos – a assumirem suas responsabilidades ambientais e sociais (SCHWANKE, CADEI, 2013, p. 56).

Em vista disto, conforme Reigota (2010, p.63), a Educação Ambiental é uma

educação política, visa à participação do cidadão na busca de alternativas e soluções aos graves problemas ambientais locais, regionais e globais. O aspecto político da Educação Ambiental envolve o campo da autonomia, da cidadania e da justiça social, cujas metas não podem ser conquistadas em um futuro distante, mas devem ser construídas no cotidiano das relações efetivas, educacionais e sociais. Quando afirmamos e definimos a Educação Ambiental como educação política, estamos dizendo que o que deve ser considerado, prioritariamente, na Educação Ambiental, é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade, tendo em vista superar os mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos.

Essa educação política e crítica deve gerar a práxis, e a Educação Ambiental ao formar para a cidadania ativa e igualitária, “vai preparar homens e mulheres para exigir direitos e cumprir deveres, para a participação social e para a representatividade, de modo a contribuir e influenciar a formulação de políticas públicas e a construção de uma cultura de democracia” (PELICIONI, PHILLIPI, 2014, p.7).

Na sociedade em geral prevaleceu, por muito tempo, a visão fragmentada do meio ambiente, aquela visão que “enfatizava apenas seus aspectos físicos naturais e/ou ecológicos, o que se refletia nos programas de Educação Ambiental” (OLIVEIRA, PELICIONE, 2014, p.978). Porém, atualmente a Educação Ambiental, ampliou a visão que até então era fragmentada e passou a “utilizar subsídios da

Ecologia e de diferentes áreas, como a Geografia, a História, a Psicologia, a Sociologia, entre outras, mas tem como base a educação e a Pedagogia na identificação dos métodos de trabalho” (PELICIONI, PHILIPPI, 2014, p.4).

“A EA deve ser um processo contínuo de construção da cidadania, possibilitando aos indivíduos e à coletividade consciente atuar na busca de soluções para problemas que afetam a todos.” (OLIVEIRA, PELICIONE, 2014, p.978). Para Sauv  (2003), a EA visa   reconstru o de rela o es entre as pessoas, o grupo social e o meio ambiente, o que inclui: a natureza a ser respeitada; os recursos naturais a serem compartilhados; um sistema de rela o es para a tomada de decis o es adequadas; a biosfera como um todo, na qual se possa viver por muito tempo ainda; e, principalmente, nosso ambiente habitual a ser ordenado.

De acordo com a Comissão Interministerial reunida no Rio de Janeiro em 1972 para preparar a Conferência das Na o es Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Educa o Ambiental se caracteriza por incorporar as dimens o es socioeconômicas, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplica o universal, devendo considerar as condi o es e estágio de cada país, região e comunidade sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educa o Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a independência entre os “diversos elementos que conformam o ambiente com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfa o material e espiritual da sociedade no presente e no futuro” (DIAS, 1992 *apud* GIL, 2014, p.628).

Pelicioni e Philippi (2014, p.3) afirmam que o objetivo da Educa o Ambiental   formar e preparar “cidadão para reflexão crítica e para uma a o social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos, pois   impossível mudar a realidade sem conhecê-la objetivamente”. Preparando cidadãos críticos, haverá questionamentos ao sistema imposto, perceberão que situa o es até então impostas como verdades absolutas foram criadas para manter uma ordem que beneficia a uma pequena parcela da popula o mundial. Questionando o sistema que inseriu na popula o capitalista a ideia que para ser feliz   preciso comprar e, assim mudar a postura diante ao mercado. Estas a o es que podem advir da Educa o Ambiental podem provocar uma mudança da realidade.

As propostas de Educa o Ambiental pretendem aproximar

a realidade ambiental das pessoas, conseguir que elas passem a perceber o ambiente como algo próximo e importante nas suas vidas; é verificar, ainda, que cada um tem um importante papel a cumprir na preservação e transformação do ambiente em que vivem. Levá-las a compreender que o futuro, como construção coletiva, depende de decisões políticas e econômicas que sejam definidas hoje, e que interferirão nas possibilidades de definição de novos modelos de desenvolvimento, capazes de conciliar a justiça e o equilíbrio ecológico, que permitem manter a base do rico substrato natural e cultural dos países, melhorando efetivamente a qualidade de vida da população (MEDINA, 2000, p. 979).

Na opinião do embaixador João Clemente Baena Soares, ex-secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA),

a EA teve início de modo empírico para atender à tensão e à pressão do momento. O ritmo alucinante da tragédia ambiental da modernidade não lhe deu o tempo necessário à maturação e decantação dos currículos. As ações desenvolvidas tinham, então, o objetivo de corrigir danos concretos e urgentes. Não se trata apenas de entender e atuar sobre a problemática ecológica e na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas como ocorreu, historicamente, até a década de 1970. Trata-se, isso sim, de estabelecer relação de causa e efeito dos processos de degradação com dinâmica dos sistemas sociais (PELICIONI, PHILIPPI, 2014, p. 4).

Já no ano de 1977 durante a Conferência de Tbilisi (Geórgia, ex-URSS), mostrou-se a necessidade da abordagem interdisciplinar para o conhecimento e para Pelicioni e Philippi (2014, p.5) instaura-se aí a “compreensão das questões ambientais por parte da sociedade como um todo”. Durante a década de 1980 começou-se a desvincular o conceito da Educação Ambiental do ecologia que até então eram confundidos. O processo político começou a ser questionado não só em relação à Educação Ambiental, mas também em todas as esferas da sociedade. Os brasileiros reivindicavam a democratização.

Segundo Guimarães (2000, p.21), podem ser delineadas duas grandes linhas de propostas para a Educação Ambiental:

uma vinculada aos interesses populares de emancipação, de igualdade social e melhor qualidade de vida que se reflete em melhor qualidade social e melhor qualidade de vida que se reflete em melhor qualidade ambiental, e outra que assume prioritariamente os interesses do capital, da lógica do mercado, defendida por grupos dominantes. E é neste momento de estruturação de uma nova ordem mundial em um contexto neoliberalizante, que se faz fundamental qualificar a Educação Ambiental demonstrando se ela aponta para



uma proposta popular emancipatória ou se é compatível com um projeto que reforça a exclusão social.

O modelo neoliberal tem causado grande impacto ambiental, e as classes sociais são afetadas de maneiras diferentes. A população mais pobre pode causar menos impacto ambiental, devido à falta de acesso aos bens de consumo, porém sofre mais os efeitos pela falta de água, energia, alimentação, segurança entre outros. “A redução das desigualdades sociais é primordial para se atingir plenamente a sustentabilidade em todas as suas dimensões; isso poderá ocorrer com a modificação da distribuição de renda no país” (PELICIONI, PHILIPPI, 2014, p.08).

Lieber e Lieber (2014, p.767) trabalham com quatro possíveis conceitos de sustentabilidade: o primeiro afirma que o “desenvolvimento sustentável pode ser entendido como desenvolvimento contínuo voltado para a inovação e livre mercado”, portanto o livre mercado desenvolverá ações que promovem a preservação ambiental; o segundo conceito defende a ideia de “desenvolvimento como dependente da ordem mundial e dos modelos de produção”, esse modelo geraria imensos impactos ambientais; o terceiro modelo defende o “desenvolvimento alternativo [...] A sustentabilidade estaria ligada não ao aumento da autonomia e do uso de recursos regionais, [...] mas sim a as relações sociais, fomentando uma clara distinção entre necessidades e desejos” e o quarto e último proposto para sustentabilidade “desenvolvimento autônomo ou indígena [...], defende a forma de vida coletiva de subsistência e o caráter tradicional das práticas e do conhecimento, mantendo a manutenção da vida e da exploração tradicional dos territórios”.

As três primeiras lógicas de sustentabilidade estão interligadas ao sistema de consumo e exploração, um mais profundamente do que outros. Resultando no surgimento de um ideal de modelo para o desenvolvimento sustentável mantendo a lógica do sistema capitalista. Portanto o processo de produção ou de um produto pode ser

feito dentro de critérios de sustentabilidade, o que, na maioria dos casos, não corresponde a verdade. Geralmente entende-se a sustentabilidade de uma empresa se ela consegue se manter e ainda crescer, sem analisar os custos sociais e ambientais que ela causa (BOFF, 2014, p.36).



Após pressão mundial em cima dos governos e empresas, alguns acordos surgiram, como o acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global assinado por diversos países no ano de 1992, pois é necessário que as comunidades planejem e instituem alternativas às políticas vigentes.

Dentre essas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a Educação Ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida (BRASILIA, 2015, p.17).

A partir das discussões, algumas empresas assumiram sua responsabilidade social, pois a

produção não deveria apenas beneficiar os acionistas, mas toda a sociedade, especialmente aqueles estratos socialmente mais penalizados. Mas não basta a responsabilidade social, pois a sociedade não pode ser pensada sem a sua interface com a natureza, da qual é um subsistema e de cujos recursos às empresas vivem. Daí se introduziu a responsabilidade socioambiental, com programas que têm o objetivo diminuir a pressão que a atividade produtiva e industrialista faz sobre a natureza e sobre a Terra como um todo. As inovações tecnológicas e ecoamigáveis ajudaram neste propósito, mas sem, entretanto, mudar o rumo do crescimento e do desenvolvimento que implica a dominação da natureza. Não é possível um impacto zero, pois toda geração de energia cobra custo ambiental (BOFF, 2014, p.39).

Esse mesmo tratado (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global) cita 16 princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que deverão gerar mudanças na qualidade de vida, maior consciência das pessoas e harmonia entre as espécies vivas tentando amenizar os impactos causados pela exploração humana. Entre esses princípios se destaca que a

educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores; a Educação Ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e

a construção da sociedade; a Educação Ambiental é individual e coletiva, tem como propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica, é um ato político; a Educação Ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas; a Educação Ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (BRASÍLIA, 2015, p. 17).

Os países assinantes do tratado se comprometeram com o plano de ação proposto em 22 itens no qual se destaca o item 19 que oferece a mobilização das “instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em Educação Ambiental e a criação em cada universidade de centros interdisciplinares para o meio ambiente” (BRASÍLIA, 2015, p.20).

Cientes da real necessidade em estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais e por compreender que a profissão do professor exige estar sempre estudando e se atualizando e “para que sua prática atenda de forma coerente e integrada às necessidades de ensino e às mudanças sociais” (MENDONÇA, 2007, p.46), o Ministério de Educação introduziu a Educação Ambiental no ambiente escolar a partir das Políticas de Formação Continuada de professores/as, no ano de 1996. “Desde a institucionalização da Educação Ambiental no Ministério da Educação, foram implementados três grandes programas de formação continuada dos profissionais da educação” (MENDONÇA, 2007, p.47).

O Ministério da Educação trabalha com o

conceito de EA como um processo educativo que dialoga com valores éticos e regras políticas de convívio social, cuja compreensão permeia as relações de causas e efeitos dos elementos socioambientais numa determinada época, para garantir o equilíbrio vital dos seres vivos (MENDONÇA, 2007, p.47).

Com o intuito de mapear a presença da Educação Ambiental nas escolas e seus padrões e tendência, iniciou-se em 2005, um projeto de pesquisa denominado “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?” (COSSÍO, LOUREIRO, 2007, p.58). Verificou-se que a Educação Ambiental no Brasil é

desenvolvida por meio de projetos, disciplinas especiais e inserção da temática nas disciplinas.

O projeto identificou significativo aumento da Educação Ambiental nas escolas brasileiras, porém a pesquisa destaca a necessidade de aprimorar consolidando prioridades estratégicas adotadas nas políticas públicas focalizadas na escola, dentre as quais se destacam:

Dedicar especial atenção ao processo de formação de educadores ambientais; ampliar e fomentar o envolvimento de professores, direção, funcionários e alunos em espaços de participação, como forma de se construir democraticamente as práticas ambientais escolares e favorecer a relação escola-comunidade; garantir a participação dos profissionais do ensino fundamental em eventos como forma de se construir democraticamente as práticas ambientais escolares e favorecer a relação escola-comunidade; abrir ampla discussão nacional sobre a política educacional, principalmente no que se refere à organização curricular e ao fortalecimento do ensino público autônomo e democrático problematizando e definindo o que se deseja com a transversalização e com a interdisciplinaridade na Educação Ambiental, seus limites e possibilidades no contexto educacional brasileiro (LOUREIRO, COSSÍO, 2007, p.63).

Loureiro (2007, p.66) afirma que o campo da Educação Ambiental foi constituído com “diversas visões de mundo em diálogo e disputa, e nossa identidade se definiu mais pela negação ao estilo de vida urbano-industrial e aos valores culturais individualistas e consumistas do que por pontos comuns na proposição de alternativas”. Devido às diferentes abordagens que a Educação Ambiental possui, destaca-se a Educação Ambiental crítica com o intuito de unificar o referencial escolar no desenvolvimento das atividades ambientais, ampliando assim a “compreensão do mundo e o repensar das relações eu-eu, eu-outro, eu-nós no mundo” (LOUREIRO, 2007, p.68). O referido autor cita como um dos desafios para a Educação Ambiental crítica nas escolas brasileiras a serem enfrentados na expansão dos conhecimentos e a percepção do ambiente, a necessidade da

condição de realização humana, contudo no processo educativo isso se vincula a contextos específicos, a organizações sociais historicamente formadas. Assim, a questão não é somente conhecer para se ter consciência de algo, mas conhecer inserido no mundo para que se tenha consciência crítica do conjunto de relações que condicionam certas práticas culturais e, nesse movimento, superamo-nos e às próprias condições inicialmente configuradas (LOUREIRO, 2007, p. 69).

O processo educativo será responsável em problematizar a realidade do educando, os valores e atitudes que permitam uma leitura de mundo que resultará na transformação desse mundo. E, ao transformar o mundo, reconhecê-lo como um mundo vulnerável e em constante renovação.

No ano de 2011 em Joinville, a então gestão administrativa lançou o projeto “Viva Cidade” com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com o intuito de “desenvolver ações para enfrentar os maiores problemas ambientais de Joinville” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2011, p.05) e planejamento em longo prazo.

A ideia é traçar objetivos de intervenções e melhorias em várias áreas, para que o município assuma compromissos independentemente da administração, planejando suas ações e captando recursos com mais facilidade. Todo esse processo não se limita ao poder público. Os planejamentos do **Viva Cidade** são feitos com participação popular em audiências públicas onde a sociedade debate e decide suas prioridades para o presente futuro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2011, p.06)

Para que a população possa se sentir pertencente e contribuir com o processo, a prefeitura destaca a necessidade da criação de “estratégias do Viva Cidade é o Plano de Educação Ambiental (PEA)” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2011, p.06). O Plano de Educação Ambiental de Joinville é uma ferramenta que visa orientar quem queira ser “um multiplicador do conhecimento, para que promovam ações de conscientização dos cidadãos pela melhoria da qualidade de vida” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2011, p.06).

A publicação “Qualidade ambiental em Joinville: Sua ação faz diferença”, que divulga o projeto “Viva Cidade” é dividida em seis partes. A primeira parte é a “Apresentação” do projeto, a segunda, “Muito prazer, Joinville” onde apresenta características da cidade, a terceira “Cinco grandes desafios”, onde apresenta os seguintes desafios: 01 Controle de Inundações, 02 Água e Esgoto, 03 Tratamento e Destinação do Lixo, 04 Preservação Ambiental e 05 Educação Ambiental e Mobilização Popular. Na quarta parte “Projeto Ambiental – Como fazer”, ensina como fazer um projeto de Educação Ambiental para quem queira produzir e disseminar na sociedade, a quinta parte apresenta “Conexões possíveis” e a última parte traz “saiba mais”.

O poder público tem mais chance de ser bem sucedido nessa empreitada se contar com a participação da sociedade em todas as etapas do planejamento: das discussões sobre prioridades, critérios e definições de obras e cronogramas à gestão do sistema, passando pelo trabalho constante de manutenção dos serviços prestados e cobrança das ações previstas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2011, p.06)

Outra questão que o projeto visava por em prática, é a criação de um Banco de Dados com

informações sobre pessoas, instituições sobre pessoas, instituições e projetos em diferentes áreas ligadas à educação, conservação e sustentabilidade. Este banco proporcionará condições para a troca de informações entre experiências em curso e experiências bem-sucedidas que já tenham sido concluídas, que podem tornar-se referência para a elaboração de ações semelhantes em outras condições socioambientais (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2011, p.21).

Esse banco de dados pretendia auxiliar dando visibilidade sobre o que ocorre, ocorreu ou está em planejamento no sistema de ensino formal e não formal.

O projeto “Viva cidade”, que visava ser consolidado como programa do município não fora colocado em prática pelo governo que assumiu posteriormente, portanto não foi regulamentado por decreto, descumprindo com o “papel catalizador entre as esferas públicas e privada, não unindo o poder constituído, empresas e sociedade organizada no sentido da mobilização para a preservação do meio ambiente, cumprindo o compromisso com as futuras gerações” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2011, p.01) que a implementação do projeto visava.

Para que a sociedade seja ambientalizada num todo, os projetos ambientais devem ser desenvolvidos pelas esferas públicas ou privados, e quando um determinado grupo político, empresarial, educacional ou da sociedade em geral não prioriza seu desenvolvimento sinaliza para a população que tal questão não possui relevância. A universidade necessita de parceiros para consolidar na sociedade uma mentalidade ambientalizadora.

### 2.3 A Universidade, o Meio ambiente e a Ambientalização.

Durante a idade média, a Igreja católica deteve o poder sobre a educação, inicialmente destinada ao baixo e alto clero. Porém, no final do século XI surge em Bolonha (Itália) após o fortalecimento das companhias de ofícios, o desenvolvimento das cidades, e uma instituição que seria considerada a primeira universidade. Apesar de não possuir as mesmas características da universidade atual em relação ao ensino e titulação, a universidade de então era o espaço para os poucos que podiam pagar pelos estudos. Possuíam matérias universais, as quais abordavam um pouco de cada área do saber, tais como artes, filosofia e aritmética.

As universidades mais parecidas com as características atuais com cursos de formação voltada para o mercado de trabalho surgiram apenas no século XIII. Nesse período, as universidades tornaram-se palco de disputa de poder entre o papa e os príncipes.

No Brasil, surgiram as primeiras instituições de ensino após a vinda da família real para o Brasil em 1808 devido aos ataques de Bonaparte a Portugal. Ao instalarem-se nas terras brasileiras, D. João anunciou reformas, incluindo a criação de cursos de graduação. Porém

apesar de já haver cursos de ensino superior oferecidos por escolas de ensino superior, desde 1808, a universidade surgiu somente em 1920, com a criação da universidade do Rio de Janeiro [...]. Nesse mesmo período, universidades de Bolonha, Oxford, Santo Domingo, Córdoba e Harvard já contemplavam vários centenários de existência [...]. Quase 700 anos (Bolonha), 686 anos (Oxford), 372 anos (Santo Domingos), 297 anos (Córdoba- Argentina) e 274 anos (Harvard) (ROSA, p.26).

Enquanto o Brasil recebia as primeiras reformas urbanas, a revolução industrial já ocorria nas nações potências europeias e isto muito se deu devido à ascensão econômica da burguesia.

Com o advento da Primeira Revolução Industrial, a espécie humana estimulou o progresso ilimitado à custa de grande exploração da natureza e das nações mais pobres gerando a desigualdade, pobreza e miséria. As buscas desenfreadas pelo lucro criam o modelo de desenvolvimento econômico de caráter predatório. Nesse período, acreditava-se que o planeta possuía recursos naturais infinitos, diferente de

hoje, que já se sabe que os solos, águas e ar estão cada vez mais contaminados e a espécie humana convive com as doenças decorrentes desse estilo de vida.

Faz-se necessária uma mudança de visão e, conseqüentemente, de mentalidade. A natureza não pode mais ser vista apenas como nossa fonte de matéria-prima e sim como um todo do qual fazemos parte. A partir da ideia de que pertencemos à natureza, precisamos criar um modo de vida sustentável que interrompa a agressão à Mãe Terra. Boff (2014, p.14) define sustentabilidade como:

o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades do presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

Desperta a consciência de que a espécie humana corre perigo de existência e que necessitamos modificar nossa interação com o meio ambiente, e para que isso ocorra é preciso que “os Estados cooperem em um espírito de parceria global para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade dos ecossistemas terrestres” (BOFF, 2014, p. 35).

Silva e Nascimento buscam na lei nº6938/1981(2013, p.166) o conceito de meio ambiente que nos traz

que o meio ambiente é o conjunto de condições, leis e influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Salienta-se dessa forma, que tal conceito não se limita ao ambiente da humanidade, mas sim a toda forma de vida. Portanto, o conceito de meio ambiente deve ser abrangente, para abarcar tanto o meio ambiente natural como o artificial. Nesse âmbito, considera-se como artificial aquele construído pelo homem, como edifícios, ruas praças, entre outros. Nele, insere-se o meio ambiente cultural, composto pelo patrimônio histórico, paisagístico, artístico e arqueológico, o qual tem um valor especial de preservação. Por fim, o meio ambiente natural, é aquele que engloba as condições naturalmente constituídas pelo solo, pela água, pelo ar, pela flora, pela relação dos seres vivos e seu meio.

Para conter o problema ambiental é preciso uma “resposta integral que vai muito além da gestão sustentável dos recursos naturais e do controle da poluição. Requer uma nova ordem econômica internacional, uma redistribuição de recursos, uma revisão profunda das dívidas externas” (LUZZI, 2014, p.459). Essa nova ordem



mundial deve contemplar a todos com uma melhor condição de vida, uma educação pública gratuita de qualidade, acesso à água potável, moradia digna, direito à saúde, ao trabalho, à cultura.

Portanto, para efetivar as ações públicas em relação aos processos referentes à Educação Ambiental, o Estado conta com o apoio das organizações da sociedade civil, em especial as redes de ensino. Essa parceria fortalece o caráter político que possui a Educação Ambiental nas relações com a sociedade civil.

Essa é a dimensão política da luta. É pedagógico como reflexo, é pedagógico como consequência e não como fundamentação. É preciso que a educação vá além do pragmatismo, é preciso fazer a unidade dialética contraditória, ou seja, estabelecer uma relação entre leitura da palavra e a leitura do mundo. É preciso fazer leitura do texto e do contexto [...]. Se somos educadores somos políticos. Se somos educadores e, portanto, políticos, temos que ter certeza com relação à nossa opção. Enquanto educadores nosso sonho não é pedagógico, mas, político. As formas de trabalhar, os métodos utilizados nesse trabalho, têm muito pedagógico, mas são eminentemente políticos (PELICIONI, CASTRO, PHILLIP, 2014, p. 793).

Devido à carência de profissionais habilitados que melhor compreendam a dimensão política e social da Educação Ambiental, muitas universidades têm se esforçado para modificar esse cenário via a ambientalização curricular. Entende-se por ambientalização curricular “a inserção de conhecimentos, de critérios e de valores sociais, éticos, estéticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de educar para a sustentabilidade socioambiental” (FIGUEREDO, GUERRA, 2014, p.111).

Para uma universidade ser considerada ambientalizada, ela deve ter 10 características: compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza, complexidade; Ordem disciplinar; contextualização local e global; consideração do sujeito na construção do conhecimento; consideração aos aspectos cognitivos e afetivos das pessoas; coerência e reconstrução entre teoria e prática; orientação de cenários alternativos; adequações metodológicas, espaços de reflexão e participação democrática (FIGUEREDO, GUERRA, 2014, p.113). Essas características foram discutidas e criadas pela Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (ACES), que foi formada em 2002 para apresentar um projeto



comum referente à ambientalização curricular aos países participantes (Espanha e países da América Latina, dentre os quais o Brasil).

Norteadas pelas redes de discussão referentes à ambientalização e orientadas pelas diretrizes do sistema de ensino, fica evidente a tentativa de ampliar o foco que antes se detinha no currículo escolar, pois apenas o currículo não dá conta em formar os cidadãos críticos que a sociedade necessita, ampliando a todas as esferas da universidade.

a ambientalização deve promover um questionamento constante e aberto sobre os conhecimentos e suas produções, tendo em vista o favorecimento da formação integral dos estudantes e seus diferentes níveis escolares. Por essa razão esse processo deve ocorrer na esfera curricular, mas nas diferentes instâncias do processo educativo, requerendo, assim, a ampliação do conceito ambientalização curricular para ambientalização de todo o campus universitário. Portanto, a ambientalização da universidade não é só o currículo, mas a pesquisa, a extensão e a gestão ambiental do campus universitário, como um processo contínuo e dinâmico, que pode auxiliar na transição das instituições de ensino para tornarem-se autênticos “espaços educadores sustentáveis” (FIGUEREDO, GUERRA, 2014, p. 116).

Desta forma, faz-se necessário que aconteça o processo de ambientalização nas universidades para que essas possam contribuir com futuras ações relacionando-se não só ao currículo escolar/acadêmico, mas com todas as esferas do campus universitário. A reestruturação da política e da mentalidade no campus universitário poderá contribuir com a construção de uma sociedade consciente de suas práticas e que tenha como meta a justiça socioambiental.

A universidade surge inicialmente com o intuito de formar um grupo social hegemônico, num segundo momento a universidade começa a formar mão de obra especializada, principalmente nas áreas de medicina e direito. A partir da segunda metade do século XX, muitas universidades começaram a se atentar aos problemas socioambientais e incorporam esta questão aos seus currículos e leis institucionais.

## 2.4 A Universidade, o direito e as licenciaturas – um olhar para a ambientalização

A universidade não é estática, desde o seu surgimento até os dias atuais ela vem se reinventando. Uma das mudanças ocorreu após o surgimento dos cursos de Educação a Distância (EAD), que fora criada entre tantas necessidades, devido à inexistência de cursos presenciais em determinadas regiões e o desinteresse na formação na área de licenciatura. Em outras regiões onde os cursos presenciais estão presentes, a educação à distância tornou-se concorrente. Nota-se essa adaptação ao mercado e realidade atual, uma vez que para obter o diploma de uma universidade é necessário fornecer cursos na área das licenciaturas.

Com a existência da universidade a sociedade obtém a contribuição na formação e especialização dos discentes, no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, no atendimento à comunidade local com os serviços fornecidos. Outra contribuição da universidade ou dos funcionários das universidades desde que engajados e lutem por melhorias de determinadas causas na sociedade, é esse avanço social.

A universidade tem sido responsável pela formação de grande parcela dos docentes brasileiros que se beneficiam dos programas institucionais como as pesquisas e projetos de extensão, de iniciação científica e ou outros programas existentes e que permitem que se reflita sobre o ensino tanto de quem está em formação quanto daqueles que já atuam em sala, mas que podem ter apoio na academia. Apoio no aperfeiçoamento do conhecimento ou até mesmo para auxílio em alguma outra questão pontual. Ao oportunizar a reflexão sobre determinado assunto, há a possibilidade das pessoas incorporarem e disseminarem o conteúdo, e esse é o caso da ambientalização, que, após o contato com a questão na academia, os docentes poderão perpetuar na sociedade o que ressignificaram do aprendizado obtido. Porém, não só as licenciaturas precisam ter acesso a uma universidade ambientalizada, mas todos os demais cursos.

Outra área tão importante nas universidades quanto as licenciaturas, é a área do direito. Essa área possibilita um espaço privilegiado para a reflexão sobre as leis existentes, se elas estão ou não atualizadas de acordo com o modo de vida atual. Comparado a outras áreas do direito, o direito ambiental é um segmento recente e

foi apenas na Constituição de 1988 que o Brasil “inseriu o tema meio ambiente em sua concepção unitária” (MACHADO, 1996, p.45).

A partir daí, criaram-se leis referentes ao meio ambiente e determinou-se que os três planos (federal, estadual e municipal) deveriam legislar sobre o assunto. Machado (1996, p.45) afirma que a Constituição Brasileira “garante o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. Além disso, conceitua o meio ambiente como bem de uso comum do povo e, dessa forma, não pode ser apropriado e é extra comércio”.

Apesar de a discussão sobre o tema ser ainda mais antiga que a de 1988, com a introdução da temática na Constituição, anunciam-se legalmente a preocupação não somente em relação à natureza, mas com o ambiente num todo. Machado (1996, p.91) cita o conceito de Direito ambiental formulada pelo Prof. Tycho Brahe Fernandes Neto como sendo um “conjunto de normas e princípios editados objetivando a manutenção de um perfeito equilíbrio nas relações do homem com o meio ambiente”. Busca-se romper, portanto, com a visão antropocêntrica que distancia o homem da natureza. A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente nº 6.938/1981 em seu artigo nº3, parágrafo 1 conceitua o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Ao inserir o tema ambiental na Constituição, modifica-se a ideia hegemônica que o homem é o beneficiário da natureza e torna-o um responsável pela manutenção de um sistema saudável para todos os seres vivos. A Declaração do Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, em seu artigo 10, afirma que a melhor maneira de “tratar as questões do meio ambiente é assegurando a participação de todos os cidadãos interessados, no nível pertinente [...] e que todos possam ter a possibilidade de participar no processo de tomada de decisões”.

Para que os cidadãos possam ter acesso às informações e possam participar das discussões e elaborações de políticas públicas é preciso, antes de tudo, conhecer o assunto, ter ciência do que ocorre não só ao entorno, mas compreender a lógica do sistema e seus impactos no planeta terra. “O art. 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) proclama o direito de receber informações e opiniões e de divulgá-las, sem limitação de fronteiras” (MACHADO, 1996, p.118). Neste sentido, a Constituição Brasileira também garante “a todos os acessos às

informações sobre as fontes e causas da poluição e da degradação ambiental”. Assim como as pessoas têm o direito garantido por lei em conhecer as causas da degradação ambiental, também deveria ser garantido, na Constituição, o conhecimento das consequências desses atos.

Vivemos na era das comunicações, a todo o momento somos informados de algo. “A informação serve para o processo de educação de cada pessoa e da comunidade. Mas a informação visa, também, dar chance à pessoa informada de tomar posição ou pronunciar-se sobre a matéria informada” (MACHADO, 1996, p.845). A informação ambiental não tem o fim exclusivo de formar a opinião pública, mas tem também a de formar a consciência ambiental.

Os meios mais comuns de acessar o conhecimento são via a publicitária (jornais impressos, digitais, televisivos...) ou a academia. No meio acadêmico, as informações são trabalhadas para que se permita desvelar “os sentidos da realidade, problematizando as interpretações das diferentes forças sociais existentes, pois, ao interpretá-las, essa prática educativa abre um campo de novas possibilidades de compreensão e auto compreensão” (LUZZI, 2014, p.446).

Num mundo com tantas injustiças, desigualdades sociais e insensibilidade humana, a Educação Ambiental será um movimento político dentro das universidades, e objetiva a

transformação da sociedade em busca de um presente e de um futuro melhor. É uma educação para o exercício da cidadania, que se propõe a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades sociais, a formar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam a sua vida cotidiana (LUZZI, 2014, p. 447).

Essa formação permite que os indivíduos investiguem, reflitam e ajam diante os problemas ambientais que afetam a qualidade de vida das pessoas. Ser capaz de perceber nitidamente os problemas existentes, elucidar suas causas e determinar a maneira de resolvê-las permitirá que as pessoas sejam cidadãos ativos conscientes de seus direitos e deveres, cobradoras e formadoras de políticas sociais justas. Visa-se assim mudar a lógica do modelo paternalista onde a sociedade abdica de suas reivindicações e transferem responsabilidades para as classes dominantes.

Essa visão de educação exige mudanças no sistema e nas práticas de formação docente. Serbino *et al* (1998 apud Pelicione *et al*, 2014, p.789), considera necessária

uma nova atitude formadora pautada em cinco eixos e fios condutores do currículo de formação de professores: o técnico e o prático na formação; a integração de saberes; a preparação para a participação social; a atitude teórica crítica e a prospectiva, isto é deve transcender todas as formas de pedagogia ou aprendizagem da limitação ou autolimitação. O educador, tanto quanto a escola, deve buscar produzir em seus alunos transformações em quatro campos interligados, a saber: domínio afetivo; domínio cognitivo; domínio metacognitivo e domínio pessoal. O domínio afetivo estimulará nos educandos atitudes positivas de tolerância, identidade pessoal, superação de frustrações [...] O domínio cognitivo desenvolverá a capacidade de utilizar diferentes estilos, técnicas e estratégias do pensar. Já o domínio metacognitivo entre as possibilidades permitirá que os alunos possam aprender a aprender e se necessário desaprender e o domínio interpessoal leva a aceitação da diferença e da crítica, à capacidade de resolver conflitos.

Apesar de a Educação Ambiental estar garantida por lei que será ensinada, na prática isso dependerá da consciência do docente. Por isso a importância da Educação Ambiental nas universidades especialmente nos cursos de Licenciatura que formam os professores da escola básica. Ao formar professores com uma visão de Educação Ambiental crítica, conseqüentemente haverá reflexos positivos na sociedade.

Assim, também cabe ao profissional licenciado instigar seus educandos a refletirem sobre as problemáticas contemporâneas e seus possíveis impactos no futuro, partindo de seu contexto. A partir do momento que os educandos se apropriam e formulam seu próprio conceito de Educação Ambiental e a forma que se estabelecem no mundo, as discussões passam a ter um significado, e o significado passa a ser ação. Portanto mais importante do que apenas abordar conteúdos em sala, é possibilitar que os discentes criem conexões emocionais com os conteúdos abordados.

Da mesma forma que a sociedade necessita de professores propagadores da EA crítica, precisa-se de todas as profissões trabalhando na mesma linha de pensamento para que possamos conviver numa sociedade saudável. O impacto deste ensino na área jurídica refletirá além da consciência social de cada cidadão, mas também no desenvolvimento e cumprimento das leis.

A ambientalização curricular auxiliará na mudança da visão contrapondo a ordem vigente que impõe para a sociedade que para ser um cidadão de sucesso e feliz, deverá comprar ter, gastar, mostrar, comparar. Tanto as licenciaturas auxiliarão com a formação de gerações mais comprometidas com as questões ambientais quanto os futuros advogados, juízes, defensores públicos e demais profissões que exijam a graduação em Direito auxiliarão na manutenção desta sociedade que visa à justiça socioambiental e não mais o consumo inconsequente.

## 2.5. Universidade: “espaço educador sustentável”

Cada período histórico é caracterizado por determinadas relações sociais e ambientais. Com o advento do período moderno, mais especificamente na segunda fase da Revolução industrial que ocorreu no século XIX, o sistema político/econômico exploratório começou a se solidificar. Novas fontes de energia e máquinas foram criadas e transformaram o cotidiano das pessoas. Para superar as distâncias geográficas, inventaram-se os meios de comunicação como o telégrafo e meios de transporte mais eficientes. A rapidez e a diminuição do custo operacional da produção e entrega facilitou a circulação dos produtos. Em contrapartida, a poluição começou a causar danos para a saúde dos trabalhadores, as precárias condições de higiene facilitaram na proliferação de doenças. Os operários moravam ao lado das fábricas, pois não tinham condições de pagar o deslocamento enquanto a burguesia morava em locais afastados, com casas cercadas de bosques e jardins.

O homem explorava a natureza sem ponderar as consequências, poluía o meio ambiente e alimentava as desigualdades sociais. Ainda hoje esse pensamento predomina, porém as relações dos seres humanos não só entre si, mas também com o todo precisam ser reavaliadas, buscando uma nova ética que vise o desenvolvimento humano ao lado do desenvolvimento ambiental. Para que isso ocorra é importante que as pessoas reconheçam que cada ação gera uma reação sobre o meio e a partir dessa premissa repensar a visão de mundo predominante que busca a “mudança de valores, atitudes e comportamentos individuais e coletivos, além de encontrarmos novos modos de vida e novas formas de convivialidade” (BORGES, 2011, p.5).

Nesse sentido a universidade/escola tem o papel determinante em formar os sujeitos necessários para cada período histórico. E na busca de tornar os espaços educativos preocupados com a questão ambiental surge à ideia de espaços educadores sustentáveis.

Segundo Trajber e Sato (2010, p.71)

espaços educadores sustentáveis são aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, são espaços que contribuem para repensarmos a relação entre os indivíduos e destes com o ambiente. Compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim, mais qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Na atualidade a sociedade necessita de escolas que

se identifiquem com os ideais de sustentabilidade, compreendam a importância de transformar suas atitudes e também seus objetivos de ensino e aprendizagem, tornando-se por fim referência de sustentabilidade para seus alunos e comunidade. As sementes plantadas na escola servem como fonte de inspiração e estímulo para promover a transformação de percepções, posturas e atitudes, e é o que precisamos para construir sociedades sustentáveis (BORGES, 2011, p. 7).

Para que a escola deixe de ser apenas um espaço educador para tornar-se um espaço educador sustentável é preciso alinhar três eixos: currículo, gestão e espaço construído.

O espaço físico de um ambiente escolar deve ser inclusivo, atender as necessidades de cada local, que agregue o ambiente natural, que estimule convivência entre os sujeitos. Para isso,

O projeto precisa prever o aproveitamento da topografia e da luz natural, enfatizar a eficiência energética, favorecer a acessibilidade. Integrando conhecimentos tecnológicos atuais com saberes tradicionalmente adotado, o edifício escolar sustentável busca soluções e materiais construtivos adaptados a cada local e de fácil aceitação pela comunidade. (MOREIRA, 2011, p.18)

Para que a sustentabilidade seja implantada no espaço educativo é necessária uma gestão democrática que seja comprometida com estímulo à disseminação da cultura ambiental e forneça suporte para que isso ocorra. O

regimento interno e o Projeto Político Pedagógico devem ser construídos coletivamente com elementos que garantam a sustentabilidade escolar. O ambiente escolar deve inspirar a “responsabilidade compartilhada pela gestão escolar, a construção coletiva de uma visão de futuro e de forma de implementá-la com base em prioridades eleitas de forma democrática e republicana”. (MOREIRA, 2011, p.20).

Se o espaço sustentável for democrático, há possibilidade de formar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Com Vida, projeto criado pelo Ministério da Educação com o intuito de instituir um espaço onde os sujeitos possam exercitar a cidadania. Para que ocorra a aderência das pessoas ao projeto faz-se necessária estimular a inquietude com o meio e a necessidade de transformação. Uma das possibilidades de estimular a inquietude nos sujeitos é através do currículo escolar e do Projeto Político Pedagógico. A partir da

inserção curricular da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da escola, de forma inter e transdisciplinar, promove a construção do conhecimento com uma postura crítica, ética e transformadora de valores que reorientem atitudes para a construção de sociedades sustentáveis. (MOREIRA, p.21, 2011)

O papel do currículo escolar é garantir a inclusão na educação, o exercício do pensar e agir global e localmente contextualizando a mudança necessária. E para que ocorra a mudança necessária na sociedade todos os sujeitos (gestão, educandos, docentes e comunidade) do espaço escolar precisam estar comprometidos com a causa.

Destaca-se o papel do educador sustentável nesse movimento de mudança. Que é um sujeito sustentável, que se enxerga inserido no meio ambiente e consciente de suas ações e impactos. Esse educador sustentável deve ser um sujeito sensível com os acontecimentos ocorridos ao seu redor e ter iniciativa para buscar mudanças efetivas na sociedade. Além da sensibilidade com o meio, o educador deve ser sensível com seus educandos, compreender o local de fala e possibilitar um novo aprendizado sem ignorar as vivências.

Com o mundo onde as doenças psicossociais deixam cada vez mais pessoas doentes, os educadores sociais sustentáveis devem ter um olhar sensível e saber identificar em seus educandos possíveis males da contemporaneidade, buscando ajudá-los. Ao ser sensível com o outro, o educador sustentável pode ajudá-lo na transformação dos sujeitos, em novos sujeitos sustentáveis.



Assumir-se enquanto educador sustentável é assumir uma posição política crítica ao modelo vigente. É mudar sua postura e tornar-se o modelo sustentável para a comunidade. É apoiar o desenvolvimento e preservação da cultura e diversidade local, regional e nacional.

Para que ocorra a mudança necessária nas escolas e nos sujeitos, faz-se necessária a mudança nas universidades, devido a seu caráter formador e transformador em referência à formação de profissionais que atuam nas escolas. A partir das universidades, entende-se que os docentes poderão agregar um pensamento sustentável crítico para disseminar nas escolas e sociedade.

## METODOLOGIA

### 3.1 As abordagens metodológicas

Estima-se que por volta do final do século XVIII e todo o século XIX profissionais como sociólogos, historiadores e cientistas sociais não estavam satisfeitos com o método vigente das ciências físicas e naturais. Em consequência, buscaram desenvolver um método que os atendesse e recaiu então no método qualitativo que possibilita estudar os fenômenos humanos e sociais. Os fundamentos da abordagem qualitativa e suas correntes davam então

atenção especial ao mundo do sujeito e os significados por ele atribuído às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e as práticas cotidianas que forjam as condutas dos atores sociais (GATTI, ANDRÉ, 2011, p. 30).

Já no século XX, por volta da década de 1960, a abordagem qualitativa passou a incorporar os princípios da fenomenologia, os quais ganharam destaque na área da educação. Num período marcado por movimentos sociais e de lutas por igualdade de direitos, as “abordagens qualitativas procuravam dar a voz a todos os participantes, mesmo os que não detinham poder ou privilégio o que combinava muito bem com as ideias democráticas e com as causas daquele período” (GATTI, ANDRÉ, 2011, p.30).

Portanto,

as pesquisas chamadas qualitativas vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais. Essa modalidade de pesquisa veio com a proposição de ruptura do círculo protetor que separa pesquisador e pesquisado, separação que era garantida por um método rígido e pela clara definição de um objeto, condição em que o pesquisador assume a posição de “cientista”, daquele que sabe e os pesquisados se tornam dados – por seus comportamentos, suas respostas, falas, discursos, narrativas etc. Passa-se a advogar, na nova perspectiva, a não neutralidade, a integração contextual e a

compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais (GATTI, ANDRÉ, 2011, p.31).

No Brasil, a pesquisa qualitativa chega durante a década de 1980, período de transição do regime militar para o democrático. Os pesquisadores produziam estudos em centros de pós-graduação através de dissertações e teses principalmente para “compreender as relações intraescolares e seus contextos, as questões institucionais, as situações de sala de aula e as representações dos atores escolares sob diferentes óticas” (GATTI, ANDRÉ, 2011, p.33).

Segundo Bogdan e Biklen (1982) no livro “A Pesquisa Qualitativa em Educação”, citado por André e Ludke (2012, p.13), para uma pesquisa ser considerada qualitativa deverá apresentar cinco características básicas:

o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Dentro das abordagens qualitativas, a etnográfica pode ser considerada a mais antiga, pois era utilizada por antropólogos ainda na época da colonização europeia nos continentes para explicar as diferenças culturais entre os povos. Porém, pesquisadores de diversas áreas, incluindo de educação (a partir de 1970), se utilizam dessa técnica para melhor compreender o “outro”.

André e Ludke (2012) afirmam que o pesquisador desenvolve sua investigação passando por três etapas: exploração (seleção e definição de problemas, escolha do local onde será feito o estudo e o estabelecimento de contatos para a entrada em campo); decisão (consiste na busca mais sistemática daqueles dados que o pesquisador selecionou como os mais importantes para compreender e interpretar o fenômeno estudado); e descoberta (explicação da realidade na tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas num contexto mais amplo).

Nessa perspectiva, portanto, o estudo foi desenvolvido como uma pesquisa qualitativas. No entanto, neste estudo também se utiliza de técnicas da pesquisa quantitativa. Moraes e Schwanke (2013, p.83) afirmam que a pesquisa quantitativa

“envolve um estudo baseado em dados numéricos que, quantificados e analisados estatisticamente, indicam os resultados para análise”.

Para Minayo (1994, p.22)

a diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, média e estatística. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Assim, partindo do estudo qualitativo, a metodologia se complementa com os dados obtidos com a pesquisa quantitativa que visa garantir a precisão dos dados coletados buscando-se evitar possíveis distorções.

Nessa perspectiva, portanto, o estudo desenvolvido foi uma pesquisa que se fundeou na metodologia qualitativa com uso de técnicas quantitativas.

## 3.2 Execução da Pesquisa

### 3.2.1 *Locus* da Pesquisa:

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, no *campus* Joinville, localizado na Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial Norte, na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Joinville localiza-se na região Sul do País. Sendo composta (a cidade) por 38 bairros, um distrito e duas zonas industriais. Segundo o censo de 2014 a cidade possuía 554.601 habitantes. O município é polo da microrregião nordeste do Estado de Santa Catarina. Joinville é a maior cidade catarinense, e o 3º polo industrial da região Sul.

A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e

farmacêutico. O Produto Interno Bruto de Joinville também é um dos maiores do país, em torno de R\$ 18.299.283.000,00 por ano (IBGE, 2014).

O município possui diversas áreas de preservação como: Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista entre outros. Além das áreas de preservação, Joinville possui o Código Municipal do Meio Ambiente, aprovado em 14 de junho de 1996, pela Lei Complementar nº 29 que regula os direitos e as obrigações em relação à proteção, controle, conservação e recuperação do Meio Ambiente no Município de Joinville, integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

O município também promove Educação Ambiental através de ações e projetos associados às instituições de ensino, entidades e órgãos que visam à conscientização e a sensibilização da população.

O município desenvolveu a Agenda 21 com o compromisso político de promover a melhoria do nível de qualidade de vida das pessoas, por meio do desenvolvimento econômico, mantendo o equilíbrio ambiental da região.

No ano de 1967, criou-se a Fundação Joinvilense de Ensino (FUNDAJE) (Municipal n.º 8.712) com o objetivo de criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os cursos de licenciatura em Geografia, História e Letras. Em 1975, já como Fundação Universitária do Norte Catarinense (FUNC), transfere todos seus cursos para o *campus* universitário do bairro Bom Retiro. No mesmo ano, em dezembro a FUNC passa a denominar-se Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ). Em 14/8/1996 o credenciamento da universidade foi autorizado pelo MEC.

Atualmente a UNIVILLE é composta por *Campus* Joinville, *Campus* São Bento do Sul, Unidade Centro/Joinville e Unidade São Francisco do Sul, atendendo a cerca de 9.000 estudantes. E a instituição oferece cursos desde a educação básica até pós-graduação podendo ser na modalidade presencial e/ou semipresencial.

Na graduação a oferta é de 41 cursos superiores nas áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Biológicas e da Saúde. Na pós-graduação, há 22 cursos *lato sensu* e 06 cursos *stricto sensu*: Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio

Ambiente, Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Mestrado em Educação, Mestrado em Engenharia de Processos e Mestrado Profissional em Design.

Além de atuar no ensino, a UNIVILLE mantém programas e projetos de pesquisa e de extensão. Atualmente existem 99 projetos e 57 grupos de pesquisa, assim como 17 programas e 47 projetos de extensão.

A universidade tem como missão promover formação humanística e profissional de referência para a sociedade atuando em ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

E sua visão é entender-se reconhecida nacionalmente como universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

### 3.2.2. Os participantes da pesquisa

Esta pesquisa é um desmembramento de um projeto maior sobre a Ambientalização coordenado pela professora Nelma Baldin e que envolve todo o *campus* universitário da UNIVILLE. Para viabilizar a pesquisa durante o período estabelecido, foi preciso dividir as áreas do conhecimento enfocadas na instituição. Essas áreas do conhecimento foram designadas aos pesquisadores conforme suas formações acadêmicas e, no caso desta pesquisa, coube às licenciaturas. Participaram desta pesquisa os chefes dos Departamentos envolvidos (as Licenciaturas - Ciências Biológicas, Artes Visuais, História, Pedagogia, Letras Português e Inglês, e o curso de Direito), os professores e as secretárias dos referidos cursos.

### 3.2.3 Os procedimentos metodológicos

Para a execução da pesquisa, procedeu-se o trabalho em cinco etapas.

Na primeira etapa, o projeto foi levado ao conhecimento do Vice-Reitor da UNIVILLE (a Instituição onde foi aplicada a pesquisa), bem como à Pró Reitoria de Ensino para obter-se a autorização para a execução da pesquisa (Anexo 01).

Na segunda etapa, uma vez obtida a autorização da Reitoria para a execução da pesquisa, ocorreu à submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Com a anuência para a aplicação da pesquisa, foram feitos os contatos com as chefias dos Departamentos da área destinada (Apêndice 01). Paralelamente, aconteceu uma fase de diagnóstico da documentação produzida nos locais pesquisados. Essa análise documental aconteceu nos Departamentos de Licenciaturas e Direito, com o intuito de identificar indícios de ambientalização nos Projetos Políticos dos cursos via a leitura das ementas das diferentes Disciplinas (Apêndice 02).

Na terceira etapa, depois de finalizada a etapa de análise documental, iniciou-se a aplicação de um questionário eletrônico (*online*) aos chefes e vice-chefes dos departamentos, coordenadores de cursos, aos professores e funcionários (secretárias) desses Departamentos para que os mesmos respondessem questões referentes às suas percepções ambientais (Apêndice 03).

É importante destacar que somente se deu início ao processo da pesquisa após os participantes terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 05, 06,07,08,09). Com o intuito de avaliar as questões do questionário, foi enviada uma amostragem para as secretárias dos mestrados e para alunos dos respectivos mestrados possuindo uma questão a mais. Esse teste dos questionários (o pré-teste) embora não tenha sido considerado para os dados dos resultados finais, foi interessante e possibilitou a aprovação do questionário final (*online*).

O desenvolvimento do questionário *online* se deu utilizando como base a plataforma da sustentabilidade da Universidade de São Paulo (USP) e alinhado ao questionário também desenvolvido para a Tese de Doutorado do Curso de Doutorado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE da doutoranda Andrea Heidemann (2017 - em andamento).

Como o retorno dos questionários *online* não atendeu ao limite estabelecido como desejável (50% +1 dos participantes), houve uma quarta etapa da pesquisa, onde foi feita uma entrevista com os chefes dos Departamentos (Apêndice 04).

Após a fase de coleta dos dados, realizou-se a quinta etapa, a análise dos dados referentes às ementas, aos questionários eletrônicos e dos dados coletados com as entrevistas realizadas.

Todo o projeto desta pesquisa realizou a tramitação necessária via Plataforma Brasil e sua aplicação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE, sob o Parecer nº 1. 138.317 de 04/07/2015. Desta forma, foram cumpridas todas as determinações previstas na Resolução CNS 466/2012 que trata das questões éticas em pesquisa.

Reafirmando essa questão ética, todo o material produzido durante a realização da pesquisa tais como TCLEs assinados, respostas dos questionários *online*, material produzido com as entrevistas semiestruturadas aplicadas e outros mais serão mantidos em sigilo pela pesquisadora por um período de cinco anos. Após este tempo, serão devidamente incinerados ou enviados para reciclagem.

### 3.3 As categorias de análise

O trabalho da pesquisa foi fundamentado em três categorias de análise estabelecidas *a priori*, quais sejam: Sustentabilidade Socioambiental (SS); Educação Ambiental (EA); Meio Ambiente (MA), e já estabelecidas no projeto mãe que norteia este estudo<sup>1</sup>. Essas categorias foram identificadas com os procedimentos a partir das orientações de Bardin (2011).

Assim, toda a análise das respostas dadas nos questionários *online* e dos dados das entrevistas voltou-se para o encontro da confirmação das categorias de análise definidas para a pesquisa *a priori*.

Para Bardin (2011, p.95), a análise do conteúdo das respostas constitui-se em três polos: “a pré-análise; a exploração do material, e, por fim, o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação”.

---

<sup>1</sup> O projeto mãe que norteia esse estudo, é o projeto “Ambientalização Curricular na Universidade – O diálogo interdisciplinar da Sustentabilidade Socioambiental para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação” coordenada pela professora Dra. Nelma Baldin e que foi aplicado na Univille, em período concomitante ao desta pesquisa (2015-2016).



Na pré-análise, nos documentos que foram escolhidos para serem analisados, possibilitou-se a formulação dos objetivos e foram elaboradas as características que fundamentaram a interpretação final dos dados coletados.

Após o contato inicial com os documentos departamentais e a seleção de quais seriam utilizados na pesquisa, determinou-se os índices (conceito/temas) a serem localizados. Na segunda etapa desse processo, procedeu-se a exploração do material e na aplicação da sistemática produzida na etapa anterior. E na terceira etapa, fez-se à interpretação dos dados embasando-se no referencial teórico e dando sentido à interpretação. Nesse encaminhamento, sempre buscou-se o que se encontra intrínseco nos significados das palavras.

As três categorias de análise já estabelecidas *a priori* para esta pesquisa, portanto, foram assim definidas:

a) Educação Ambiental (EA)

Entende-se por Educação Ambiental (EA) os processos

por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASÍLIA, 2015, p.24).

Nesse encaminhamento, entende-se que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação que visa o desenvolvimento de uma sociedade sustentável via a consciência ambiental. Agindo assim, com atitudes que não comprometam os recursos para as próximas gerações ao suprir em suas próprias necessidades. Também a Educação Ambiental é considerada

um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática. (LAYRARGUES, 2002, 123).

Deste modo, a Educação Ambiental é uma educação que deveria ser destinada para todos e todas independentes da classe social, etnia ou qualquer outra característica. Nota-se aqui que é dever da espécie humana reverter o atual quadro de degradação ambiental.

#### b) Sustentabilidade Socioambiental (SS)

Segundo Schwanke e Cadei (2013, p.57), sustentabilidade propõe a racionalização das ações e a sugestão de estratégias globais para garantir às gerações futuras um ambiente digno para a vida. França e Escott (2013, p. 48) também entendem que a sustentabilidade comporta os “processos destinados a satisfazer, de forma suficiente as necessidades humanas sem sacrificar a competitividade natural dos ecossistemas, de modo a não prometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”.

Sustentabilidade Socioambiental visa à vivência sadia com o meio em que se vive incluindo a sua própria espécie e as demais espécies vivas.

#### c) Meio Ambiente (MA)

A Lei nº 6.938/1981, artigo 3º estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa lei define Meio Ambiente como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas”. “Salienta-se, dessa forma, que tal conceito não se limita ao ambiente da humanidade, mas sim a toda forma de vida. Portanto, o conceito de meio ambiente deve ser abrangente, para abarcar tanto o meio ambiente natural como o artificial” (SILVA, NASCIMENTO, 2013, p.166). O meio ambiente é o local onde as espécies vivas vivem e existem diversos meios ambientes, podem ser florestas tropicais, desertos, cidades industriais, praias e etc.

Ficam assegurados no Art. 225 da Constituição Brasileira de 1988 que todos têm direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Portanto, o dever de salvaguardar o meio ambiental é coletivo (incluindo

o poder público), e todos tem sua parcela de importância, por isso a necessidade da espécie humana em incorporar valores éticos em relação ao meio ambiente.

Uma vez identificadas às categorias *a priori* nos resultados da pesquisa, essas foram fundamentais para que se buscassem as categorias que poderiam ter emergido da pesquisa, ou seja, encontradas *a posteriori* segundo as orientações de Bardin (2011).

O processo de categorização *a posteriori* iniciou-se após a leitura dos dados coletados com as entrevistas feitas com os professores, chefes de departamentos, e funcionários dos departamentos. Destacaram-se expressões chaves que se repetiam e que chamaram a atenção da pesquisadora. Após os destaques, as expressões foram agrupadas de acordo com a familiaridade dos significados com o intuito de formar as categorias *a posteriori*, conforme o Quadro 01.

Quadro 01 – Categorias intermediárias (iniciais)

<b>Categorias iniciais</b>	<b>Conceito Norteador</b>	<b>Categorias Intermediárias</b>
consciência ética, consciência crítica, consciência que o ser humano é parte do meio, responsabilidade, conscientização planetária, conscientização do cidadão, processo de conscientização, compreensão do homem enquanto parte do na, construção de valores, conscientização geral, consciência do que o mundo é nossa casa, consciência ambiental, sustentabilidade consciente, responsabilidade socioambiental, educação responsável, preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, indivíduos preocupados, responsabilidade social, questão ambiental ampla, questões ambientais.	A consciência ambiental com foco no cuidado com a natureza.	A consciência ambiental e o cuidado com a natureza.
Mudança de hábitos e comportamentos, resolver as problemáticas, mudança de paradigma, atual forma de pensar e agir do homem, cada um de nós tem esse papel importante, temos	Educação Ambiental como geradora de novos comportamentos e valores.	Educação Ambiental e mudanças de comportamentos e valores.

<p>que evoluir, transmissão de informação, processo na construção de valores, conhecimentos e hábitos, processo de reflexão e ação, processos atitudes, competências, valores sociais e ambientais, formar indivíduos com a preocupação ambiental, papel importante na vida social e econômica da humanidade, temas transversais, todas as áreas do conhecimento, tema inter e multidisciplinar, diretrizes transversais, matrizes curriculares, cotidiano nas disciplinas, educação sensível e ativa, ações educativas e reflexivas preservação, discutidas nas diversas disciplinas, disciplina abordam o tema, disciplinas ligadas ao MA.</p>		
<p>desenvolvimento sustentável, desafio para as gerações, próximas gerações, sustentabilidade para as gerações futuras, gerações presentes e futuras, consciência do mundo que a gente vai deixar para nossos filhos, princípios que deveria vir de casa, se preocupar com o que vamos deixar para o futuro, proteger o MA, proteger, preservar e restaurar, conservação e preservação do MA,, preservação do MA, busca de soluções, soluções individuais e coletivas, importância de cada cidadão na preservação do MA,, preservação do planeta, preservação do mesmo, conservação ambiental, solução da problemática ambiental, conservação da nossa existência, preservação do planeta, viver em harmonia com o MA, relação saudável entre homem MA,, homem como um ser da natureza, vida em comum, qualidade de vida, elementos básicos da vida, vivemos e compartilhamos dos bens fornecidos pela natureza ou pelo homem, ambiente fornece a condição de vida, necessidades do</p>	<p>Sustentabilidade ambiental como uma alternativa de preservação do meio ambiente para as gerações atuais e futuras.</p>	<p>Sustentabilidade Ambiental e preservação do meio ambiente.</p>

presente, dependemos para viver, respeitar os espaços comuns, uso racional da água, separação do lixo reciclado, aquisição de bens de baixo consumo de energia, mudança de comportamentos uso e desfruto dos bens, orientação dos filhos, zelo pelo mundo, coleta seletiva, esgotamento do planeta		
Universidade, valores da universidade, engenharia ambiental, direito ambiental, alunos de direito, referência na área, projetos e programas, Todos os níveis de escolaridade, professores sem preparo para trabalhar o tema.	A universidade como importante espaço para a Educação Ambiental.	A universidade e a Educação Ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Após a definição das categorias intermediárias compostas das expressões destacadas, fez-se a fusão das categorias definindo-se, então, as categorias finais (Quadro 02).

Quadro 02 – Categorias finais (*a posteriori*).

<b>Categoria Intermediária</b>	<b>Conceito Norteador</b>	<b>Categoria Final</b>
1- A consciência ambiental e o cuidado com a natureza. 2- Sustentabilidade Ambiental e preservação do meio ambiente.	A preservação e a consciência ambiental como garantia da sustentabilidade ambiental.	<i>Sustentabilidade Ambiental pautada na conscientização e na preservação do meio ambiente.</i>
3- Educação Ambiental e mudanças de comportamentos e valores. 4- A universidade e a Educação Ambiental.	A universidade como espaço para a EA com o objetivo de mudar comportamentos e valores	<i>A ambientalização da universidade e a construção de novos comportamentos e valores.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Como já expressado, as leituras do texto de Bardin (2011) possibilitaram orientações quanto aos procedimentos para a identificação das categorias de análise. E a análise da forma como os entrevistados conceituaram as categorias identificadas, deu-se segundo as orientações expressas nos textos de Fernandes, Cunha, Marçal Junior (2003) permitem entender as divisões que apresentam para as categorias de análise: tradicional, resolução de problemas, integradora e não elucidativa.

Os autores conceituam a categoria *tradicional* como “preocupações com as questões restritas ao ambiente natural, como extinção dos recursos naturais, degradação ambiental. Visão antropocêntrica em relação ao meio ambiente. Relação homem-natureza utilitarista e preservacionista. Postura conservadora diante dos problemas ambientais”; *resolução de problemas* como “utilização de forma racional do MA levando em conta aspectos de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Os problemas ambientais são trabalhados de forma superficial, não levando em conta todos os aspectos envolvidos nos mesmos.”; *categoria integradora* como a “Visão globalizadora homem/sociedade/meio ambiente. EA como processo de formação de valores ideias e posturas. Ecossistemas como redes, ser humano como parte do planeta. EA como projeto conscientizador”; *não elucidativa* como “expressam de forma confusa; confundem a concepção de EA com a concepção de MA e com atitudes que devemos ter em relação ao MA” (FERNANDES, CUNHA, MARÇAL JUNIOR, 2003, p.3).

Essas categorias foram classificadas após a leitura analítica da questão apresentada na perspectiva do entrevistado.

Neste estudo, para efeitos da análise, os participantes da pesquisa estão assim identificados: “P” os professores (que engloba chefes de departamento e professores). Estão representados por “P” mais o número de ordem de envio do questionário resposta, por exemplo, “P5”; “P8”, e assim por diante; “E” de entrevistados (que foram os chefes dos departamentos). Esses estão representados pelo número de sequência das entrevistas, por exemplo, “E1”; “E5” e assim por diante; e “F” que são os funcionários dos departamentos e também representados pelo número da sequência dos questionários enviados: “F1”; “F2” e assim por diante.

### 3.4 Ambientalização Curricular conforme as características da Rede ACES

A partir de estudos e discussões com o intuito de criar a Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (ACES) criada em 2002 na Universidade de Madri, surge o termo ambientalização curricular. Tal Rede tem como objetivo “apresentar um projeto comum ao Programa ALFA da União Europeia sob o título Programa de Ambientalização Curricular do Ensino Superior: proposta de intervenções e análises do processo” (RUSCHEINSKY *et al.*, 2014, p.17), porém também voltado para América Latina. O projeto envolve 11 universidades, sendo cinco europeias e seis latino-americanas, dentre essas três são brasileiras: UNESP, UNICAMP e USFCAR.

Em fevereiro de 2002, em Hamburgo/Alemanha, discutiu-se sobre a necessidade de criar 10 características que a Rede denominava de “eixos” para

à produção de trilhas a serem seguidas na Rede ACES, de modo a produzir “falas comuns e compreensíveis” entre as universidades e pesquisadores participantes, assim como apresentam os “critérios de diagnóstico” do grau de ambientalização nas diferentes instituições. Ao final do encontro estes 10 “eixos” (assumidos como características), que vinham subdivididos em inúmeros itens, com explicações do que se entendia por aquela idéia. Estes 10 “eixos” foram chamados de marcos teóricos Este esforço foi realizado buscando maior aproximação entre as instituições e pessoas participantes, bem como maior entendimento do que seria o objeto central desta rede de pesquisa, a saber, Ambientalização Curricular dos Estudos Superiores. (OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2003, p.36)

São as características definidas pela Rede ACES: Compromisso com a transformação das relações Sociedade-Natureza; Complexidade; Ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade; Contextualização; Considerar os aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos; Coerência e reconstrução entre teoria e prática; Orientação prospectiva de cenários alternativos; Adequação metodológica e Espaços de reflexão e participação democrática.

Quando a REDE ACES fala de características ela faz referência a um “conjunto de atribuições concedidas a um objeto. No caso da Rede ACES, entender o diagrama como conjunto de características significa outorgar as atribuições que deveria ter um currículo para que seja considerado “ambientalizado”” (OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2003, p.43).

Para que o diagrama com as características seja utilizado para avaliar o grau de ambientalização de uma instituição faz-se necessário compreendê-lo antes. Segundo Oliveira Junior *et al.*, “entende-lo como um elemento mediador entre a realidade e o grupo de pesquisa que facilita a coleta de informação com o objetivo de criar conhecimento (2003, p.22)”.

Discutiu-se sobre o formato da apresentação destas características e decidiram-se em apresentá-las na forma circular, pois no círculo não há hierarquia, e as divisões perpassam todas as características ligando-as. Ao propor um diagrama que propõe a igualdade e o diálogo como princípio, “constitui uma forma de evitar o reducionismo na geração do conhecimento. Assumir este desafio significa estabelecer espaços de diálogo entre culturas, disciplinas, âmbitos de trabalho numa relação contínua entre o simples e complexo” OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2003, p.43).

Oliveira Junior *et al.* (2003, p. 44) observou como

algumas universidades adicionaram novas características e suprimiram outras, ou seja, a estrutura e os princípios que movimentam a geração do diagrama são comuns a todas as universidades, e na maioria dos casos as características que aparecem suprimidas são incluídas em outros âmbitos. O diagrama situa-se, portanto, em um contexto de diversidade.

O diagrama traz as características do que uma universidade necessita para ser ambientalizada, porém não traz discussões sobre a temática. Oliveira Junior *et al.* faz uma discussão sobre o tema em seu capítulo e reúne em formato de tabela o que cada universidade participante da Rede compreende sobre cada característica.

Entre os anos de 2004 e 2005 um estudo da Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (RUPEA), “criada em 2001, demonstrou que, em uma amostra de 27 universidades brasileiras, públicas e privadas, distribuídas em 11 estados, apenas 13 (48%) apresentavam políticas e/ou programas institucionais de educação ambiental” (RUSCHEINSKY *et al.*, 2014, p.17). Apesar de o estudo indicar que ainda há universidades que necessitam modificar suas políticas ambientais, os autores afirmam que mesmo passando mais de uma década desde estudo, “ainda não há um consenso sobre a ambientalização na universidade” (2014, p.17).



Através da leitura analítica das características da Rede ACES, procurou-se as palavras chaves estabelecidas *a priori*: “Sustentabilidade socioambiental”, “Meio Ambiente” e “Educação Ambiental” bem como os termos que derivam destas. Após, fez-se a tabulação dos dados e a classificação conforme as categorias indicadas pela Rede ACES.



Fonte: REDE ACES, 2000, apud OLIVEIRA JUNIOR et al., 2003, p. 58

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. Caracterização dos participantes

A pesquisa foi aplicada na área das Licenciaturas composta pelos departamentos de Ciências Humanas e Biológicas (Artes, História, Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia) e mais o curso de Direito, e foi levada a efeito durante o primeiro semestre de 2016.

Os participantes da pesquisa têm uma formação em geral voltada para as áreas de atuação das Licenciaturas ou em Direito. Esses professores apresentam uma média de idade que varia entre 30 a 60 anos.

Dos participantes, num total de 108 participantes, percebeu-se que responderam ao questionário *online*: 02 chefes de departamento (8,3%), 01 vice-chefe de departamento (4,2%), 18 professores (75%) e 03 secretárias (12,5%), totalizando 24 retornos.

Esses professores apontaram que tinham vínculo com os departamentos da seguinte forma - Licenciaturas: 02 no Curso de Artes Visuais (8,3%), 05 no curso de Ciências Biológicas (20,8%), 04 no Curso de História (16,7%), 03 no Curso de Letras (12,5%), 05 no Curso de Pedagogia (20,8%) e 06 no Curso de Direito (25%).

Todos os funcionários classificaram como importante a Educação Ambiental, porém 11 profissionais (47,8%) destacam que não possuem tempo para participar nas ações desenvolvidas na temática referida na Instituição e 05 profissionais (21,7%) afirmam que não foram informados de que existam tais ações na Instituição.

Em relação às entrevistas aplicadas com os/as chefes de departamentos, todos/as seis participantes responderam ativamente. Esses profissionais que ocupam tal cargo atualmente (as eleições para chefia de departamento ocorrem a cada dois anos), quatro são doutores e dois são mestres.

## 4.2 Análise dos documentos norteadores (os PPC's)

Os departamentos disponibilizaram para análise da pesquisa os Projetos Políticos dos Cursos (PPC's) que estavam em reformulação de seu conteúdo. Portanto, a pesquisa baseou-se nos documentos que estavam em análise e por isto podem existir diferenças em relação aos documentos (PPC's) finais.

Os cursos de licenciaturas da UNIVILLE possuem o Núcleo Pedagógico Integrador (NPI) o qual oferece disciplinas comuns entre as licenciaturas com o objetivo de integrar alunos e professores das diversas áreas. Esse objetivo do Núcleo Integrador Pedagógico se enquadra na categoria 10 da Rede ACES - Espaços de reflexão e participação democrática, pois proporciona a reflexão em grupos diferentes de formação, permitindo que o sujeito expanda sua percepção de diversidade. Garante-se, assim, que os temas transversais e os específicos sejam trabalhados num grupo diversificado, permitindo uma contribuição mais rica nas discussões.

Os PPC's analisados possuem partes/trechos/diretrizes que são comuns a todos e outras específicas das disciplinas e cursos. Por exemplo, as características institucionais da região, apoio ao discente são comuns a todos os cursos, mas quando focam nas grades curriculares, projetos de extensão, perfil do curso e etc, cada curso produziu sua versão específica do documento. Tais características (as comuns aos cursos) garantiram a todos os cursos indícios das categorias de análise estabelecidas *a priori* para a pesquisa: Sustentabilidade Socioambiental (SS); Educação Ambiental (EA) e Meio Ambiente (MA).

Em todos os PPC's se encontra a afirmação de que foram fundamentados nos seguintes princípios:

- Dignidade humana;
- Igualdade de direitos;
- Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- Laicidade do Estado;
- Democracia na educação;
- Transversalidade, vivência e globalidade;
- Sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012 *apud* UNIVILLE, 2015d, p. 74).

Ao produzir os PPC's, a universidade parte de uma percepção universal do que é Educação Ambiental, Meio Ambiente e Sustentabilidade. De certa forma, esquece-se que “pensar sobre um envolvimento na EA é compreender que existe uma diversidade de sustentabilidades construídas como produto das experiências humanas a partir da relação de envolvimento com o lugar”. (VIEIRA, 2016, p.101). Utilizando-se da percepção para compreender tais questões, Vieira (2016, p.101) afirma que deve existir um diálogo de saberes, criando caminhos para se pensar uma EA constituída pelos sujeitos a partir de suas vivências.

Tais documentos institucionais não evocam o apelo e/ou perspectiva dos discentes, e assim não criam condições para se construir uma EA “que possua como repertório, as experiências de vida e o envolvimento com o lugar”. Partindo da perspectiva dos PPC's, eles se enquadram na categoria 01 da Rede ACES – “Compromisso com a transformação das relações humanas com a natureza, pois visam causar a reflexão, o tensionamento da ação humana e suas consequências no ambiente” (RODRIGUES, 2015, p.426). Porém, não se enquadra na categoria 04 - Contextualização, pois não levam em conta o contexto socioambiental local integrado com o global, e a partir do momento que se criam diretrizes fechadas, sem a discussão com vários atores sociais, fazem com que o documento afaste-se do previsto na Categoria 10- Espaços de reflexão e participação democrática.

A Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação (PDCTI) da UNIVILLE foi alinhada às “políticas nacionais, de modo a atender ao perfil desenhado pela política industrial para o Brasil, na medida em que especializa recursos humanos e infraestrutura para a pesquisa em áreas consideradas portadoras de futuro” (PPC – PEDAGOGIA, 2015 p.35). Na perspectiva da UNIVILLE, as áreas consideradas como portadoras do futuro são: biotecnologia, bioenergia/biomassa, nanotecnologia, além de novos materiais e tecnologias para a saúde e meio ambiente. A UNIVILLE enfatiza em seus PPC's que a sua PDCTI é voltada para a política industrial brasileira, portanto ao capital.

A categoria 08 da Rede ACES – Orientação prospectiva de cenários alternativos, está associada à proposta de construção de novas visões de “ciência/sociedade/tecnologia/ambiente na perspectiva de uma participação responsável e da formação de profissionais críticos, abertos para novas experiências e para propostas alternativas de gestão das relações sociedade-natureza” (RODRIGUES, 2015, p.431). De modo algum a categoria exclui o desenvolvimento

tecnológico, porém enfatiza a responsabilidade dos humanos ao produzi-las e consumi-las. Ao relacionar a categoria 08 da Rede ACES com a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação (PDCTI) da UNIVILLE, não fica evidente o enquadramento da política institucional na categoria. As informações que o PPC traz sobre a política são muito vagas, seria necessário um aprofundamento e um redirecionamento sobre as questões socioambientais.

Vieira (2016, p.102) afirma que discutir a temática,

sobre concepções de sustentabilidade na EA, a partir de uma abordagem fenomenológica, emergiu de inquietações pedagógicas sobre o discurso do desenvolvimento e do progresso, associados à ideia de desenvolvimento sustentável, como se aqueles fossem homogêneos nos diversos espaços tempos, desprezando as subjetividades e singularidades dos territórios, dos lugares e dos sujeitos. Assim, compreende-se que há uma perspectiva de que o que vem sendo imposto na EA e mais especificamente na temática do desenvolvimento sustentável, suprime a escala local a partir da idealização da global. Tal supressão inviabiliza o envolvimento do homem com o lugar conseqüentemente com o ambiente, o que permite o entendimento que a homogeneização do discurso sustentável revela uma crise não apenas ambiental, mas também das formas de produção de conhecimento.

Noutro trecho destacado, a universidade reafirma o compromisso com a questão econômica, porém também introduz outras questões a serem pesquisadas e resolucioadas. A “universidade enfatiza a importância da pesquisa em todas as áreas do conhecimento”, porém, com foco na “solução de problemas socioeconômicos, ambientais e de saúde” (UNIVILLE, 2015e, p.35). Partindo da segunda afirmativa, pode-se enquadrá-la na característica 08 - Orientação prospectiva de cenários alternativos, pois visa a formação de profissionais para que tenham novas visões sobre ciência/ sociedade/ tecnologia/ ambiente (RODRIGUES, 2015, p.426).

Carvalho (2008, p.49) discute a questão ideológica acerca do conceito de sustentabilidade, afirma que determinado grupo promoveu uma renovação na perspectiva do desenvolvimento, assimilando uma imagem “verde” ao capitalismo, sem mudar de fato as “relações de poder entre sociedade, natureza e meio ambiente. O conflito entre um sistema excludente, que aposta no otimismo tecnológico e ignora a finitude dos recursos naturais e uma sociedade de direitos, inclusiva e equitativa”.

Ruscheinsky (2016, p.105) também discute sobre a questão da tecnologia e universidade. Afirma que os

questionamentos sobre a incorporação de temáticas socioambientais nas entranhas institucionais percorrem os caminhos tortuosos de se apreender uma temática envolta nas contradições sociais. As propostas de cuidados ambientais inserem-se em um campo de tensões e conflitualidades entre relevância de questões ambientais como um valor socialmente reconhecido e a pretensão de consolidar uma universidade protagonista no âmbito tecnológico e nas mudanças regionais.

Ao analisar os PPC's de acordo com a discussão de Carvalho, verifica-se que esses departamentos da UNIVILLE estariam contribuindo para consolidar e perpetuar o capitalismo verde, a sociedade do mercado, portando, promovendo o “desenvolvimento sustentável” e não uma “sociedade sustentável”.

Ao mesmo tempo em que o PDCTI é voltado ao capital, os PPC's afirmam que a ciência “não é isenta da subjetividade de quem a produz e sua ação é também um ato político, devendo servir para o bem-estar da humanidade e do planeta” (UNIVILLE, 2015e, p. 34).

Assim como a ciência, a concepção de sustentabilidade não é isenta da subjetividade. Nesta perspectiva, a universidade deve permitir a “construção de um caminho que busca compreender como ocorre a concepção de sustentabilidade, em escala local, de uma forma diversa e não hegemônica na produção do conhecimento” (VIEIRA, 2016, p.102). E a partir da categorização da Rede ACES, tal afirmação do PPC enquadra-se na categoria 2- Complexidade, pois é uma perspectiva onde envolve e permite que o sujeito produza saberes, com o intuito de compreender e sanar os problemas sistêmicos.

Um dos pontos onde a Educação Ambiental é abordada nos PPC's é quando esses se referem aos temas transversais (Educação Ambiental, Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos), visando garantir o conhecimento do conceito de Educação Ambiental segundo o 4º artigo da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999. Como destaca o PPC do curso de Ciências Biológicas (UNIVILLE, 2015b, p. 74):

- I. o enfoque humanista, holística, democrática e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

- III. O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Em consonância com o item VII da lei citada, Vieira (2016, p.102) afirma que a inspiração fenomenológica permite que a “produção do conhecimento crie condições para se construir uma EA, que possua como repertório, as experiências de vida e o envolvimento com o lugar”. E partindo da concepção apresentada por Fernandes, Cunha e Marçal Junior (2003), a Lei n.º 9.795/1999 enquadra-se na categoria integradora. O trecho destacado consta em todos os PPC’s dos Cursos.

O conceito utilizado nos PPC’s de Educação Ambiental encaixa-se em diversas categorias da Rede ACES. O item I, “o enfoque humanista, holística, democrática e participativa”, tem pontos em que enquadra na categoria 05 - Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento, pois permite e “estimula a participação dos sujeitos de forma democrática na construção do conhecimento” (RODRIGUES, 2015, p.429). O item II- “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural sob o enfoque da sustentabilidade”, pode ser classificada na característica 04 - Contextualização da Rede ACES, pois leva em conta o contexto socioambiental local. Já o item III, “O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade”, pode ser enquadrado na categoria 03 - Ordem disciplinar, pois permite ao diálogo de diversas áreas, com ideias e concepções filosóficas distintas. O item IV – “A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais”, pode ser enquadrado na categoria 06 - Considerar os aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos da Rede ACES, pois tem elementos de uma educação integral e desenvolvimento da perspectiva crítica dos saberes múltiplo. No item V – “a garantia de continuidade e permanência do processo educativo” e o item VI – “a permanente avaliação crítica do processo educativo”, pode-se categorizar no item 03 - Ordem disciplinar da Rede ACES, pois busca “identificar a reorganização do currículo acadêmico por meio da abertura à reflexão crítica a partir da adequação dos conteúdos educativos ao

contexto sociocultural” (RODRIGUES, 2015, p.428). O item VII – “a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais”; enquadra-se no item 04 das categorias da Rede ACES, pois leva em conta o contexto socioambiental local, sem deixar de considerar a inter-relação com o contexto global em que se inserem. E o último item, o VIII – “o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural”, pode enquadrar-se no item 10 da Rede ACES – Espaços de reflexão e participação democrática, pois a proposta desta categoria se associa à promoção de encontros que garantem aproximações entre indivíduos e grupos de diferentes origens objetivando a troca na diversidade.

Apesar dos conceitos de Educação Ambiental utilizados nos PPC’s encaixarem-se em diversas categorias da Rede ACES, isso não garante que a instituição esteja de fato ambientalizada, pois muitas vezes a prática não condiz com a teoria.

O Quadro 03 representa as disciplinas localizadas nos cursos com indícios de ambientalização curricular.

Quadro 03 – Disciplinas com indícios de ambientalização

Curso	Número de Disciplinas	Ano	Disciplinas
Artes	03	3º ano	Educação inclusiva
		4º ano	Antropologia da Cultura e da Arte
		4º ano	Políticas Públicas e Gestão Escolar
Ciências Biológicas	06	2º ano	Ecologia Fundamental
		3º ano	Educação inclusiva
		3º ano	Ecologia de Populações
		4º ano	Ecologia de Comunidades
		4º ano	Educação Ambiental
		4º ano	Políticas Públicas e Gestão Escolar
História	04	1º ano	História Pré-Colonial
		1º ano	História Antiga
		1º ano	Estudos de Santa Catarina
		3º ano	Educação inclusiva
		4º ano	Políticas Públicas e Gestão Escolar



Letras – Português	02	2º ano	Estudos Culturais/ Estudos Temas transversais
		4º ano	Políticas Públicas e Gestão Escolar
Letras – Inglês	01	4º ano	Políticas Públicas e Gestão Escolar
Pedagogia	03	2º ano	Educação Ambiental
		3º ano	Educação inclusiva
		4º ano	Políticas Públicas e Gestão Escolar
Direito	03	1º semestre	Introdução ao estudo do direito
		4º semestre	Direitos Humanos
		10º semestre	Direito Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O curso de Ciências Biológicas – licenciatura foi criado em 1992, é oferecido no Campus Joinville de forma presencial. O curso possui autorização para 44 vagas para ingressantes por período letivo e tem duração prevista de 04 anos.

Ao analisar as disciplinas de Ciências Biológicas – licenciatura verificou-se o total de 35 disciplinas, dentre elas seis (13,6%) foram caracterizadas com indícios de ambientalização. Nessas disciplinas, percebeu-se um forte indício de noções de Educação Ambiental e Meio Ambiente, justamente por serem questões garantidas por Lei, ou seja, quando tratam de questões abordadas pela legislação específica dessa disciplina.

Não foram identificadas disciplinas ambientalizadas no primeiro ano, já no segundo ano os discentes trabalham a disciplina Ecologia Fundamental. Nessa disciplina, abordam-se os princípios básicos de ecologia; relação entre os seres vivos e o ambiente; fatores limitantes; adaptações; a energia e os sistemas ecológicos; produtividade biológica e ciclagem de elementos; ecossistemas terrestres e Poluição. Esta disciplina pode conter indícios de ambientalização, pois enquadra-se na categoria 04 da Rede ACES – Contextualização.

No terceiro ano, os alunos têm duas disciplinas ambientalizadas, Ecologia de Populações (Dinâmica de populações; Interações ecológicas; Métodos Ecológicos) e Educação Inclusiva que aborda a conceituação; legislação; documentos; pressupostos filosóficos e pedagógicos; políticas de inclusão; racismo, preconceito e discriminação; educação especial; atitude e técnicas quanto às práticas pedagógicas inclusivas. A disciplina Ecologia foi categorizada de acordo com a Rede ACES no

item 04 – Contextualização, e a disciplina Educação Inclusiva no item 10 – Espaços de reflexão e participação democrática.

No quarto ano, foram identificadas duas disciplinas ambientalizadas: Ecologia de Comunidades e Educação Ambiental. A disciplina Ecologia de Comunidades aborda o histórico e principais conceitos e definições das comunidades biológicas; estrutura das comunidades; sucessão ecológica e desenvolvimento da comunidade; interações ecológicas; biodiversidade; consequências das intervenções antrópicas sobre as comunidades. Já a disciplina “Educação Ambiental”, apresenta em sua ementa as questões do movimento ambientalista e Educação Ambiental; população humana e recursos naturais renováveis e não renováveis; Interação entre o homem e seu ambiente natural ou construído; Questões ambientais contemporâneas; Direito e política ambiental; ética ambiental; estratégias de Educação Ambiental e traz como referências bibliográficas autores que trabalham com as questões da Educação Ambiental, tais como Genebaldo Freire Dias (2014) e Marcos Reigota (2010). Ambas as disciplinas podem ser enquadradas na categoria 04 – Contextualização da Rede ACES.

No item do PPC que se refere à Educação Ambiental, afirma-se que além de ser abordada em determinadas disciplinas, será também trabalhada de forma transversal conforme explicitado nos dispositivos legais mencionados.

O curso também desenvolve programas e projetos de extensão na área de Educação Ambiental, são eles:

- Programa Trilhas (do Departamento de Biologia, com parceria do Departamento de Pedagogia e Engenharia Sanitária e Ambiental)
  - Programa Reciclar (do Departamento de Engenharia Química, com parceria de outros Departamentos).
  - Programa de assessoramento técnico ao Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Cubatão e Cachoeira – CCJ (que costuma ter vagas para os acadêmicos de Biologia).
- (UNIVILLE, 2015b, p.79).

Esses programas e projetos de extensão oferecem diversas ações aos discentes, dentre elas palestras, exposições e oficinas.

Dentre os PPC's analisados, o curso de Ciências Biológicas é o que mais tem disciplinas ambientalizadas, tal situação também ocorre na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Ao tratar da pesquisa semelhante a esta lá ocorrida, Ruschiensky (2014, p.111) afirma “há uma extensa lista de disciplinas de

Ciências Biológicas [...] e que alguns temas abordados nas disciplinas citadas são propostos pelas diretrizes curriculares”.

O curso de Pedagogia da UNIVILLE é ofertado no *campus* universitário e no *campus* centro, com a modalidade presencial, cada ano oferta-se 50 vagas. Seu funcionamento foi reconhecido em 1995 ofertando o título de licenciado em pedagogia.

O Departamento de Pedagogia apresentou três disciplinas ambientalizadas (6,2%) de 48 disciplinas. A primeira, denominada Educação Ambiental, é abordada no segundo ano com a ementa: histórico da Educação Ambiental; população humana e recursos naturais renováveis e não renováveis; interação entre o homem e seu ambiente, natural ou construído; questões ambientais contemporâneas; problemas ambientais; ambientes brasileiros; direito e política ambiental; Educação Ambiental formal e informal; Educação Ambiental e a criança; estratégias de Educação Ambiental. No terceiro ano do curso, a oferta refere à disciplina Educação inclusiva, que é comum a todas as Licenciaturas. E no quarto ano, os discentes participam das aulas de Políticas Públicas e Gestão Escolar que também faz parte do NPI. A disciplina Educação Ambiental foi categorizada de acordo com o item 04 – Contextualização, e a disciplina Educação Inclusiva, na categoria 10 – Espaços de reflexão e participação democrática, e a disciplina Políticas Públicas e Gestão Escolar também pode ser enquadrada no item 04 da Rede ACES. Além dessas três disciplinas ambientalizadas, o curso afirma em relação às temáticas que

também serão discutidas de forma transversal, conforme explicitado nos dispositivos legais e normativos já citados, em outras disciplinas como: Sociologia da educação; Cultura e Infância; História na Educação da Infância; Políticas Públicas e Gestão Escolar; Ciências na Educação da Infância e Geografia na Educação da Infância (UNIVILLE, 2015e, p.70).

Segundo o PPC de Pedagogia (UNIVILLE, 2015e, p. 39), reforça-se a noção de educação “não apenas como processo de formação profissional, mas também o processo de inserção do profissional da educação na realidade social com possibilidades de participar e intervir no desenvolvimento local e global”. No trecho citado, o PPC enfatiza a visão progressista da educação tanto na questão da formação profissional quanto no desenvolvimento da sociedade, perdendo a visão de uma educação com uma formação pessoal e/ou humanitária.

Ao descrever o perfil do egresso, um dos itens que destoam de uma visão progressista da educação é que o educador poderá desempenhar sua função “fundamentado em uma sólida formação humanística em que a ética, a cidadania e o compromisso com a diversidade, o meio ambiente, e com o ensino e aprendizagem, sejam os parâmetros do seu trabalho” (UNIVILLE, 2015e, p.40).

Criado em 1998, o curso de Artes Visuais é ofertado no Campus de Joinville com duração prevista para quatro anos, na modalidade presencial. O curso tem autorização de iniciar o ano letivo com 48 discentes.

Os PPC’s analisados conforme os Quadros 03 e 04 indicaram que o departamento de Artes apresenta um baixo índice de ambientalização no seu currículo, tendo em vista que apenas três disciplinas (6,6%) de 45 foram caracterizadas com indícios de ambientalização. Nessas disciplinas, percebeu-se que o foco concentra-se em Educação Ambiental e Meio Ambiente.

O PPC afirma que a Educação Ambiental

está presente nas disciplinas em Atelier de Poética nas diversas linguagens, em particular no que diz respeito aos materiais e procedimentos, ao refletir com os acadêmicos sobre cada um e seu impacto sobre o meio ambiente, buscando materiais e procedimentos alternativos. Também é abordada em disciplinas como: Diversidade e Educação Inclusiva (3º ano) Políticas Públicas e Gestão Escolar (4º ano) (UNIVILLE, 2015a, p.74).

Ao analisar-se, porém a ementa da disciplina Atelier de Poética, não foi constatada a sua ambientalização. Portanto, as disciplinas consideradas ambientalizadas foram: Educação inclusiva (3º ano), Políticas Públicas e Gestão Escolar (4º ano) e Antropologia da Cultura e da Arte (4º ano). Sendo as duas disciplinas iniciais compartilhadas com as demais licenciaturas através do NPI.

A ementa da disciplina Antropologia da Cultura e da Arte, contempla os seguintes assuntos: cultura e natureza; identidade e diversidade cultural, ritual, performance e narrativa, antropologia da arte, antropologia e fotografia: a construção de alteridade na e pela linguagem fotográfica. Esta disciplina apresentou elementos que poderiam enquadrar-se no item 04 – Contextualização, na categoria 06 – Considerar os aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos e na categoria 10 – Espaços de reflexão e participação democrática.

Acredita-se que a disciplina Atelier de Poética devesse constar no item que se refere às disciplinas que abordam o tema relacionado à Educação Ambiental através da transversalidade, assim como são citadas as disciplinas “História da Arte; Metodologia da Arte na Educação Artística; Metodologia da Arte – Anos Iniciais; Metodologia da Arte – Anos Finais” (UNIVILLE, 2015a, p.199). Apesar de serem referenciadas como disciplinas que contemplem o tema de forma transversal, após a análise a pesquisadora não constatou nas ementas fornecidas indícios de Educação Ambiental, encontrando-se, assim, uma discrepância entre os discursos que o documento visa transmitir e os ementários. Há também a possibilidade do docente trabalhar de fato os conteúdos de forma transversal como afirma o PPC, porém este fato não foi informado no ementário, indicando a necessidade de se repensar e incluir a temática no documento da forma devida.

O PPC do Curso de Letras com habilitação na Língua Portuguesa apresentou poucos indícios de EA e MA, concentrando-se no conteúdo específico do curso. Dentre as 35 disciplinas do Curso de Letras em Português, apenas duas (5,7%) apresentaram indícios de ambientalização curricular: “estudos culturais/ temas transversais” e a disciplina “Políticas Públicas e Gestão Escolar” que é comum para todas as licenciaturas e que também aparece no currículo de Letras em Inglês e a única com indícios ambientalizadores (3% de 34 disciplinas). Tal disciplina “estudos culturais/ temas transversais” pode conter características do item 04 – Contextualização da Rede ACES.

Nota-se que o PPC traz as questões transversais exigidas por lei, porém ao se analisar as disciplinas ofertadas, percebe-se uma dissonância entre o projeto de curso com a aplicação efetiva. No PPC afirma-se que os professores fazem a opção por textos que tratam do tema, porém ao se analisar o referencial bibliográfico das disciplinas percebe-se que essas são voltadas para o conhecimento específico de Letras, com pouca articulação com a área docente e as demais questões socioambientais.

O Curso de História é um dos mais antigos da instituição, criando em 1968 com o intuito de formar professores licenciados para atuar na região. Oferecido no *campus* de Joinville de modo presencial, com autorização para 44 vagas para ingressantes por período letivo e tem duração de quatro anos.

De acordo com o PPC, o “curso tem por finalidade formar professores de história que atendam adequadamente às demandas emergentes das 203 escolas de ensino fundamental e médio” (UNIVILLE, 2015d, p.35).

O Curso de História tem como perspectiva produzir e disseminar conhecimento humanístico em história na “contemporaneidade e numa cidade fortemente industrializada em que predominam poderes e razões técnicas e burocráticas voltadas a um presente que parece destituído de senso de continuidade e tendente a imaginar que se basta a si mesmo” (UNIVILLE, 2015d, p.35).

O PPC do curso reconhece que as disciplinas específicas da área são tão importantes quanto às disciplinas pedagógicas, geralmente relegadas a um segundo plano na formação. Além de enfatizar a importância da formação pedagógica, a graduação visa expor as condições de trabalho do docente.

Não há dúvidas de que nesse processo há, em termos práticos, situações que acabam por vezes por desestimular o futuro profissional com o campo da História, pois desde logo ele toma conhecimento e convive com as condições precárias do seu campo de trabalho, dentre os quais, baixos salários e sérios limites de acesso a recursos e meios. Entretanto, sem querer minimizar ou isolar tais problemas que atingem quase que a totalidade do contexto educacional, há um desafio específico que se constitui como a essência da atividade do profissional de História: apreender o significado, no que consiste e qual o papel do conhecimento histórico na contemporaneidade (UNIVILLE, 2015d, p. 41).

Uma das problemáticas da precarização do trabalho docente é a exigência da aplicação de muitos conteúdos sem possibilitar as condições necessárias que o profissional necessita. Com excesso de turmas e pouco tempo para planejar aulas, corrigir trabalhos, preencher diário *online* e escrever projetos, dificulta que o profissional venha a refletir e possa inserir em sua prática temas que são necessários como os temas transversais.

O Curso de História na UNIVILLE tem como objetivo formar profissionais em história que atuem no ensino e na construção do “conhecimento histórico, eticamente comprometido com o desenvolvimento humano em suas interações com o meio ambiente, com a equidade e justiça social, com o valor da diversidade cultural e com a construção democrática do presente e do futuro histórico” (UNIVILLE, 2015d, p. 43). Dentre os objetivos específicos do curso, destaca-se o

ponto que traz como fundamental analisar as questões do meio ambiente através do conhecimento histórico.

A formação de profissionais da educação necessita, “cada vez mais, a exploração e diversificação dos espaços e das atividades educacionais, promovendo o aprofundamento temático e interdisciplinar, o trabalho integrado com diferentes profissionais de áreas ou disciplinas” (UNIVILLE, 2015d, p. 65). E essa diversificação permite que o licenciado em História possa atuar em “projetos relacionados com a educação, a história, a memória e a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental” (UNIVILLE, 2015d, p. 45).

Ao analisar o PPC do Curso de História, encontraram-se indícios de EA e MA em cinco disciplinas (16,12%) de 31 disciplinas no total. As disciplinas com indícios de Educação Ambiental foram História Antiga, Pré-colonial, Estudos de Santa Catarina, Diversidade e Educação Inclusiva e Políticas Públicas e Gestão Escolar. As disciplinas Educação inclusiva e Políticas Públicas e Gestão Escolar são compartilhadas com as demais licenciaturas, e já tiveram suas ementas aqui mencionadas, as demais as ementas são as seguintes:

História Antiga: Processo de hominização. Revolução agrícola e urbana. Paralelos entre o mundo antigo oriental e ocidental. As sociedades de castas e escravistas: cultura, economia, política e cotidiano. Sociedades Clássicas: Grega e Romana.

História Pré-Colonial Estudo das linhas teóricas da arqueologia pré-colonial nas Américas. Diversidade cultural no Brasil pré-colonial. As sociedades sambaquianas no litoral catarinense. O patrimônio arqueológico em Santa Catarina: escola, museu, legislação e preservação. Ensino e aprendizagem da história pré-colonial.

Estudos de Santa Catarina Ocupação e colonização do litoral e do planalto: séc. XVI e XVII. Confronto entre europeus e indígenas. Imigração açoriana: séc. XVIII. Imigração europeia séc. XIX. Escravidão africana. O mosaico cultural catarinense. Historiografia. Ensino e aprendizagem para a educação básica em História de Santa Catarina.

As três disciplinas acima citadas foram categorizadas de acordo com as características do item 04 – Contextualização da Rede ACES.

O PPC afirma que as temáticas também serão discutidas de forma transversal,

conforme explicitado nos dispositivos legais e normativos já citados, em outras disciplinas como: Colóquio das Licenciaturas – CLIC, Evento Anual da Clínica de Direitos Humanos da UNIVILLE, Mestrados em Educação e em Patrimônio Cultural e Sociedade, Semana da Comunidade, Semana de História e nos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação à Docência (UNIVILLE, 2015d, p. 71).

Ruscheinsky (2014, p.105) afirma que as “complexas relações entre a universidade do conhecimento e a incorporação de temáticas inserem-se em um processo de democratização ou de afirmação de relações mais horizontais, em que se multiplicam os direitos reconhecidos, inclusive ambientais”. Partindo deste ponto pode-se perceber que todos os cursos de Licenciatura (NPI) construíram seus PPC’s a partir do coletivo de professores demonstrando que há um processo democrático, horizontal no âmago dos cursos.

Já o curso de Direito, foi criado em 1996, é ofertado de modo presencial e é oferecido no Campus Joinville com autorização para disponibilizar 88 vagas no turno matutino e 88 vagas no noturno para ingressantes por período letivo (semestre). Os graduados obtêm o título de Bacharel em Ciências Jurídicas após concluírem o curso que é seriado semestralmente, com duração de 10 semestres.

No PPC do curso de Direito afirma-se que a meta é formar “profissionais competentes e comprometidos com a sociedade em sua dimensão totalizadora, com consciência jurídica crítica e preocupados com a ética e o desenvolvimento sustentável” (UNIVILLE, 2015c, p.24).

Vieira (2015, p.107) problematiza o termo desenvolvimento a partir da sua definição da palavra “*envolver* em um dicionário da língua portuguesa e encontro a definição: entremeter-se, incluir-se, comprometer-se. Por sua vez, o prefixo *des* possui o sentido de: “separação, ação contrária”.

Vieira destaca que o modelo de desenvolvimento sobre o meio ambiente, vigente no mundo moderno-colonial tem como base a não inclusão, o não comprometimento, com o meio ambiente, criando condições para a degradação ambiental vigente na sociedade atual, a partir de um desenvolvimento atual, a partir de um desenvolvimento que nega as subjetividades e o pertencimento, com o lugar, com o meio ambiente. Na tentativa de ter uma alternativa, ao modelo de desenvolvimento do mundo moderno-colonial, busca-se mais uma vez com o auxílio



de um dicionário, o significado de uma palavra, desta vez envolvimento, cujas algumas das definições, particularmente nos interessam: “inclusão; comprometimento; ligação”.

Assim lança-se a perspectiva do *envolvimento ambiental*, construído a partir da compreensão de que o homem e natureza são elementos constitutivos do ambiente se um pensar hierarquizante do homem sobre a natureza, e sim um pensar construído do homem com a natureza. Isto permite conceber a sustentabilidade, a partir da percepção e a participação de sujeitos locais, de sociedades rurais, indígenas, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros, com suas culturas, seus saberes e identidades diversos, que deem outro significado para esta sustentabilidade.

O autor Vieira (2015) contrapõe a ideia de desenvolvimento sustentável, que é um pensamento hegemônico e universal propondo estudar a concepção de sustentabilidade a partir de um ato singular, subjetivo e que possua uma ligação estreita e íntima com o meio.

O curso tem o comprometimento com as demandas da população, e com o objetivo de

formar profissionais capazes e comprometidos com a ética e a solidariedade, relacionando suas atividades de ensino com a mobilização social, política e crítica, enquanto um elemento diferenciador de prestação de serviços à população carente. Desse modo, mostra-se sintonizado com as necessidades de mercado, unindo a excelência de ensino jurídico com a formação cidadã do estudante, a fim de que seja um profissional capacitado e preocupado com o desenvolvimento sustentável da sociedade (UNIVILLE, 2015c, p. 26).

A necessidade social do Curso de Direito está diretamente relacionada às formas de organização da vida social.

A conjuntura atual é fruto de circunstâncias e paradigmas, que nem sempre são os mais corretos, legítimos e éticos. Assim, como novos valores estão sendo agregados à vida social, outros está se perdendo, sob a perspectiva de desenvolvimento e progresso que por vezes forja mais inquietudes que glórias. Inquietações sociopolíticas e socioeconômicas começam a ser parte integrante das mudanças que se efetuam nas cidades (UNIVILLE, 2015c, p.31).

O Curso de Direito da UNIVILLE se propõe formar um cidadão que saiba desenvolver ainda mais a vocação industrial e econômica da região, mas também com “senso crítico para identificar as mazelas sociais que permeiam algumas camadas e setores da cidade, para poder fazer e auxiliar a transformação social para aqueles que mais precisam” (UNIVILLE, 2015c, p.32).

Os discentes têm formação teórica nos diversos ramos do Direito articulado com a prática. O ensino ocorre em atividades de ensino, pesquisa e extensão que priorizem a formação básica, sociopolítica, técnico-jurídica e política ambiental, visando à formação integral do acadêmico.

A missão do curso constitui-se em “formar bacharéis em Direito para atuarem na área jurídica, com uma visão humanística, ética e crítica que contribua para o processo de transformação e desenvolvimento da cidadania, da ordem cultural, ambiental, social, política e jurídica” (UNIVILLE, 2015c, p.37).

O egresso do curso deverá apresentar perfil de formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais. “Para o exercício do direito é necessária à reflexão permanente acerca da própria consciência, reflexão esta que deve se estender sobre os outros, o mundo e a história” (UNIVILLE, 2015c, p.38).

Segundo se lê no PPC, a disciplina específica no currículo é o “Direito Ambiental com 72h/a, apresenta-se como um norteador das demais discussões acadêmicas, uma vez que promove a problematização por parte de professores e estudantes” (UNIVILLE, 2015c, p.76).

A disciplina apresenta a seguinte ementa: Ecologia e crise ambiental; Direito Ambiental: conceitos, fontes e princípios; direito ambiental internacional; meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Meio Ambiente; tutela ambiental e direito de propriedade; tutela da Flora; Política Nacional de Recursos Hídricos, patrimônio cultural; política urbana; direito penal Ambiental; direito processual em matéria ambiental.

O curso de Direito é composto por 72 disciplinas, dentre essa apenas três (4,1%) apresentam indícios das categorias propostas na pesquisa. A temática Educação Ambiental é abordada através de disciplinas obrigatórias na matriz curricular, em ações dos professores em seminários (Direito Marítimo), palestras e atividades de pesquisa e extensão.

Se considerarmos as categorias de Fernandes, Cunha e Marçal Junior (2003), as disciplinas “Introdução ao estudo do direito” e “Direitos humanos”, enquadram-se na categoria integradora. As ementas das disciplinas: Introdução ao estudo do direito: O Direito como fenômeno universal. Origem e conhecimento histórico do direito. A norma Jurídica. O Ordenamento Jurídico. Direito Objetivo e direito subjetivo. O Direito Natural e Direito Positivo. As fontes do Direito. Direito Público e direito privado. Validade, vigência e eficácia do ordenamento. Dogmática jurídica e ciência do direito. Organização do Poder Judiciário e noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil, Direitos Humanos: Origem e fundamento. Evolução histórica. Ética e Direitos Humanos. Direitos Humanos e Cidadania. Direitos Humanos e Constituição Federal. Declaração Universal dos Direitos do Homem demonstra essa condição.

A disciplina Direito Ambiental apresenta elementos que podem ser enquadrados na categoria 01, uma vez que sua ementa destaca: – Compromisso com a transformação das relações Sociedade Natureza. As disciplinas Introdução ao estudo do direito e Direitos humanos e Direitos Humanos, apresentaram características da categoria 04 – Contextualização da Rede ACES.

O PPC informa, ainda, que as temáticas sobre a sustentabilidade também são discutidas de forma transversal, pois outras disciplinas como: Ciência Política, Filosofia Jurídica, Antropologia Jurídica, Sociologia Jurídica, História das Instituições de Direito, Psicologia, Direitos Humanos, Direito Ambiental e Agrário, Direito Internacional Público e Privado, Deontologia, Direito Constitucional. Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Penal e seus ritos processuais, tratam dessas questões, assim como em seminários, colóquios, congressos e palestras promovidas por professores e convidados, e demais eventos organizados pela Clínica de Direitos Humanos.

Carvalho (2008, p.51) discute sobre dois grandes paradigmas de sustentabilidade

onde os valores como democracia, cidadania e esfera pública aparecem com funções e sentidos diferentes. O primeiro seria o de uma sustentabilidade fraca, caracterizado por um cenário desenvolvimentista pensado sob a ótica do mercado. O segundo seria o de uma sustentabilidade forte que, reconhecendo a finitude dos recursos naturais e a desigualdade no acesso e no uso destes bens ambientais finitos, assume o projeto político de uma

redistribuição equitativa dos recursos em termos globais e intergeracionais.

Ao analisar os PPC's a partir da análise de Carvalho (2008), nota-se que os documentos norteadores dos cursos de Licenciatura e o Direito estariam abordando a sustentabilidade nas duas perspectivas e assim, trabalhando de forma conflituosa. Desta forma, a UNIVILLE trabalharia com a sustentabilidade fraca, porém, com elementos de uma sustentabilidade forte. Demonstrando a necessidade de uma reflexão referente a qual sustentabilidade que a Instituição visa propagar na sociedade.

Em 2002, Kasten desenvolveu sua dissertação “Educação Ambiental e o Projeto Pedagógico da UNIVILLE”, onde constatou situações problemas que ainda existem na instituição. Seus objetivos específicos foram:

Diagnosticar a presença da preocupação com o meio ambiente nas atividades docentes;  
 Diagnosticar a presença da preocupação com o meio ambiente nas atividades de pesquisa;  
 Diagnosticar a presença da preocupação com o meio ambiente nas atividades de extensão (KASTEN, 2002, p.21).

Ao analisar os PPC's constatou-se que o curso de Ciências Biológicas é o que mais apresenta conteúdos relacionados à Educação Ambiental, e na sua pesquisa, Kasten já havia identificado tal situação, “com exceção da área das Ciências Biológicas, as demais carecem de um maior comprometimento com a Educação Ambiental”.

Outro ponto convergente é sobre a falta de divulgações das ações desenvolvidas em Educação Ambiental. Kasten (2002, p.22) afirma que embora

Não tenha sido feita uma pesquisa, nota-se que a divulgação interna não tem conseguido atingir com eficácia o público acadêmico. Isso se reflete no percentual de conhecimento das atividades e ações na área ambiental pelo corpo discente e docente. Cabe uma reflexão para encontrar meios e formas de divulgação que possam mudar o quadro atual dentro do ambiente universitário.

E quando Kasten (2002) questiona os discentes e docentes se as aulas possuem ou não Educação Ambiental, 31% dos alunos responderam que sim e 69% que não, e 54% dos professores afirmaram que as aulas contemplam a Educação

Ambiental e 46% que não. Apesar dos discentes não terem participado desta pesquisa, mas a falta de disciplinas ambientalizadas pode contribuir para uma falta de percepção em relação às questões ambientais.

O quadro 04 apresenta os indícios de ambientalização curricular localizados nos PPC's dos cursos pesquisados. Tal ferramenta permite a visualização dos indícios dos termos pesquisados (Sustentabilidade Socioambiental, Educação Ambiental e Meio Ambiente) e quantas vezes foram identificados. O termo Sustentabilidade Socioambiental só apareceu nos trechos em comum, por isto todos os cursos indicaram o mesmo número de indícios (dois).

Quadro 04 – Índícios de Ambientalização Curricular

Cursos	Nº de trechos destacados	Nº total de ocorrências	Índícios SS*		Índícios EA*	Índícios MA*		
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Artes	21	36	02	5,5	07	19,44	07	19,44
Ciências Biológicas	21	32	02	6,25	10	31,25	07	21,87
Letras	18	18	02	11,11	06	33,33	06	33,33
História	21	26	02	7,69	08	30,76	07	26,92
Pedagogia	20	32	02	6,25	08	25	05	15,62
Direito	19	30	02	6,66	07	23,33	06	20,00

\*SS- Sustentabilidade Socioambiental \*EA - Educação Ambiental \*MA - Meio Ambiente

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

#### 4.3 Análise das respostas dos questionários e das entrevistas: As categorias de análise segundo os participantes

Além da análise dos PPC's, professores e agentes administrativos também responderam a um questionário *online*, com o intuito de verificar a concepção que apresentavam em relação à Educação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental e Meio Ambiente. Em vista disto, foi possível perceber certa resistência vinda de muitos profissionais em responder o questionário e, conseqüentemente, para colaborar com a pesquisa. Muitos alegavam falta de tempo, outros, tiveram medo em responder errado e teve quem alegou não ter recebido o questionário (enviado via *e-mail*). Como o número de retorno não atingiu o proposto mínimo que era de 50% mais 01 questionários respondidos, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os chefes de departamento, e novamente notou-se resistência por parte de alguns profissionais. Mas houve um chefe de departamento que demonstrou gratidão pela entrevista e a oportunidade de poder refletir sobre o tema vinculado ao seu departamento, demonstrando interesse em praticar ações sobre a temática.

Ao analisar as manifestações dos professores nas respostas ao roteiro de questões, ficou evidente que ainda há divergências de concepção de Educação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental e Meio Ambiente, categorias essas, selecionadas *a priori* para a análise na pesquisa. As visões variaram entre respostas na forma tradicional, perspectiva da Resolução de Problemas e a visão Integradora. A partir destes dados, sugere-se à Instituição a promoção, junto aos docentes e discentes, de uma reflexão referente ao conceito de Educação Ambiental.

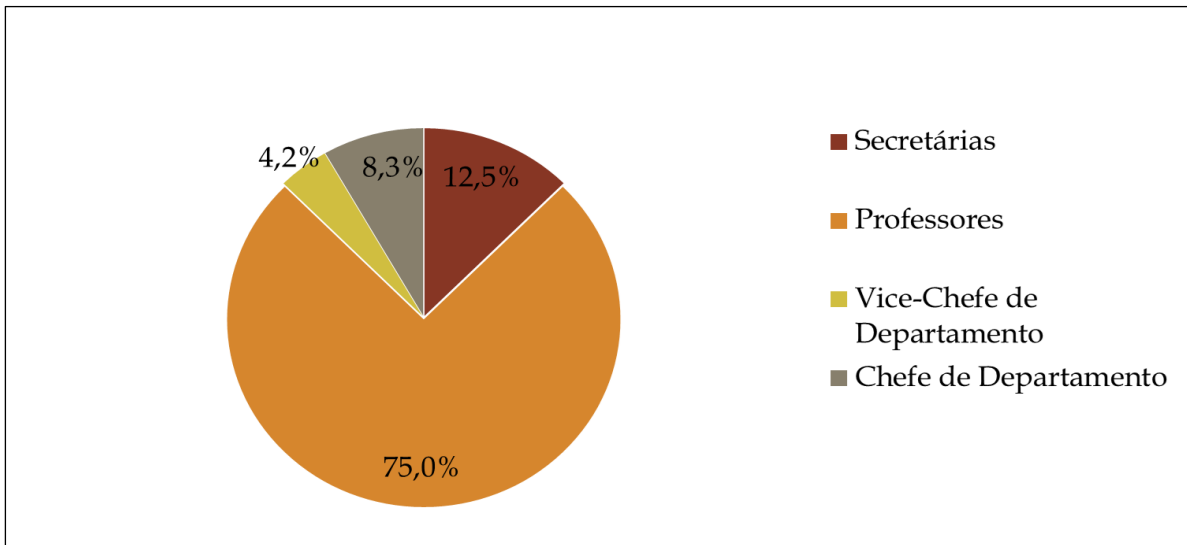
As palavras que emergiram da pesquisa como as mais referidas formularam duas categorias específicas: uma, que aborda a conscientização e preservação do Meio Ambiente, e a outra, que trata da construção de novos valores a partir da ambientalização da universidade, demonstrando, assim, que todos os participantes têm o mínimo de entendimento em relação ao assunto. De acordo com as palavras destacadas, esses profissionais adotam práticas sustentáveis em seu dia a dia, porém tal noção deve transcender, deixando de serem apenas práticas diárias para tornarem-se filosofia de vida.

Assim, as respostas dos participantes da pesquisa foram categorizadas em relação à concepção de Educação Ambiental e suas características utilizando as categorias de Fernandes, Cunha e Marçal Junior (2003) que as delimita em Forma Tradicional; Resolução de Problemas; Integradora e Não Elucidativa. Pode-se classificar as respostas dos profissionais, destacando-se um retorno de cada perspectiva:

-Forma tradicional - é “um processo de reflexão e ação que objetive o uso adequado dos recursos ambientais, bem como a compreensão de que é necessário o cuidado com os elementos que compõem o ambiente em que vivemos”. - Resolução de problema - é um “processo participativo de discussão de valores sociais e ambientais, visando à mudança de comportamentos Quanto ao uso e desfrute dos bens e recursos ambientais necessários à sobrevivência”. -Integradora - é quando acontece a “Aprendizagem da relação saudável homem e ambiente (ele mesmo e o que o envolve). Ainda, um conceito que coloca o homem como um ser da natureza e não fora e/ou acima dela”. -Não Elucidativa: “expressam de forma confusa, confundem a concepções de Educação Ambiental com a concepção de Meio Ambiente e com atitudes que devemos ter em relação ao Meio Ambiente, vê Educação Ambiental como disciplina” (FERNANDES, CUNHA, MARÇAL JUNIOR, 2003, p.02).

De um total de 108 professores, sendo todos os professores mais os 06 chefes de departamentos, 06 vice-chefes dos departamentos e as 04 secretárias do Setor dos Departamentos de Ciências Humanas e Biológicas (CHB) e do Departamento de Direito, apenas 24 foram os respondentes do questionário *online*, entre professores (75%), vice-chefe de departamento (4,2%), chefes de departamentos (8,3%) e secretárias (12,5%). Em relação ao quadro total de professores, somente 27% responderam, sendo que alguns desses professores estão vinculados em mais de um departamento (gráfico 01).



Gráfico 01: Funcionários respondentes do questionário *online*.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O retorno dos questionários representa a perspectiva de apenas uma parcela de funcionários da instituição (dos cursos das licenciaturas - CHB e do curso de Direito). Conforme o quadro 05 o número de respostas por cursos fora menores que o esperado (50%+1) por curso, portanto a análise feita na pesquisa foi de acordo com o retorno obtido e não representa a perspectiva de todos e todas docentes.

Quadro 05 – Respondentes do Questionário

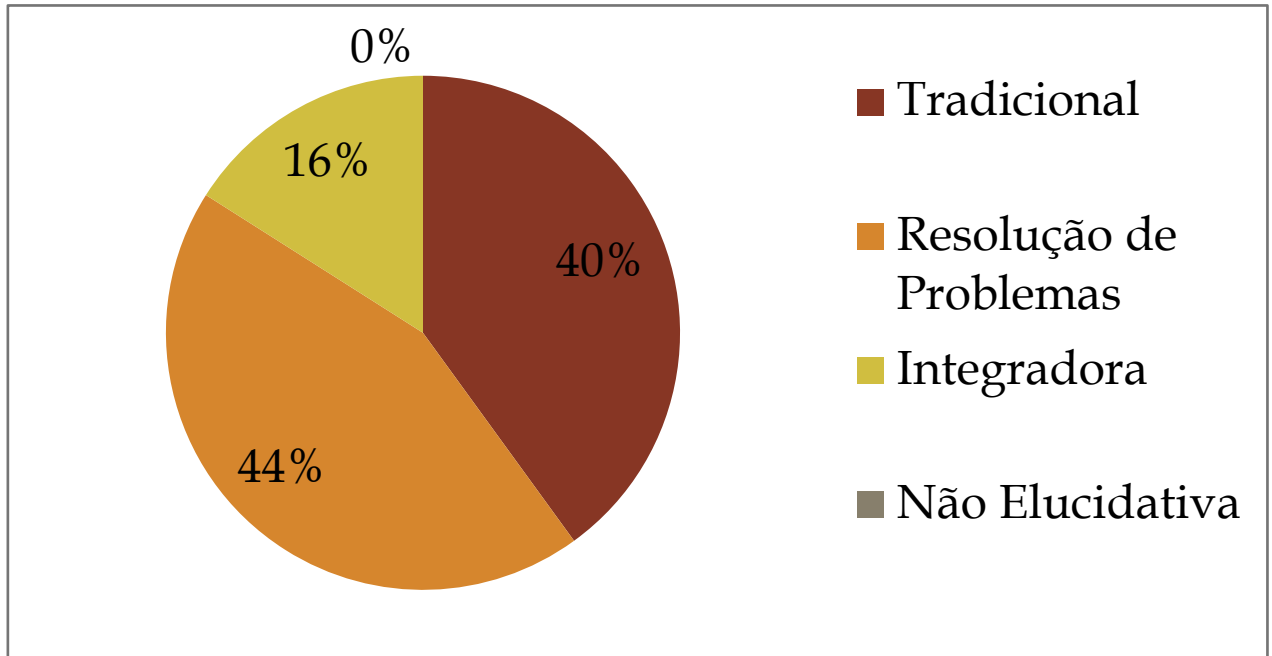
CURSO	Nº Total de Professores	Nº de respostas por Curso	Percentil de respostas por Curso
Artes Visuais	06	02	33,3%
Ciências Biológicas	17	05	29,4%
Direito	47	06	12,7%
História	09	04	44,4%
Letras	10	03	30%
Pedagogia	19	05	26,3%
TOTAL:	108	25	27%

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Desses participantes, dos 87,5% que responderam ao questionário *online* (apêndice 03) as demonstrações/respostas em relação ao que é Educação Ambiental (questão 03 do formulário *online*, gráfico 02), situaram-se, segundo a classificação de Fernandes, Cunha e Marçal Junior (2003), na forma tradicional (40%), 44% delas situaram-se na perspectiva da Resolução de Problemas, 16% com a visão Integradora e nenhuma resposta no modo não elucidativo. Apesar das

diferentes visões referentes ao conceito de Educação Ambiental, todos os participantes destacaram a importância e a relevância do tema.

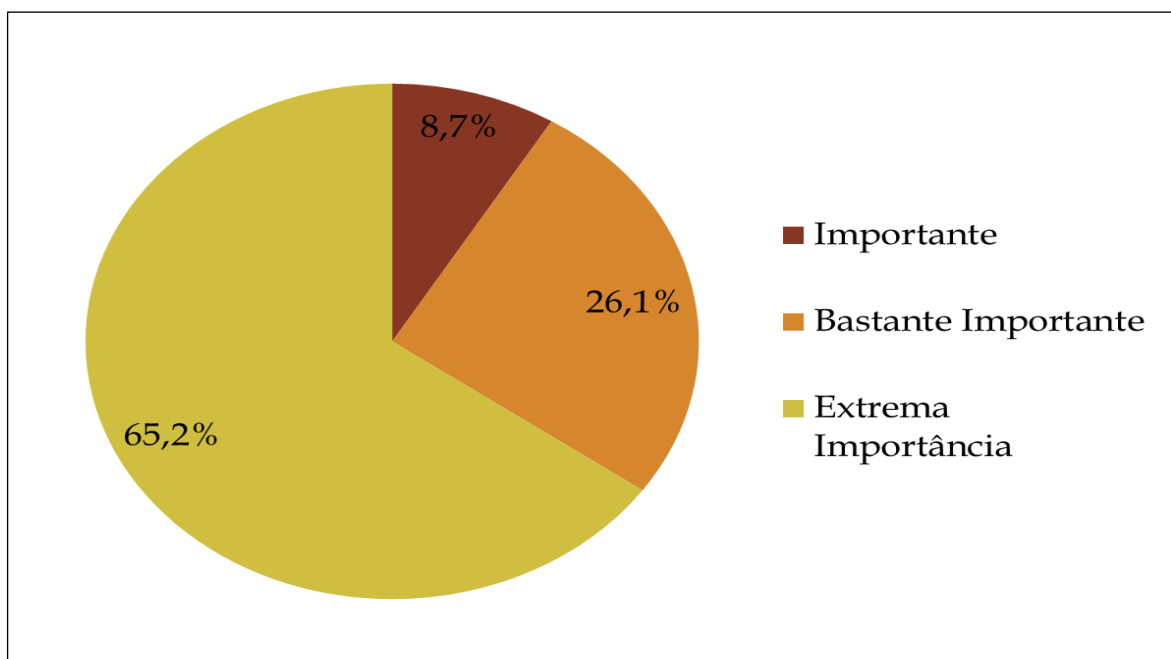
Gráfico 02: Na sua compreensão, o que é Educação Ambiental? (Questão 03 do formulário *online*).



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Com o intuito de investigar qual é o grau de importância na perspectiva do profissional em relação à aplicação do tema nos cursos de graduação (questão 04 questionário *online*), todos os participantes responderam que o tema é importante, porém, o grau de importância variou: foi classificada como importante (8,7%), bastante importante (26,1%), extrema importância (65,2%), ver gráfico 03.

Gráfico 03: Grau de importância de Educação Ambiental segundo os participantes.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Entre as respostas destes participantes, percebeu-se a compreensão de que o tema deve ser trabalhado em todos os níveis escolares para que as pessoas modifiquem suas atitudes em relação ao consumo e, assim, possa-se garantir a sobrevivência da espécie humana.

Ruscheinsky (2014, p.102) afirma que diante da ampla difusão da questão ambiental, pode-se compreender que a tarefa primordial da universidade e da sociedade é garantir que amplos setores da sociedade incorporem a temática como relevante desde o sentido macro ao cotidiano. Ao analisar o percentual das respostas do questionário *online* verifica-se que todos os profissionais consideram importante o tema, porém ao analisar as mensagens transmitidas, verifica-se que alguns desses professores não incorporaram de fato a temática, e ao não incorporarem não a trabalham em sala. Esse é um dos fatores que não permite a ambientalização na universidade.

Em pesquisa semelhante a esta e realizada na UNIVALI, verificou-se situação semelhante a esta encontrada na UNIVILLE, pois lá (UNIVALI), também o interesse pela temática de parte dos professores e coordenadores dos cursos de graduação, era perceptível, como se destaca: “percebeu-se uma sensibilização e interesse dos gestores, professores e coordenação de curso, em tomar iniciativas para avançar e mudar a situação atual quanto à inserção da temática ambiental e da sustentabilidade em suas disciplinas e cursos” (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014, p.155). Mas essas visões dos professores da UNIVALI demonstram-se diferentes, portanto, das falas obtidas nas entrevistas com os chefes dos departamentos da UNIVILLE. Apesar de esses destacarem a importância do tema, os discursos salientam práticas realizadas de cunho pessoal e não profissional. A diferença entre as respostas são influenciadas também pelas ações das universidades, pois enquanto a UNIVALI desenvolve/desenvolveu formação continuada, oficinas e mesas redondas sobre o tema sustentabilidade na universidade, a UNIVILLE, segundo os participantes da pesquisa, pouco apresentou quanto às possibilidades para consolidar tais conhecimentos a seus profissionais.

Algumas falas destacaram-se dos entrevistados, assim como de “P5”: *“trata-se de um tema importante, mas não a ponto de se transformar em disciplina em cursos pouco relacionados. Penso que a temática deva ser abordada mais em ações*

da *Universidade do que propriamente dos cursos*". Este profissional acredita que a temática é importante, mas que os docentes não precisam abordar em sala, que a própria instituição deveria suprir esta necessidade, por meio de programas institucionais. Porém, nem todos os programas institucionais e eventos conseguem atingir 100% do quadro discente, e mesmo que contemple grande número, não poderá problematizar e trabalhar com a perspectiva do indivíduo assim como deveria ser em sala de aula. Ao trabalhar no conjunto institucional, se estará ignorando a subjetividade dos estudantes, o grau de absorção da temática proposta, a especificidade de cada área de formação.

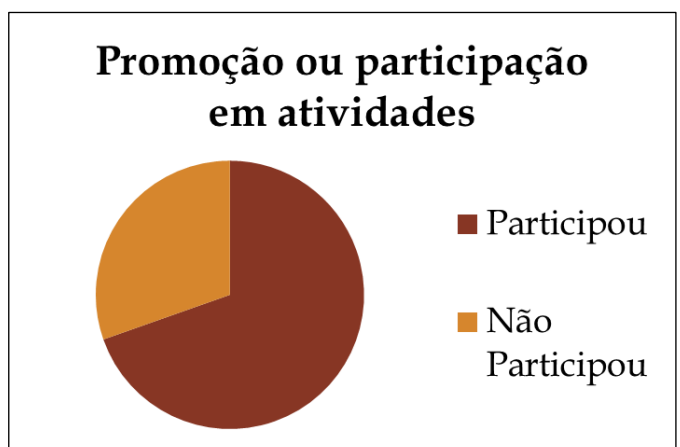
Já "P7" tem uma fala de acordo com a perspectiva ambientalizadora, que afirma a importância da temática em todos os níveis educacional - *"a Educação Ambiental é necessária da educação infantil a graduação. Vivemos em sociedade, e precisamos estar em contato com a natureza e cuidar dela para nossa própria sobrevivência"*. E nessa perspectiva ambientalizadora, a fala de "P8" complementa tal visão

*Porque o tema é muito importante na formação inicial de todas as profissões; porque a universidade fomenta demandas de transformações sociais e o ensino deve também responder às implicações de ponta nas pesquisas sobre o presente e o futuro do planeta.*

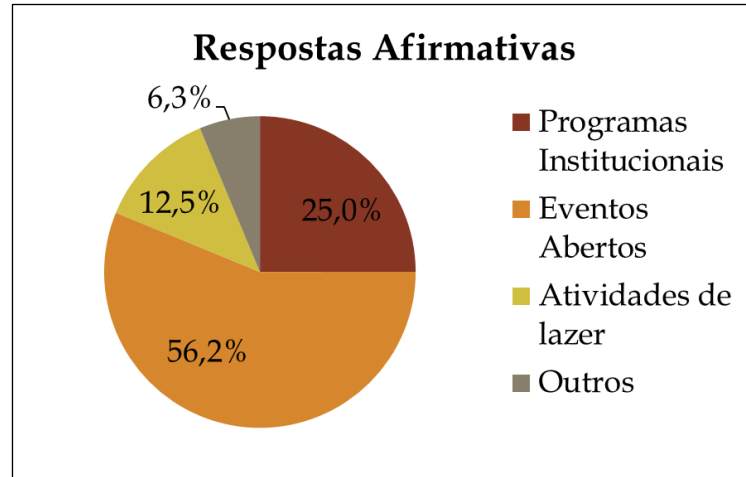
Além de Educação Ambiental estar presente em todos os níveis de educação, ela deve ser trabalhada de forma integradora, que consiga problematizar e solucionar as demandas sociais.

Questionados se a instituição promove ou promoveu ou se o profissional participa ou participou de alguma atividade realizada na UNIVILLE (questão 05 do questionário *online*), 69,6% responderam que sim que participou, e 30,4% que não, totalizando 23 respostas (gráficos 04 e 05).

Gráficos 04 e 05: A instituição promove ou promoveu alguma atividade de EA (Questão 05 do questionário *online*).



Fonte: Elaborado pela autora (2017).



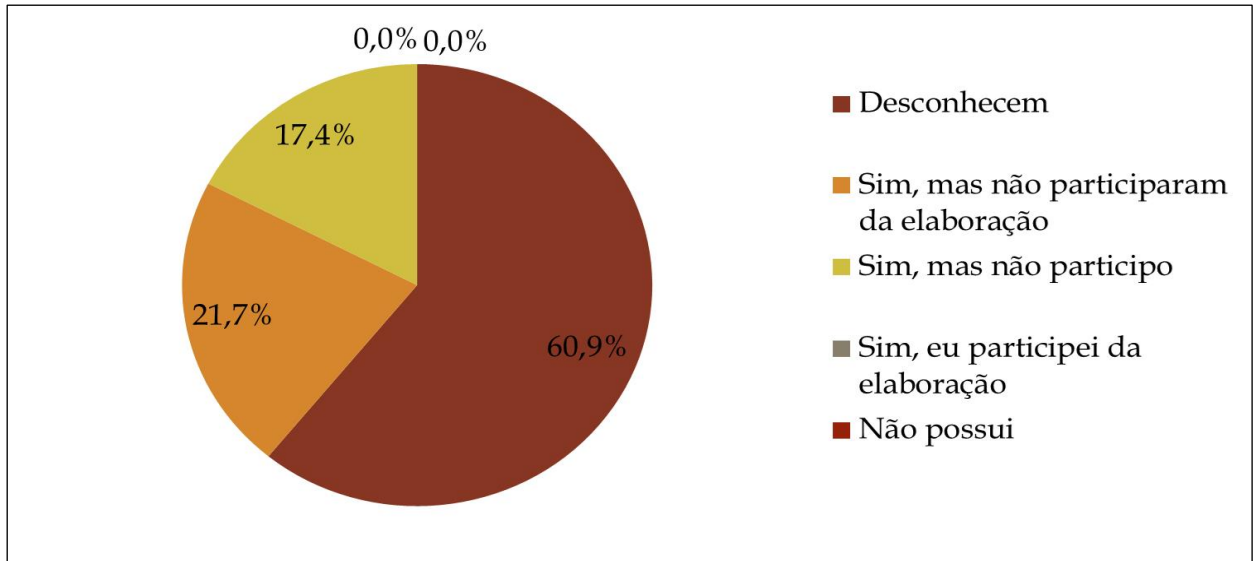
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Entre as respostas afirmativas, 25% citaram os programas institucionais, 56,3% citaram eventos abertos (palestras, seminários, oficinas), 12,5% citaram atividades de lazer e 6,3% citaram outros sem especificar. Estas respostas se referem ao conhecimento se a instituição fez alguma atividade ou se o próprio profissional planejou algo na área, pois 30,4% responderam de forma negativa. Se mais da metade responde de forma positiva pode-se supor que como os demais que responderam negativamente, deve existir algum problema de comunicação entre instituição/profissional, pois alguns profissionais demonstraram desconhecer a existência dos programas/eventos/grupos de discussão ou demonstraram falta de interesse em criar algo relacionado à temática com seus pares, discentes e/ou comunidade. Ou, até mesmo, pode indicar o desinteresse dos docentes em relação à temática. Guerra e Figueiredo (2014, p.154) apontam em seus resultados na pesquisa realizada na UNIVALI, também uma

dificuldade quanto aos canais de comunicação na universidade, mesmo que existam informativos impressos e digitais que divulguem sobre a temática. Os dados indicaram a necessidade de uma melhor divulgação e visibilidade institucional de projetos e ações direcionadas a essas áreas.

Ao questionar se o campus da UNIVILLE possui um Plano Diretor/ Plano de Gestão Ambiental (questão 06 do questionário *online*, gráfico 06), 60,9% dos respondentes disseram desconhecer, 21,7% têm ciência da existência, porém não participaram da elaboração e 17,4% responderam que sim, mas que não participam.

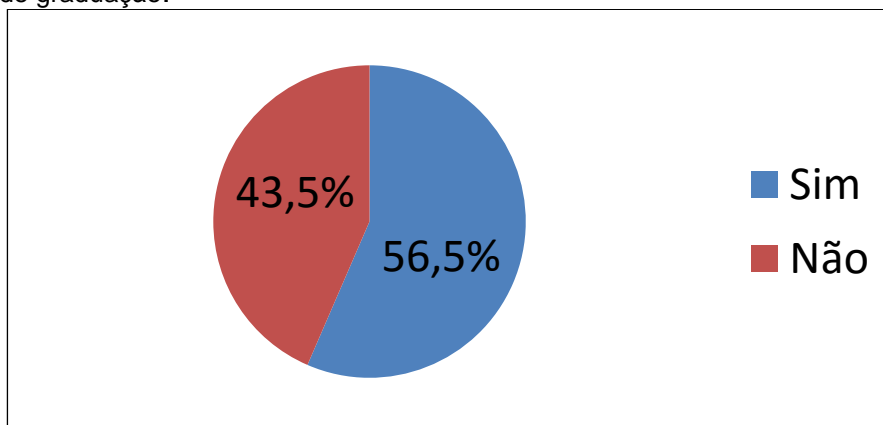
Gráfico 06: O campus da UNIVILLE possui um Plano Diretor/ Plano de Gestão Ambiental? (Questão 06 do questionário *online*).



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em relação ao estímulo que a universidade dá em relação à inclusão da EA nos cursos de graduação (questão 07 do questionário *online*), 56,5% dos profissionais acreditam que existe sim, que a universidade estimula e 43,5% acreditam que não, que a universidade não estimula (gráfico 07).

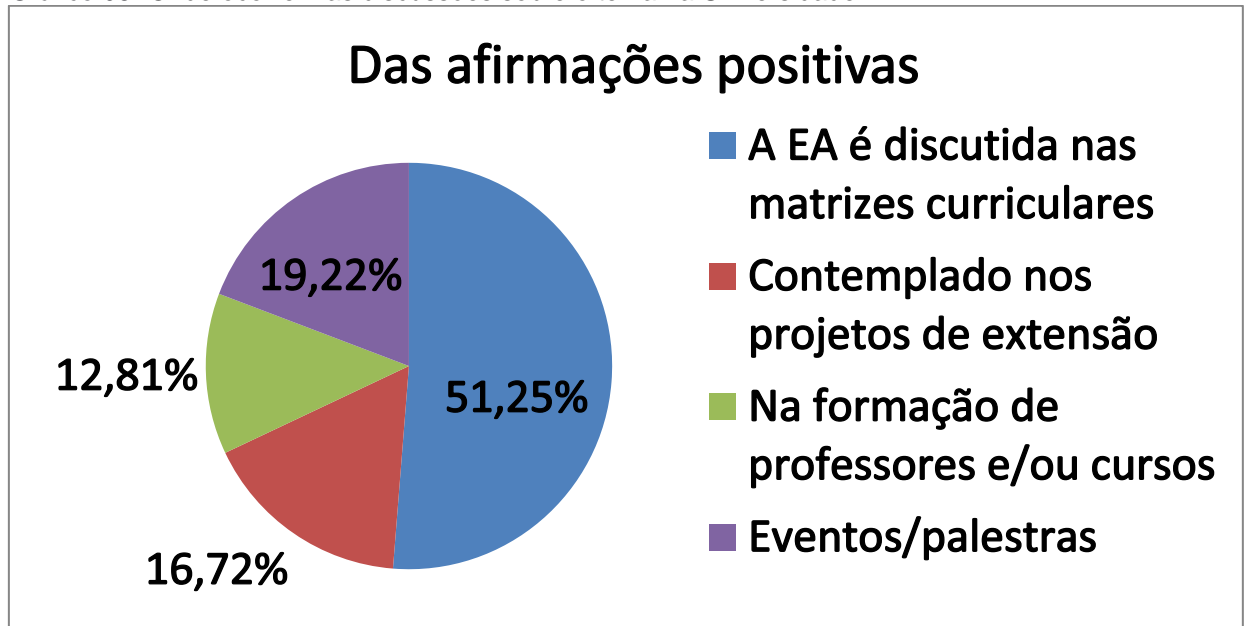
Gráfico 07: Visão do entrevistado referente ao estímulo da inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Dentre os que responderam positivamente, 61,53% profissionais afirmam que a EA é discutida dentro das matrizes curriculares, 23,07% afirmam que o tema é contemplado nos projetos de pesquisa e extensão, 15,38% na formação de professores e/ou cursos, 23,07% em eventos/ palestras.

Gráfico 08: Onde ocorrem as discussões sobre o tema na Universidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Destaca-se a afirmação negativa de dois dos respondentes dizendo que *“alguns professores não estão preparados para trabalhar o tema, até por que muitas vezes esses professores não possuem Educação Ambiental, de fato”*. Neste sentido, entende-se que o uso desse tema nas disciplinas deve partir dos professores que realmente estão envolvidos diariamente com Educação Ambiental, seja em casa, trabalho ou outra atividade. Com o passar do tempo, outros professores ao serem instigados pela instituição, ou trocarem experiências com aqueles que já consideram-se educadores ambientais, ou outras situações que podem despertar o interesse e sentir a necessidade de incluir o tema em suas atividades de ensino/pesquisa e extensão, ou seja, *“é um processo que leva tempo”* (P16) e *“não vejo isso como uma obrigação institucional, e também não concordo que seja”* (P15).

Pode-se analisar a fala de “P16” na perspectiva de que reconhece o despreparo de parte dos docentes para trabalhar com a temática dentro ou fora da sala de aula, porém, em vez de propor a capacitação destes, o professor isenta-os desta necessidade urgente e deixa a cargo daqueles que estão mais capacitados

para o trabalho com a temática. E “P16” ainda acrescenta que ao observar os seus pares contemplando a temática, os outros poderão ou não incluir o tema. Nesse pormenor entende-se que se faz parte da matriz curricular e do Plano Diretor da Instituição essa discussão, sobre a temática, portanto, não pode ficar a cargo do querer ou não do profissional. Cabe ao professor compreender a relevância do assunto e contemplar a temática.

Na fala do “P15”, destaca-se esta questão da não obrigatoriedade, uma vez que enfatiza que deve ficar à mercê da boa vontade do profissional. Tal fala aponta novamente para a necessidade da capacitação docente referente à relevância do tema. Esta fala traz consigo a valorização do currículo das áreas dos cursos e a desvalorização dos temas transversais. As pessoas precisam ser técnicas nas suas áreas de formação, mas se esquecem de ser “humanos mais humanos”. Outra questão importante de se observar é que o profissional destaca que não vê obrigação Institucional, ou seja, entende que podem os docentes optar em abordar ou não, a temática e que a universidade, num todo, também poderá optar em ter ou não uma visão com a temática integrada. Neste sentido, cabe o questionamento: que tipo de sujeito na perspectiva deste profissional a universidade deve formar?

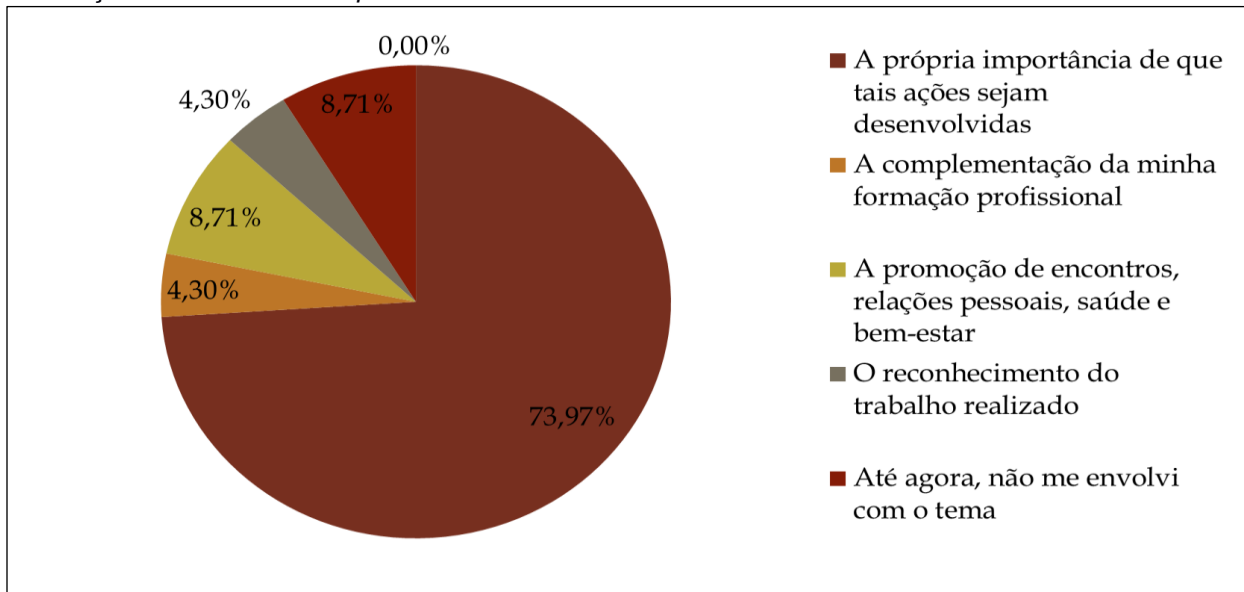
Vieira (2015, p.106) afirma que “a relação com o lugar é de um sujeito imbricado com esse lugar, propiciando um envolvimento com o ambiente e a compreensão de que a sustentabilidade pode ser pensada e construída a partir desse envolvimento”. A partir do entendimento de Vieira (2015), pode-se considerar que o profissional que não assume em sala o papel de educador sustentável não incorporou tal ideia. Portanto, não criou conexões emocionais com o ambiente onde se encontra, ignorando a necessidade de lutar por melhorias.

Quando questionados sobre o que os motivaria participar ou promover ações voltadas à temática da Educação Ambiental no *campus* (questão 08 do questionário *online*, gráfico 09) 95,83% dos respondentes enfatizaram que se sentem motivados em vista da natureza que deve ser preservada. Os participantes possuíam 06 opções para selecionar como respostas para essa questão, sendo, que foram classificadas da seguinte forma: 73,9% afirmaram que “a própria importância de que tais ações sejam desenvolvidas”; 4,3% “a complementação à da minha formação profissional”; 8,7% “a promoção de encontros, relações pessoais, saúde e bem-estar”; 4,3% “o reconhecimento do trabalho realizado”; 8,7% “até agora, não me envolvi com o tema”. Todos enfatizaram a preservação da natureza como



complemento à resposta. Assim, mais da metade das respostas demonstram que os participantes sabem da importância da temática. Portanto, estão inteirados sobre o assunto e que há um determinado interesse em desenvolver algo com a temática. Cabe à universidade captar esta informação e repensar o modo que tem trabalhado com o tema e reformular esse trabalho para que atinja a todos/as.

Gráfico 09: O que o motiva/motivaria a participar ou promover ações voltadas à temática da Educação Ambiental no *campus*?

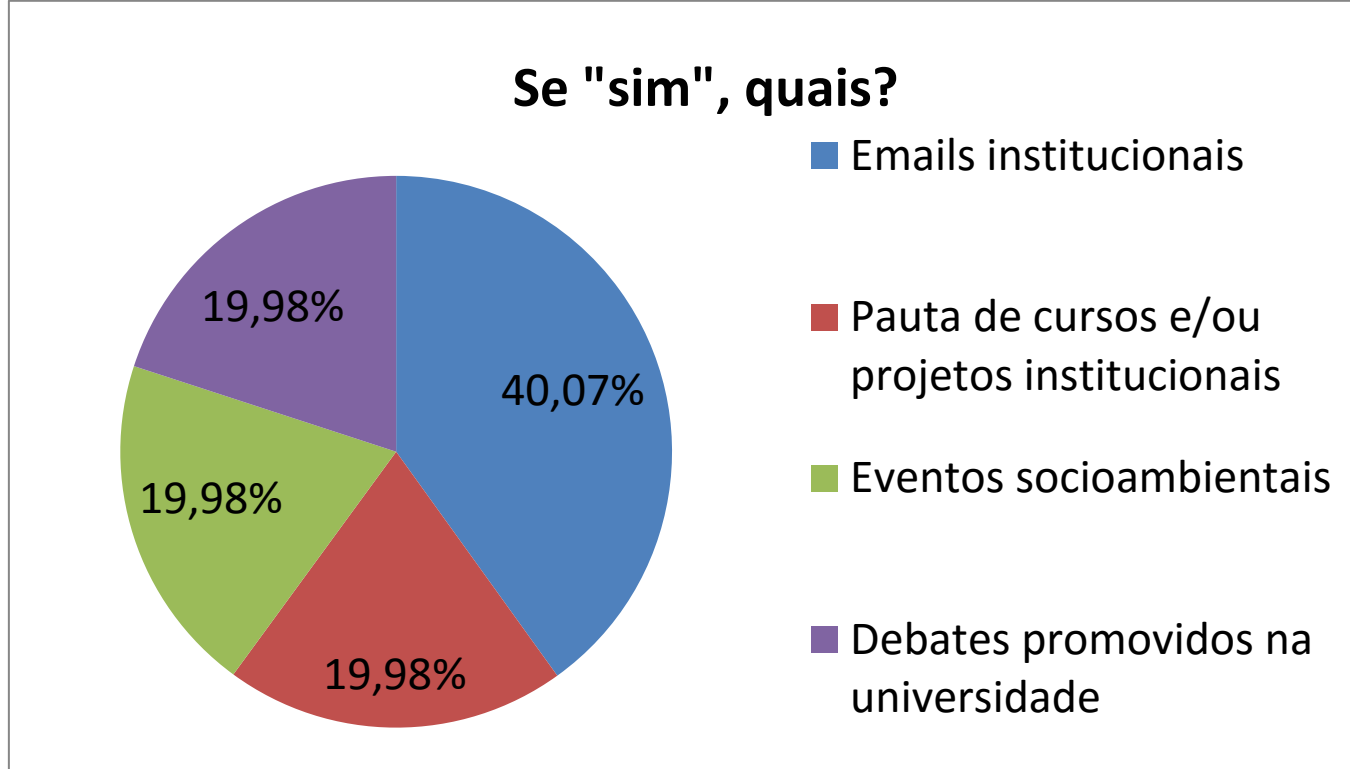


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em relação à perspectiva dos docentes sobre a possibilidade de capacitar-se dentro da Instituição sobre os temas de Sustentabilidade Socioambiental (questão 09 do questionário *online*), 95,83% responderam esta questão. Dentro desses retornos, 73,9% afirmaram que não haviam se capacitado e 26,1% responderam que sim. Mais da metade dos participantes responderam negativamente a questão. Este quadro demonstra que houve falha no processo interno dos Departamentos que participaram dessa pesquisa e que pode ser de comunicação e/ou de formação. Analisando as respostas afirmativas (visualizar gráfico 10), verificaram-se três citações (50%) que os temas foram abordados na capacitação docente que a Instituição oferece, sendo que os dados configuram-se assim: 33,3% receberam *e-mails* institucionais que abordavam o tema; 16,6% afirmavam que “a questão é pauta na linha de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – MPCS e do curso de Letras e Programa Institucional de Incentivo à Leitura – PROLER/UNIVILLE”; 16,6% em “eventos socioambientais” e 16,6% indicaram que

“as questões que envolvem sustentabilidade socioambiental são debatidas na universidade”.

Gráfico 10: Você recebe ou recebeu da Instituição capacitação para trabalhar com estas questões relacionadas à Sustentabilidade Socioambiental?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Pode-se perceber que há “ruídos” na comunicação entre os agentes da universidade e na cobrança da abordagem do tema em relação a esses departamentos participantes da pesquisa. Se os *e-mails* são um meio de levar a informação, essa ferramenta não está atingindo a maioria das pessoas. Se os chefes de departamento devem repassar as orientações da PROEN (Pró Reitoria de Ensino), apenas uma pessoa relatou tal ação, e para os demais professores que não relataram e/ou chefes de departamentos quem deveria repassar as informações? Se o Programa de Formação Docente existe na Instituição, porque apenas três professores desses departamentos relataram existir? De certa maneira percebeu-se que os professores que participaram desta pesquisa (Centro de Humanas e Biológicas e Direito) não reconhecem a formação fornecida pela Instituição como relacionada à Sustentabilidade Socioambiental.

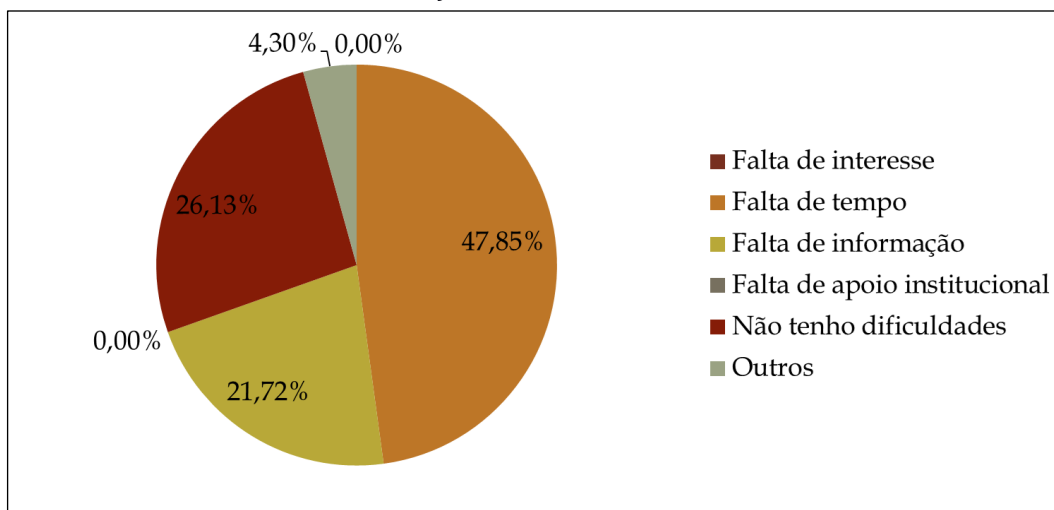
Apesar do retorno negativo de alguns professores em relação à promoção de atividades relacionada com as questões socioambientais, o Departamento “Centro de Inovação Pedagógica” desenvolveu nos últimos anos, as seguintes atividades:

<p>Mini-Curso: Uso de Isótopos Estáveis em Estudos Ambientais –          Data: 18 a 22/02/2013          Ministrante: Prof. Luiz Antônio Martinelli, Dr. (USP)          Carga Horária: 30h/a          Participantes: 06</p>
<p>Palestra: Estudo de Impacto Ambiental – EIA: Um exercício interdisciplinar: O Caso da implantação da BMW no município de Araquari/SC          Data: 10 e 11/02/2014          Ministrante: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jaidette Farias Klug          Carga Horária: 4h          Participantes: 38</p>
<p>Atividade: Educação Ambiental nas Trilhas Interpretativas do CEPA - Vila da Glória          Data: 12/02/2016          Ministrantes: Prof<sup>a</sup> Elzira Maria Bagatin Munhoz, Prof. Sidnei da Silva Dornelles, Prof. João Carlos Ferreira de Melo Junior, Prof. Tarcísio Possamai, Prof. Cláudio Rudolfo Tureck          Participantes: 10</p>

A universidade desenvolveu três ações com um número limitado de participantes, ofertado em períodos espaçados e com carga horária breve. Ao retomar as percepções dos docentes em relação à formação que a universidade fornece, entende-se que não foram desenvolvidas atividades suficientes para consolidar no imaginário de tais sujeitos a imagem de uma universidade preocupada com as questões socioambientais.

Ao serem questionados sobre as dificuldades que o participante encontrou ou encontra para participar nas ações desenvolvidas nas temáticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade (questão 10 do questionário, gráfico 11), 95,83% responderam a questão da seguinte forma: 47,8% assinalaram a falta de tempo para trabalhar com a temática; 21,7% falta de informação; 26,1% afirmam não possuir dificuldades e 4,3% outros (não especificados).

Gráfico 11: – Quais são as dificuldades que você encontrou/encontra para sua participação nas ações desenvolvidas na temática de Educação Ambiental e Sustentabilidade?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A maioria dos participantes alegou a falta de tempo como a maior dificuldade para trabalhar com o tema, e esta afirmação pode indicar uma supervalorização do conteúdo específico dos cursos não restando tempo para trabalhar com os temas transversais ou, até mesmo, a dificuldade em abordar tais temas. É possível que o professor não saiba como introduzir e relacionar as temáticas que fogem do currículo duro. Outra possibilidade é que muitos professores já trabalham com a disciplina há muito tempo e já possuem o conteúdo programático pronto e não têm interesse em repensar sobre o mesmo.

Novamente surgem aqui indícios da falta de informação, com um índice expressivo de 21,7% assinalando como sendo esta uma dificuldade para desenvolver a temática em sala de aula. Reitera-se a necessidade da universidade repensar a formação docente e o modo de divulgar seus eventos/pesquisas/ações em geral. A imagem de uma “Instituição Verde”, que muitas falas afirmaram que a Instituição possui, parece estar fragilizada nos depoimentos prestados. Precisa-se ir além da imagem e consolidar as ações perante a sociedade. Se uma Instituição que possui uma imagem divulgada e consolidada como “Instituição Verde” na divulgação, mas não na ação interna e mesmo externa acaba por transmitir para a população que aquela (des)ação é que está correta. As pessoas poderão se apropriar e reproduzir esse modelo sem questionar-se, pois a Instituição por ser uma universidade, carrega um *status quo* do conhecimento.

Utilizando-se da mesma categorização de Fernandes, Cunha e Marçal Junior (2003) para classificar as entrevistas feitas com os chefes de departamento, pode-se observar que existem duas visões dominantes entre esses professores: a de Resolução de problema (50% das respostas), e a Integradora (50% das respostas). Como se observa no Quadro 06, comparando-se com os questionários *online*, nota-se uma grande diferença de perspectiva sobre o tema em estudo.

Quadro 06 - Trechos das falas relacionadas às concepções de EA

<b>Participante</b>	<b>Resolução de Problema</b>
E2	É ter consciência de que a questão ambiental é muito ampla, mas que começa consigo mesmo e com entorno.
E3	É um meio de gerar uma consciência ética em relação ao meio em que vivemos.
E6	É uma educação para a cidadania, a preservação do ambiente também faz parte da cidadania. A degradação ambiental causada pelo homem ou pelo comportamento, determinado comportamento das pessoas afeta a questão da cidadania, ou seja, o cidadão não é só aquele que vota, mas aquele que também preserva a natureza. Preserva o ecossistema, preserva a vida como um todo.
<b>Participante</b>	<b>Integradora</b>
E1	Processo através do qual a sociedade constrói o conhecimento, valores, e hábitos com o objetivo de sustentabilidade ambiental.
E4	Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais.
E5	É entender essa relação de ser humano e meio ambiente [...] um desenvolvimento de atividades de um pensamento pedagógico voltado a essa relação.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Enquanto as respostas sobre a concepção de Educação Ambiental dos questionários *online* apresentaram três categorias (40% tradicional, 44% resolução de problema e 16% integradora), as entrevistas informaram duas categorizações com concepções mais avançadas sobre o tema.

Ao serem questionados sobre as suas práticas cotidianas, os docentes citam que cuidam para separar o material reciclável do material orgânico em suas residências. É uma ação que foi e ainda é trabalhada em diversas esferas da sociedade, e a Univille contribui com esta situação.

Em 2002, Marcheze, Petri e Santos (p.65), verificaram a necessidade de buscar uma forma adequada de destinação aos resíduos (sólidos, orgânicos entre outros), que era gerado na universidade.

Objetivou-se efetuar coleta seletiva na UNIVILLE e destinar os resíduos coletados a processos adequados de reciclagem, além de promover palestras de sensibilização à comunidade interna sobre a importância da questão ambiental nos dias de hoje e da necessidade da coleta seletiva de lixo, da destinação adequada deste e da reciclagem, de minimizar a geração de resíduos, assim como a comunidade universitária atuar como multiplicadora dessa filosofia na comunidade externa.

Durante e após o período de formação dos discentes e funcionários da universidade em relação do trabalho quanto à reciclagem, houve uma queda na produção de material reciclável devido à diminuição do consumo. “Observou-se uma diminuição na geração do papel misto, caracterizando o bom aproveitamento de palestras de conscientização pela comunidade interna, principalmente na reutilização do papel (MARCHEZE, PETRI e SANTOS, 2002, p.65)”.

O processo de sensibilização referente às questões ambientais deve ser feito de forma gradual e em longo prazo para que gerações tenham aprendizados parecidos e possam sentir-se em rede de apoio e com o conhecimento consolidado, tornando-se assim um propagador. Muitos professores responderam de forma negativa a esta questão alegando que a universidade não desenvolve formação de Educação Ambiental, pois muitas vezes não se divulga as ações enquanto Educação Ambiental ou por falta de ação mesmo.

#### 4.4 Sustentabilidade Ambiental pautada na conscientização e na preservação do meio ambiente

Ao longo da existência humana, os homens passaram por diversas formas de interagir com outros seres vivos e o meio onde estavam inseridos. Desde o período antigo exploram o meio natural para construir civilizações: os romanos inventaram grandes aquedutos, desviando a água dos rios; os egípcios e suas pirâmides; o império Inca construiu uma cidade com rochas. Já no período medieval, buscaram

explorar jazidas de pedras e metais preciosos para confeccionar vestimentas, espadas, armaduras, enfim, diversos objetos. Com a idade moderna, de acordo com a cronologia europeia, o absolutismo monárquico reina com a vida luxuosa da realeza, com a exploração de novas terras e povos devido as grandes navegações.

Após o término da Primeira Guerra Mundial na primeira metade do século XX, os Estados Unidos da América assumem o posto de liderança mundial diante as nações, e cria o *American way of life*. Esse novo estilo de vida estadunidense visava o estímulo ao consumismo e a expansão da sua cultura a outros povos. Mas, ao mesmo tempo em que o homem se sente no direito de explorar os elementos naturais, a natureza corresponde a essas ações à sua maneira.

Os efeitos colaterais da ação humana desencadearam uma série de discussão entre a população e o governo estadunidense. Em janeiro de 1951,

o presidente Truman instituiu a Comissão de Política de Materiais para estudar o que descreveu como “um dos problemas cruciais que a nação tem de enfrentar” e recomendar as medidas adequadas. Em parte, a motivação para a iniciativa foi à consciência, intensificada pelo esforço de guerra, de que era importante para os preparativos militares que houvesse adequado fornecimento de materiais. Mas Truman encarregou a comissão de “estudar os aspectos mais vastos e a longo prazo do problema dos materiais, para além das imediatas necessidades da defesa nacional”. Suas instruções se referiam diretamente às necessidades criadas pelo “contínuo crescimento dos Estados Unidos” e prosseguiram dizendo: “Não podemos permitir que a escassez de materiais prejudique nossa segurança nem se torne um obstáculo à nossa expansão econômica” (FRIEDMAN, 2009, p.441).

Portanto, essa foi uma das primeiras discussões institucionais referentes à preocupação com a natureza e visava uma sustentabilidade voltada para a guerra e ao mercado. Indo então, contra ao que o planeta Terra necessita. Boff (2014, p.14) afirma que precisa-se de “uma sustentabilidade real, efetiva e global, conjugada com o princípio do cuidado e da prevenção”.

Para que essa sustentabilidade real prevista por Boff (2014) ocorra, necessário se faz a mudança dos valores humanos pautados na visão que a espécie humana é tão merecedora de ter uma vida confortável assim como as futuras gerações quanto qualquer outra espécie viva. Acredita-se que para se alcançar a sustentabilidade Ambiental, necessária se faz a conscientização dos humanos, em especial para que aconteça a preservação do meio.

Porém, um ponto questionável é até onde o meio ambiente necessita da conscientização e do cuidado humano para continuar preservado. Ao colocar-se o homem no centro de tudo como o herói (o cuidador), não estaria legitimando a visão antropocêntrica? Ao continuar degradando o meio ambiente além de outras espécies, a espécie humana também não correrá o risco de extinção? O meio ambiente após a extinção humana poderá de certa forma recuperar-se, porém os humanos uma vez extintos não habitarão mais essa terra. A conscientização humana é necessária sim para frear os abusos causados ao meio, porém essa conscientização deve acontecer acompanhada da mudança de valores que enfatizem a coexistência sustentável entre as espécies sem a distinção entre homem e natureza. A “humanidade faz parte da natureza, embora difira profundamente da vida não-humana pela sua capacidade de pensar conceitualmente e de comunicar simbolicamente” (BOOKCHIN, 2010, p.26). A espécie humana tem a capacidade de intervir no meio de forma autoconsciente, e essa intervenção pode ser criadora ou destrutiva.

A partir do momento que o ser humano assume que na visão antropocêntrica separou-se da natureza e a utilizou de forma destrutiva com o intuito de produzir bens de consumo, começa-se a refletir sobre como instituir um modelo de sociedade sustentável. Boff (2014, p, 14) trabalha com o significado de sustentabilidade como sendo

o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades do presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

Essa reflexão sobre o modelo de desenvolvimento e os impactos gerados deve ser coletiva, democratizada, pois somente após a conscientização da espécie humana e sua sensibilização é que poderá haver uma mudança ativa. “Essa conscientização de respeito à natureza como um bem comum, considera a capacidade de regeneração dos recursos materiais e contribui para a distribuição equitativa da riqueza gerada” (BALDIN *et al*, 2016, p.56). Possibilita-se, assim, uma vida digna para todos.

Repensar o modelo de desenvolvimento atual é buscar um novo modelo de desenvolvimento



que proponha uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente, dando ênfase à utilização racional dos recursos naturais. Isto significa dizer que deve ser, este um modelo de desenvolvimento voltado pra a sustentabilidade e que esteja diretamente relacionado com a superação da pobreza, com a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação, com a utilização de fontes renováveis de energia e com um processo de educação e inovação tecnológica cujos benefícios sejam compartilhados por toda a sociedade (BALDIN *et al*, 2016, p.56).

A reflexão sobre o modelo vigente e a disseminação de uma consciência ambiental para as populações deverão ocorrer por diversas vias, porém um canal fundamental é através da Educação Ambiental nos meios formais e informais. “Destaca-se que o maior desafio da EA é incentivar as pessoas a se reconhecerem capazes de tomar atitudes e mudar comportamentos nos seus respectivos cotidianos” (BALDIN *et al*, 2016, p.45). Dessa forma, se estará estimulando a formação de uma consciência crítica coletiva e buscando a “prática de uma vida saudável e solidária que deve sobrepor-se à ênfase da cultura individualista e consumista” (BALDIN *et al*, 2016, p.46).

#### 4.5. A ambientalização da universidade e a construção de novos comportamentos e valores

As universidades foram criadas no período medieval com o intuito de formar uma classe dominante com sensibilidade estética, literária, matemática e filosófica a qual queria ter acesso ao ensino, assim como o clero. Porém, ao consolidar-se o capitalismo, o ensino tornou-se fragmentado, ao mesmo tempo em que ficava cada vez mais específico em determinados assuntos. Desconectou o papel do homem do sagrado tornando-o algoz do meio natural. As universidades, então, tiveram papel fundamental para disseminar o pensamento antropocêntrico, porém, no tempo presente ainda questiona-se, seja o modelo tradicional e conservador, seja o modelo vigente. A educação do ensino superior já não é mais exclusiva para determinada classe social, uma vez que se, torna cada vez mais acessível às pessoas, embora ainda não a todos.

O modo de ensinar/aprender dentro das salas de aula já não basta. O ensino não se encontra encarcerado dentro de quatro paredes, ele está em todo local que o olhar pode chegar. Deste modo os docentes, funcionários, a instituição num todo devem repensar um novo modo de ensinar, quais valores serão propagados na sociedade acadêmica e geral. Enfim, qual é o modelo de sujeito que as universidades pretendem formar e quais os impactos socioambientais que acontecerão a partir deste modelo?

A partir do questionamento anterior e da ciência de que a educação é um campo de disputa, busca-se fundamento em Ruscheinsky (2014, p. 99), que salienta: na universidade

a inserção da perspectiva ambiental e a institucionalização nutrem-se de questões que mantêm laços muito estreitos e ambos não correspondem à recepção acrítica de novos valores em face das questões ambientais. As tendências recentes das políticas públicas ambientais brasileiras retratam articulações com interesses enraizados, ora alheios, ora comprometidos com questões socioambientais. As temáticas relativas à sustentabilidade ambiental tornaram-se objeto de preocupação social em sentido abrangente.

A universidade, enquanto instituição social deve trabalhar a Educação Ambiental de forma crítica, com a noção de que o seu espaço também é um espaço ambiental e não fechada em si mesma e com a noção de que “o meio ambiente é algo externo ao ser humano e à sociedade, como se também não lhe pertencesse” (RUSCHEINSKY, 2014, p. 100). Assim, mais que ensinar sobre o meio ambiente, a universidade deve estimular o sentir, o pertencer ao meio ambiente.

E essa sensibilidade, o sentimento de pertença com o meio, só será desenvolvida a partir da apropriação de novos valores e/ou a evolução de valores já intrínsecos aos sujeitos. Para que se tenha a disseminação destes valores, a ambientalização do ensino superior é essencial para que tenhamos, um dia, uma sociedade ambientalizada,

Sorrentino e Biasoli (p.40, 2014) afirmam que

o primeiro eixo transversal propiciador da ambientalização é do diálogo sobre utopias e valores. As instituições não podem negligenciar essa responsabilidade de propiciar, a cada um dos seus participantes, um questionamento profundo do consumismo que nos distancia de nós próprios e de apresentar um grande leque de

utopias de todos os tempos, estimulando, em cada pessoa, a construção de seus próprios valores e virtudes.

A instituição necessita garantir a apresentação das diversas correntes, pois a partir disto cada sujeito poderá se apropriar e criar seus próprios mecanismos de lidar com a sociedade de consumo. Deve-se

instrumentalizar o jovem e o ser humano para enfrentar os seus medos, ter confiança no outro e buscar o bem comum, daí emergindo a compreensão, a necessidade e a capacidade de fazer política pública e de trabalhar seu interior, comunitária e globalmente, resgatando a máxima aprimorada do movimento ambientalista: pensar e agir global e localmente e trabalhar-se interiormente (SORRENTINO e BIASOLI, p. 41, 2014).

Além das questões ideológicas/morais/educacionais, a universidade deve estimular os sentidos do sujeito possibilitando que a percepção se ressignifique em algo palpável. Como falar em Educação Ambiental numa instituição toda concretada? Como falar em transformação da sociedade se todo o trabalho manual ou de planejamento do espaço é feito por funcionários e técnicos sem ao menos oportunizar aos educandos a participação da ação?

Para garantir a ambientalização da universidade é necessário que as instituições criem

um coletivo de profissionais que nelas atuam e de colaboradores interessados [...] Em seguida vem o desafio de elaborar um programa de Educação Ambiental e sustentabilidade ou outro nome que se considere mais pertinente para expressar o compromisso da instituição com o fomento de uma cultura de sustentabilidade socioambiental (SORRENTINO e BIASOLI, p. 42, 2014).

Dentro deste compromisso, a universidade pode oportunizar aos educandos por meio do currículo, projetos de extensão ou até mesmo em oficinas, a possibilidade dos educandos aprenderem a lidar com os elementos da natureza como a terra, água, sementes e etc. Que os estudantes saiam da universidade não só preparados para uma profissão, mas sim para a vida, que saibam identificar um problema no espaço urbano/rural e que possam intervir quando há possibilidade ou que saibam como solicitar que os órgãos competentes intervenham. Que a universidade possibilite o contato com a terra, com a criação não só para fins

educacionais, mas também como fins terapêuticos, pois a cada ano vende-se mais remédios para doenças psicológicas que poderiam ser amenizadas com a possível mudança de vida. Mas como mudar?

Sorrentino e Biasoli (p. 43, 2014) afirmam que,

é necessário evoluir na institucionalização informal, que é relacional, subjetiva e imaterial, ou seja, no estímulo e apoio para que a Educação Ambiental para a sustentabilidade esteja presente em todos os espaços de encontros e convivencialidade que ocorrem dentro e fora da instituição, desde a cantina até o cotidiano de seus grupos diversos, das suas moradias às festas e reuniões, dos banheiros às secretarias e salas de aula, fortalecendo o pilar do instituí-te.

Entre os dias 13 e 14 de agosto de 2002 a UNIVILLE promoveu o seminário denominado “A promoção da qualidade de vida pela produção do conhecimento e conscientização ambiental” durante a semana da comunidade, que resultou além do registro escrito em formato de anais, na possibilidade de repensar o papel da instituição em relação ao “comprometimento da comunidade científica da Universidade com a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da região” (FURLAN, 2002, p.05).

Tal ação foi parte das atividades do Projeto de Pesquisa “A Promoção da Qualidade de Vida pela Produção do Conhecimento e Conscientização Ambiental: Uma Política de Educação Ambiental para a Comunidade de Joinville e Região”, que até a data do evento ainda não havia obtido aprovação para colocar-se em prática envolvendo a comunidade acadêmica. Segundo Baldin (2002, p.06), dever-se-ia considerar “que tanto a UNIVILLE como a própria região de Joinville propiciam cenários específicos para o desenvolvimento de pesquisas na área da educação-conscientização ambiental, justificando-se, portanto, a importância da execução” do referido projeto.

Na época acreditava-se que as ações desenvolvidas no seminário resultante de pesquisas aplicadas na instituição poder-se-iam “iniciar a construção de uma cultura na área ambiental [...] que seria o primeiro passo para a criação de uma consciência ambiental com vistas a uma política de Educação Ambiental na instituição” (BALDIN, 2002, p.09). Porém, se considerarmos o período de 2013 a 2016, esse demonstra que a universidade possibilitou apenas três situações de

formações aos docentes, ações que não são suficientes para desenvolver e/ou manter uma cultura ambiental.

Percebe-se que a discussão em torno das questões ambientais e Educação Ambiental não são nova na instituição, resultado do engajamento de muitos sujeitos que já haviam interiorizado os valores necessários para coexistir de forma pacífica e harmônica com as demais espécies vivas no meio em que os cerca. Porém, o entendimento de ambientalização curricular na instituição não se tinha até então. E, portanto, algo novo, que aponta novos horizontes para a UNIVILLE.

Outra pesquisa também apresentada no seminário de 2002 foi “A presença da temática ambiental no ensino fundamental da Rede Municipal de Joinville-SC”, que buscou saber

se as unidades escolares do ensino fundamental desenvolvem a temática ambiental em suas propostas pedagógicas; se os professores do ensino fundamental trabalham o tema meio ambiente e se as unidades escolares recebem os profissionais da educação devidamente capacitados (ERHARDT, 2002, p.53).

Naquele momento, investigar sobre as ações e formação dos docentes da Rede Municipal de Joinville possibilitou a visão da percepção da temática. Dentre os resultados obtidos,

30% dos participantes disseram que a temática meio ambiente fez parte da sua formação; 35% declararam que a temática não fez parte da sua formação; e 35% que às vezes a temática ambiental foi trabalhada em algum conteúdo do curso. Dos 65% dos professores que tiveram a temática ambiental em sua formação, 22% disseram que foi de forma disciplinar, 43% que foi de forma interdisciplinar, e 35%, que foi de forma transversal. Dos professores que não tiveram a temática meio ambiente no curso de formação, 68% afirmaram que adquiriram as informações por meio de leitura, estudos e palestras, 51% dos professores afirmaram que a temática ambiental faz parte da prática pedagógica no seu dia-a-dia; 37% que é abordada ocasionalmente, e 10% o fazem esporadicamente em datas comemorativas. Nos dados obtidos com a pesquisa, observou-se que as principais dificuldades em desenvolver a Educação Ambiental apontadas pelos professores são: a falta de tempo (19%); a falta de material didático e a falta de recursos para as aulas de campo (17%); a relação teoria/prática, a relação do tema com o conteúdo trabalhado e a falta de conhecimento da área (10%). Quanto à disponibilidade (pessoal) em trabalhar com a temática ambiental, 82% manifestaram-se favoráveis ao fazê-los em suas aulas; 64% dos professores gostariam de participar da elaboração de uma proposta para melhorar a prática pedagógica, ter a oportunidade de ampliar os

conhecimentos para aperfeiçoar a prática em sala de aula. Ao realizar a pesquisa documental em unidades escolares da rede municipal de ensino de Joinville, constatou-se que 62,5% (P.P.P.) apresentam uma fundamentação teórica parcial, não deixando claro o que querem com o trabalho; 25% não apresentam fundamentação teórica; e 12,5% apresentam uma boa fundamentação teórica para o desenvolvimento do processo educativo. Apenas 50% das propostas contemplam os temas transversais/temática ambiental. Quanto à grade curricular, constatou-se que 67% das disciplinas não apresentam especificamente conteúdos sobre o meio ambiente; em 48,3% dos planos de aula pesquisados foram encontrados registros sobre a temática ambiental [...] Faz-se necessário que os órgãos competentes busquem alternativas para disponibilizar os recursos, os meios e os materiais para viabilizar o desenvolvimento da temática ambiental nos diferentes níveis de ensino. Deve-se promover com urgência a capacitação dos professores para que possam concretizar por meio do trabalho diário, na escola, o desenvolvimento da temática, uma vez que os professores continuam chegando às salas de aula sem a devida capacitação na área ambiental. É preciso que o corpo docente defina com urgência os princípios que deverão conduzir o trabalho dos professores na escola, para que possam estabelecer os objetivos a serem alcançados e definir temas ambientais a serem trabalhados com os conteúdos das disciplinas. Também é necessário que o dirigente da unidade escolar passe a se preocupar com a problemática ambiental e com a sensibilidade dos que compõem a equipe escolar e tome a iniciativa de, junto com eles, discutir, elaborar, desenvolver e melhorar o ambiente escolar. Ou, ainda, que conteúdos ambientais passem a ser contemplados nos conteúdos dos programas de ensino (ERHARDT, 2002, p.55).

Tais dados revelam a carência existente na formação acadêmica destes sujeitos. Demonstra também o como e quanto à universidade precisava, a 15 anos atrás, de rever a forma de abordar a Educação Ambiental nas licenciaturas. O papel da universidade na construção de novos valores é inegável, porém não cabe apenas a esta instituição a necessidade de ser ambientalizada, pois a escola e toda a sociedade devem ter como fim serem ambientalizadas.

É este um processo lento, que aos poucos vai atraindo adeptos para a causa. Porém, por falta de interesse de determinados grupos sociais muitas pessoas não têm acesso a essas formações e nem à possibilidade de repensar seus valores e comportamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mensagens dos PPC'S e dos participantes

A proposta de estudo das características de ambientalização curricular orientadas pela Rede ACES nos PPC's dos cursos de Licenciatura e Direito da UNIVILLE surge da perspectiva de a Instituição enquadrar-se nos quesitos exigidos pelo INEP, tendo em vista o seu credenciamento enquanto Universidade. No decorrer da análise dos PPC's desses cursos verificou-se a preocupação da Instituição em adequar-se aos quesitos que são propostos.

Embora esta necessidade recente em reavaliar os PPC's para que os mesmos estejam dentro das normas, já havia interesse por parte de docentes e em determinadas gestões em repensar a UNIVILLE enquanto instituição que respeita o meio ambiente. Portanto, projetos e ações já haviam sido desenvolvidos por grupos específicos na universidade, só não fora entendido que deveria ser incorporado como filosofia institucional voltada para a ambientalização.

A maior quantidade de indícios de ambientalização foi localizada justamente nos trechos comuns a todos os cursos. Este fato demonstra uma situação vertical, pois apesar de os documentos terem participação do corpo docente na sua elaboração, em alguns dos cursos não houve a preocupação com a inserção da temática ambiental no currículo. Há preocupação com o credenciamento, porém a preocupação da relação conteúdos com a questão sócioambiental não parece ter sido incorporada por todos os docentes. Portanto, além de refazer os PPC's, essa Área do conhecimento na Universidade necessita promover cursos de capacitação para auxiliar os docentes a incorporarem a temática às suas práticas. Cabe estimular discussões coletivas com os sujeitos que frequentam a Instituição, assim esses poderão incorporar o espírito democrático para que se apercebam da necessidade de sujeitos conscientes na sociedade.

Após a análise dos dados obtidos com os PPC's e com as entrevistas, foi possível perceber certa dificuldade dos profissionais em, primeiro, estabelecer um conceito de Educação Ambiental e sustentabilidade socioambiental e, em segundo, que os PPC's analisados pouco abordam sobre essas temáticas. Se o documento



norteador dos cursos pouco aborda as temáticas, privilegiando os conteúdos específicos dos cursos, os professores terão a tendência de seguir esse procedimento e o perpetuarem.

Apesar da diretriz em geral pouco orientar em relação à temática, muitos professores demonstraram interesse no assunto. Demonstraram boa vontade em participar de formações continuadas, de abordar o conteúdo em sala de aula, de desenvolver projetos de extensão, entre outros. Esses dados encontram respaldo nos resultados obtidos em pesquisa semelhante realizada na UNIVALI, quando os autores Guerra e Figueiredo (2014, p.155) afirmam que

embora possa parecer pequena a participação de professores e coordenadores na pesquisa e reduzidos os indícios de ambientalização curricular nos cursos de graduação da universidade, em sua maioria, os participantes demonstraram disposição em refletir sobre essa temática.

Os PPC's dos Cursos de Direito, História e Ciências Biológicas demonstram, em sua escrita, preocupação com a temática. Porém, estar ali escrito no documento não é o suficiente para garantir disciplinas ambientalizadas. O PPC se torna um documento norteador que orientará o docente na sua leitura, o qual deverá se conscientizar da importância da temática e abordá-la em sala de aula.

Outra questão preocupante em relação às disciplinas com indícios de ambientalização nessa área do conhecimento está no curso que mais apresentou esse interesse – e que está centrado nas Ciências Biológicas, legitimando, assim, o discurso que quem deve abordar em sala de aula a questão ambiental é o professor de ciências, pois os demais profissionais pouco tiveram ou não tiveram na graduação uma formação ambiental para por em prática. Deste modo, a academia deve preocupar-se em quebrar tal visão e inserir de fato a Educação Ambiental e a questão da Sustentabilidade Socioambiental em todos os seus currículos. Ao mesmo tempo em que ela garantirá a sua inserção nos currículos, a temática deve ser abordada de tal forma que os docentes juntamente com os discentes possam construir os saberes, considerando, nesse processo, a subjetividade de cada sujeito. Vieira (2015, p. 106) afirma, nesse sentido que.

a fenomenologia existencial, elaborada por Merleau-Ponty, permitiu ser honesto com o cotidiano, e com as experiências possibilitando



uma compreensão do que está posto e não propor o que deve ser [...] distante de um modelo pronto, único e já conceituado de desenvolvimento sustentável pensado impositivamente desconsiderando as subjetividades e a relação com o lugar edificada pelos sujeitos que o compõem.

Após a análise dos PPC's foi-nos possível verificar que os cursos investigados abordam poucas questões ambientais nas suas práticas em sala de aula assim como o encontrado na UNIVALI por Guerra e Figueiredo (2014). Esses autores observaram que há uma

maior concentração das questões ambientais nos currículos, especialmente nas disciplinas dos cursos de graduação das áreas das Engenharias e Ciências Exatas e da Terra, especialmente direcionadas à gestão ambiental. Em segundo lugar, ficou a área de Ciências da Saúde e em menor número os cursos de Licenciatura da UNIVALI (GUERRA E FIGUEIREDO, 2014, p. 153).

As questões levantadas pela pesquisadora no início da pesquisa foram respondidas tanto afirmativamente quanto negativamente, uma vez que se observaram respostas de professores com uma visão integradora referente à Educação Ambiental e a preocupação em garantir, nas ementas de suas disciplinas, fontes e autores que defendem a Educação Ambiental com perspectiva crítica emancipatória. Porém, esta concepção não é o suficiente para afirmar que esses professores fornecem aos discentes uma Educação Ambiental com perspectiva crítica emancipatória. A questão que consistia em verificar se havia interesse por parte dos docentes em incluir a Educação Ambiental no currículo, como já fora explanado, foi bastante significativa, porque apenas parte dos docentes demonstrou interesse apesar de todos reconhecerem a importância da temática. De outra parte, quando questionados se as políticas ambientais da Instituição são implantadas com um trabalho de conscientização da comunidade acadêmica, esses mesmos professores, em sua grande parte, afirmaram que desconhecem ações relacionadas ao tema fornecido pela Instituição. Nesse sentido, entende-se, aqui, que nessa área do conhecimento, na Univille (Licenciaturas – CHB e Direito) cabe um maior incentivo aos estudos das questões ambientais.

Para além das questões curriculares, verificou-se que há ruídos nas comunicações, falhas nas estratégias de marketing ambiental. A universidade

poderia abordar esta questão divulgando a marca UNIVILLE e conscientizando a sociedade. Atualmente a universidade tem feito ações que se enquadram no novo valor de sociedade, como por exemplo, permitir a promoção de bazares de roupas usadas em suas dependências, nas quintas-feiras a tarde disponibiliza um espaço para feira orgânica, e disponibiliza em todo o *campus*, lixeiras para material reciclável. Porém, essas ações deveriam ser melhor exploradas pelo departamento de *marketing* da instituição para que sejam práticas consolidadas na comunidade acadêmica deixando de ser ações isoladas e, ao invés disto, que se torne parte do programa institucional.

A questão da conscientização referente à coleta seletiva deveria ser retomada pela instituição, pois em 2002 quando o programa foi instituído fora feito palestras e trabalhado o tema profundamente com a comunidade acadêmica. Porém, a maioria das pessoas permanece na universidade apenas durante seus cursos e após se afasta da comunidade acadêmica e, por isso, poucos que estão hoje na instituição participaram da formação fornecida anteriormente. É preciso divulgar mensalmente qual material e quantidade foram reciclados para gerar um impacto nas pessoas, fornecer formação para todos os funcionários da universidade sejam eles efetivados ou terceirizados.

Dessa forma, como após as análises das respostas apresentadas no questionário e também decorrente das falas dos chefes dos Departamentos, percebe-se que há possibilidades da implantação de ações que podem viabilizar a sustentabilidade na Instituição. Assim, é-nos possível apresentar sugestões à Instituição com vistas a buscar a ambientalização no *campus* Universitário com o intuito de diminuir e em médio prazo (cinco anos) zerar o uso de copos plásticos pela comunidade acadêmica. Cabe à universidade promover uma campanha de conscientização com os funcionários e discentes quanto às consequências ambientais que o uso de tal material gera (uso exagerado de copos plásticos, por exemplo). Além da campanha de conscientização, a universidade poderá disponibilizar uma caneca de acrílico no momento que o educando efetuar sua matrícula no início da sua jornada acadêmica/escolar e para funcionários/as. Neste mesmo movimento, a universidade poderá instalar pia com sabão próximo às cantinas para que os alunos possam lavar suas canecas após o uso, assim se diminui a produção do plástico e, conseqüentemente, diminuirá a extração da

matéria-prima que é o petróleo, além de que há ainda o fato de ao tomar bebidas ou comer comidas quentes em recipientes plásticos o processo libera toxinas que podem prejudicar o organismo humano. O incentivo do uso de toalhas de pano no colégio da UNIVILLE, orientando para que cada educando traga consigo sua própria toalha para secar as mãos formará uma massa mais consciente com as questões ambientais; o ato de desenvolver uma horta comunitária nas dependências da Universidade com o intuito de trabalhar alimentação saudável na prática com os alunos do Colégio/Universidade da UNIVILLE, proporcionará acesso aos alunos para aprenderem a mexer com a terra.

Pessoas que têm contato com a diversidade tendem a respeitar mais. Possibilitar a criação de uma composteira comunitária para evitar que material orgânico rico em nutrientes acabe no aterro sanitário, que se torna um problema ambiental, deve ser pensado. Com a composteira a universidade poderá auxiliar a comunidade a frear o crescimento do lixo, mostrará para a comunidade o valor nutricional de todo alimento e produzirá seu próprio adubo. Além de criar composteiras, a universidade poderá também oferecer cursos em seu estabelecimento e/ou na comunidade explicando como essas funcionam, sua importância e como cada um pode auxiliar na disseminação de tal cultura. E, por último, mas não menos importante, analisar a possibilidade de implantar um sistema de captação da água da chuva, iniciando, assim, na Instituição, a captação de água para limpeza em geral.

Essas são algumas das propostas possíveis de serem apresentadas como decorrência da pesquisa e que conduzirão a universidade para o processo de ambientalização da instituição como um todo, e não apenas curricular. Mas, afora essas questões, é importante mais uma vez enfatizar o quão é necessário, para os dias atuais, a preocupação com a ambientalização curricular na universidade. Só assim poderá a sociedade vir a receber em seus quadros profissionais verdadeiros cidadãos. Em outras palavras, profissionais preocupados com a sustentabilidade socioambiental e com a justiça social.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações Sociais e a construção da consciência histórica**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em <[www.teses.usp.br/teses/.../48/.../tde.../DissertacaoRonaldoCardosoAlves.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../48/.../tde.../DissertacaoRonaldoCardosoAlves.pdf) > Acesso em 02 nov. 2015.

ALVES, Rubem A. **O amor que acende a lua**. Papirus Editora, 1999.

ANDRADE, Celana Cardoso; HOLANDA, Adriano Furtado. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 259-268, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2010000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BALDIN, Nelma. Fala de abertura do seminário. *In: A promoção da qualidade de vida pela produção do conhecimento e conscientização ambiental*. Joinville: Univille, 2002. Cap. 2, p. 06-09.

BALDIN, Nelma; HEIDEMANN, Andréa; GALLI, Vanilda Barbosa. Educação Ambiental: o desafio da ambientalização curricular nas universidades. *In: Fórum ambiental: uma visão multidisciplinar da questão ambiental*. 2. ed. Tupã: Anap, 2016. Cap. 2, p. 43-60.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é e o que não é.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 180 p.

BORGES, C. Introdução. **Espaços Educadores Sustentáveis.** Junho, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012.** Brasília, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil: Texto Constitucional Promulgado em 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal, ano 2012.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Lei 6938, de 31 ago. 1981.** Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 set. 1981. 69. ed. Caxias do Sul: Juris Plenum, 2003. v. 02.

BRASILIA. **Coleção Educação Ambiental.** Brasília: Senado Federal, 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SILVA, Rosane Souza da Silva. Ambientalização do ensino superior e a experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades.** São Carlos: EESC/ USP, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 2014.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **O que é realidade.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ERHARDT, Brígida Maria. A presença da temática ambiental no ensino fundamental da Rede Municipal de Joinville-SC. *In: A promoção da qualidade de vida pela produção do conhecimento e conscientização ambiental*. Joinville: Univille. Cap.05, p.52-55

FERNANDES, Elisabete T.; CUNHA, Ana Maria O. C.; MARÇAL JUNIOR, Oswaldo. Educação Ambiental e meio ambiente: Concepções de profissionais da educação. *In: Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas*, v. 2, 2003.

FRANÇA, Maria Cristina de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro. Ambiente e sociedade. *In: Ambiente: conhecimento e práticas*. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Cap.4, p.37-53.

FRIEDMAN, Benjamin M. **As consequências morais do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2009. 657 p.

FURLAN, Sandra Aparecida. Apresentação. *In: A promoção da qualidade de vida pela produção do conhecimento e conscientização ambiental*. Joinville: Univille, p.5, 2002.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 29-38, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa em Educação Ambiental. In PHILIPPI, Arlindo; PELICIONE, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2014, p. 627-651, 2014.

GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEREDO, Mara Lúcia. Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas. Curitiba, nº3/2014, p.109-126. **Educar em Revista**. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/38110/23611>>. Acesso em: 19 de fev. 2015

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: No consenso um embate?**

Campinas: Papirus, 2007, 99p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420910&idtema=162&search=santa-catarina|joinville|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014>> Acesso em: 2 set. 2016.

JOINVILLE. Código Municipal do Meio Ambiente. **Lei complementar nº 29, de 14 de junho de 1996**. Joinville, SC: Prefeitura Municipal de Joinville, p.50.

KASTEN, Hercílio. Educação Ambiental e o Projeto Pedagógico da UNIVILLE. **A promoção da qualidade de vida pela produção do conhecimento e conscientização**, 1ª ed. Joinville: UNIVILLE, 2002. cap.05, p. 18-25

KITZMANN, Dione. Ambientalização de Espaços Educativos: aproximações metodológicas. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v.18, p. 553-574, 2007.

KITZMANN, Dione; ASMUS, Milton Luís. Ambientalização sistêmica – do currículo ao socioambiental. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p.269-290, jan./abr.2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A crise ambiental e suas implicações na Educação Ambiental. **Pensando e praticando Educação Ambiental na gestão do meio ambiente**, 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

LIEBER, Renato Rocha; ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. A Sustentabilidade é Sustentável? Educando com o Conceito de Risco. *In*: PHILIPPI, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e sustentabilidade**. 2ª ed. Barueri: Manole, 2014. cap. 29, p. 765- 786.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental crítica: contribuições e desafios. *In* : **Vamos cuidar do Brasil - Conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007, cap. 2, p. 65-82.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; COSSÍO, Mauricio F. Blanco. Um olhar sobre a Educação Ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?. *In*: **Vamos cuidar do Brasil - Conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007, cap.2, p.57-64.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E. P.U, 2012. 99 p

LUZZI, Daniel. Educação Ambiental: Pedagogia, Política e Sociedade. *In*: PHILIPPI, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e sustentabilidade**. 2ª ed. Barueri: Manole, 2014. cap. 15, p. 445- 464.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998, 894f.

MASINI, Elsie F. S. O enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. *In*: FAZENDA, Ivani (organizador). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MEDINA, Naná Mininni. Breve histórico da Educação Ambiental. *In*: PADUA, SM; TABANEZ, MF (Org.) **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília, 1997. p. 257-269

MEDINA, Naná Mininni. **Os Desafios da Formação de Formadores para a Educação Ambiental**. *In*: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (eds.). Educação Ambiental: Desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Signus, 2000.

MENDONÇA, Patrícia Ramos. Políticas de formação continuada de professores e professoras em Educação Ambiental no Ministério da Educação. *In*: MELLO, Soraia



Silva de; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil - Conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007, cap. 1, p. 45-53.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas – 1948**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.

*In:*\_\_\_\_\_. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis, 1994. cap. 01, p.9 -30

MORAES, Márcia Amaral; SCHWANKE, Cibele. Metodologia de pesquisa em meio ambiente. *In:*\_\_\_\_\_. **Ambiente, conhecimentos e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2013. cap. 06, p. 77- 91.

MOREIRA, Tereza. Escola sustentável: currículo, gestão e edificação. *In:* **Espaços Educadores Sustentáveis**. Brasília: TVEscola, 2011, cap. 2, p. 17-22.

OLIVEIRA JUNIOR, Wencesláo Machado de M.; GARGALLO, Josep Bonil; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues; ARBAT, Eva. As 10 características em um diagrama circular. *In:* **JUNYENT, Mercè; GELI, Anna Maria; ARBAT, Eva (Eds.). Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: aspectos Ambientales de les universidades. 2: proceso e caracterización de la Ambientalización Curricular de los Estudios Universitarios**. Girona:Universitat de Girona, v. 2, p. 35-55, 2003.

OLIVEIRA, Sandra Costa de, PELICIONI, Maria Ceclia Focesi. Educação Ambiental para promoção da saúde com trânsito saudável. *In:* PHILIPPI, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2014. p. 965-985

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992**. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; CASTRO, Mary Lobas; PHILIPPI, Arlindo. A Universidade Formando Especialistas em Educação Ambiental. *In* PHILIPPI, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e**

**sustentabilidade... Educação Ambiental e sustentabilidade.** 2ª ed. Barueri: Manole, 2014. cap. 30, p. 787- 797.

PELICIONI, Maria Ceclia Focesi; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da Educação Ambiental. *In*: PHILIPPI, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2014. p. 3-12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Qualidade ambiental em Joinville: Sua ação faz diferença.** Joinville: Ecologus CECIP, 2011

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez; 2010.

RODRIGUES, Cae. A ambientalização curricular de programas de Educação Física em universidades federais do Brasil. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 421-437, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-55092015000300421&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092015000300421&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 Ago. 2016.

ROSA. Ana Maria Almeida. **Visão da Educação Ambiental em cursos de formação de professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.** 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

RUSCHEINSKY, Aloisio. Périplo pela Incorporação da Dimensão Socioambiental: Incertezas, Desafios e Tensões em Trajetórias Universitárias. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil:** Caminhos trilados, desafios e possibilidades. São Carlos: Usp, 2014. , p. 99.

RUSCHEINSKY, Aloísio *et al.* **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil:** Caminhos trilados, desafios e possibilidades. São Carlos: Usp, 2014.

SCHWANKE, Cibele, CADEI, Marilene de Sá. Educação Ambiental. *In:* \_\_\_\_\_. **Ambiente: conhecimento e práticas**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Cap.5, p.55-78.

SHRIBERG, M. Institutional assessment tools for sustainability in higher education. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, Hamburgo, v. 3, n. 3, p. 254-270, 2002.

SORRENTINO, Marcos; BIASOLI, Semíramis. Ambientalização das instituições de educação superior: a Educação Ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis. *In:* RUSCHEINSKY, Aloisio *et al.* **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/ USP, 2014, p.39-46.

SORRENTINO, Marcos; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Universidade e políticas públicas**, Educação em Foco. Juiz de Fora, vol. 14, n. 2, 2010, p. 15-38.

STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. Pesquisar é pronunciar o mundo. **Dizer a sua palavra: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público**. Pelotas: Seiva, p. 11-30, 2005.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: INCUBADORAS DE TRANSFORMAÇÕES NAS COMUNIDADES. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. especial, p.70-78, set. 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3396/2054>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

UNIVILLE. **Projeto Pedagógico do Curso de Artes Visuais**. Joinville, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas**. Joinville, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**. Joinville, 2015c.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de História**. Joinville, 2015d.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Joinville, 2015e.

VIEIRA, Fábio Pessoa. Concepções de sustentabilidade na Educação Ambiental: possibilidades com a fenomenologia. *In:* Giovani Seabra (Org). Educação Ambiental. PERCEPÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE. 2015.

ZIONI, Fabíola. Ciências Sociais e Meio Ambiente. *In:* PHILIPPI, Arlindo; PELICIONE, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2014, p. 37-56.

# **ANEXOS**

**ANEXO 1** – Cópia do Termo de Anuência da Pró-Reitoria de Ensino da UNIVILLE – autorizando a execução da pesquisa nos Departamentos da Instituição

PREZADA PROFA. SIRLEI DE SOUZA  
PRÓ-REITORA DE ENSINO  
UNIVILLE

Esta correspondência tem por objetivo convidá-la a participar, bem como solicitar sua autorização para a execução da pesquisa **AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVILLE**, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelma Baldin (orientadora) e pela mestranda Amanda Carina Leal e Silva, do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, como requisito para a elaboração de sua Dissertação de Mestrado.

A pesquisa tem por objetivo geral elaborar um diagnóstico e sugerir ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade com vistas a um processo de promoção de ambientalização na UNIVILLE. Busca-se, assim, contribuir para a promoção de uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais.

Desta forma, entendemos que a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição à instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal a entrevista possa causar algum desconforto não previsto aos colaboradores do estudo.

O processo de aplicação da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) de levantamento diagnóstico bibliográfico e documental (planos políticos pedagógicos e ementas); 2) de pesquisa de campo com aplicação de questionários aos coordenadores de curso, chefes de departamento e vice-chefes dos departamentos dos cursos de graduação da UNIVILLE. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a situação diagnóstica encontrada e propor possíveis melhorias sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, a nossa solicitação centra-se justamente na sua autorização para aplicarmos a referida pesquisa junto aos Departamentos - com vistas à análise dos Planos Políticos Pedagógicos dos cursos e nas ementas dos professores, e junto aos diversos setores administrativos da PROEN.

A coleta de dados iniciará no segundo semestre de 2015 e se estenderá até o primeiro semestre de 2016. Em caso de dúvidas, será garantido o sigilo das informações e dos informantes, bem como será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos. A pesquisadora responsável pode ser encontrada na sala do *Stricto Sensu* – Sala C-13 (UNIVILLE), cujo ramal telefônico é 9209.

Após ser esclarecida sobre as informações do projeto, no caso de concordar com a aplicação da pesquisa na PROEN (e seus respectivos setores e/ou subdivisões), respeitosamente solicito que assine este documento, que foi elaborado em duas vias. Uma delas ficará em sua posse e a outra com a pesquisadora responsável.

É importante ainda esclarecer que a mestranda Amanda Carina Leal e Silva tem sob responsabilidade o estudo da área Ciências Humanas e Biológicas e Direito envolvendo, portanto, os Departamentos Licenciaturas e Direito.

### **TERMO DE ANUÊNCIA**

Na qualidade de Pró-Reitora de Ensino da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE concordo em participar da pesquisa “AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVILLE”, bem como autorizo que a mesma seja aplicada neste setor. A pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Nelma Baldin e pela mestranda Amanda Carina Leal e Silva, sua orientanda.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data:     /     /     .

# APÊNDICES



APÊNDICE 01 - Cópia da Carta de Apresentação da mestranda aos chefes dos Departamentos envolvidos com a pesquisa

UNIVILLE, de setembro de 2015

Ao/A Professor (a) XXXXXXXX  
Chefe do Departamento de XXXXXXXX

Senhor (a) Chefe,

Sou mestranda regularmente matriculada no Mestrado em Educação da UNIVILLE e sou orientanda da Profa. Dra. Nelma Baldin. Nessa condição, apresento-me a este Departamento para dar início às ações da pesquisa para a elaboração de minha Dissertação de Mestrado.

O meu projeto de pesquisa, intitulado “AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA- ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS tem como *objetivo geral* “Diagnosticar o processo de ambientalização na UNIVILLE por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável” e está vinculado ao projeto “guarda-chuva” aplicado em toda a Instituição UNIVILLE sob a coordenação e responsabilidade da Profa. Dra. Nelma Baldin. Referido projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNIVILLE (Parecer nº 1. 138.317 04/07/2015) e tem a autorização para a devida aplicação do Vice Reitor da UNIVILLE Prof. Dr. Alexandre Cidral e da Pró Reitora de Ensino Profa. Mc. Sirlei de Souza.

Nesse encaminhamento, a pesquisa aponta, como principal benefício, a sua possível contribuição à Instituição, em especial na revisão das ações e na

construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental.

O processo de aplicação da pesquisa está dividido basicamente em três etapas:

1) levantamento diagnóstico documental e bibliográfico com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas, conteúdo programático e bibliografia no Projeto Político Pedagógico do curso;

2) pesquisa de campo com aplicação de questionário *online* com os chefes e vice-chefes dos Departamentos, Coordenadores, Professores e Secretárias dos cursos de Graduação da Área das Ciências Humanas e Jurídicas da UNIVILLE. Caso o retorno das respostas do Questionário *online* em seu Departamento não atenda ao limite estabelecido como desejado para a pesquisa (50% +1 dos participantes), será então aplicada uma entrevista, gravada, com o Chefe do respectivo Departamento.

3) Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a situação diagnosticada encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental. Esse material será a fonte para a elaboração de minha Dissertação de Mestrado.

Assim, contando com o seu apoio para a realização da pesquisa documental e da pesquisa de campo no Departamento sob sua gestão, apresento-lhe as minhas cordiais saudações.

Atenciosamente.

---

Amanda Carina Leal e Silva  
Mestrado em Educação

---

Profa. Dra. Nelma Baldin  
Orientadora e responsável pela pesquisa



## DISCIPLINA AMBIENTALMENTE ORIENTADA

Como já nos referimos anteriormente, entendemos por ambientalização curricular a presença de disciplinas ambientalmente orientadas nos cursos de graduação da PUCRS. Para tanto, estabelecemos que a disciplina deva ter na sua ementa e no seu plano de ensino a explicitação da intenção de tratar a dimensão socioambiental relacionada aos seus conteúdos específicos. Esta dimensão pode vir na forma da discussão dos problemas socioambientais, das relações sociedade e ambiente, das interfaces daquela área de estudos com políticas ambientais ou impactos socioambientais, da sustentabilidade, entre outras temáticas. Assim, excluimos de esta definição disciplinas que, por pertencerem à área das ciências naturais, tradicionalmente estudam conteúdos. Entendemos que compreender tecnicamente as dimensões biológicas, físicas, químicas da natureza sem que se estabeleça explicitamente a intenção de relacionar estes conteúdos à problemática socioambiental não é suficiente para atender ao conceito de ambientalização curricular. Isto significa que apenas a presença de conteúdos curriculares tradicionais que explicam como a natureza funciona não caracteriza estas disciplinas como disciplinas ambientalmente orientadas.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. *et al.* Ambientalização curricular e pesquisas ambientalmente orientadas na PUCRS: um levantamento preliminar. LEME, PCS; PAVESI, A.; ALBA, D.; G., MJD.(Org.). **Visões e experiências iberoamericanas de sustentabilidade nas universidades**, v. 1, p. 137-143, 2011.

## APÊNDICE 03 – Modelo do questionário *online* aplicado na pesquisa

### QUESTIONÁRIO - AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE

PROJETO DE PESQUISA: AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA.

Estamos iniciando a execução de um projeto de pesquisa, aqui na UNIVILLE, para fazermos um breve diagnóstico de o que se entende por Educação Ambiental e Sustentabilidade nos diversos Departamentos da Instituição, e também para vermos como esse tema é tratado nos diversos cursos oferecidos à cidade de Joinville. O título do projeto guarda-chuva é: Ambientalização Curricular na Universidade: Diálogo Interdisciplinar da Sustentabilidade Socioambiental para Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação - atendendo a comunidade acadêmica.

Para tanto, aplicaremos um questionário, *online*, onde levantaremos as informações acima especificadas.

Pesquisadora Responsável: Profa. Dra. Nelma Baldin

Questionário adaptado de:

HEIDEMANN, A. Ambientação curricular no Instituto Federal de Santa Catarina: sustentabilidade socioambiental para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. Tese (Doutorado em Saúde e Meio Ambiente), Joinville: UNIVILLE, 2015 (em andamento).

LEME, P. C. S., PAVESI, A. A plataforma da sustentabilidade como base para a construção coletiva de comunidades universitárias solidárias e sustentáveis. In LEME, PCS; PAVESI, A.; ALBA, D; G., MJD.(Org.). Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades, Madri: Gráfica Alhambra, v. 1, 2011, p. 198-204.

Realizei a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordo com os termos da presente pesquisa, conforme dispõe a Resolução CNS 466/2012.

Sim

1 – Qual o cargo que você ocupa atualmente na UNIVILLE?

- Chefe de Departamento
- Vice-chefe de Departamento
- Professor (a)
- Funcionário (a)

2 – Com qual (is) departamento(s) da Instituição você se encontra vinculado? Seleccione todas as opções de departamentos com os quais você encontra-se vinculado.

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Educação Física                  | <input type="checkbox"/> Artes Visuais            |
| <input type="checkbox"/> Farmácia                         | <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas      |
| <input type="checkbox"/> Medicina                         | <input type="checkbox"/> Direito                  |
| <input type="checkbox"/> Odontologia                      | <input type="checkbox"/> Educação Física          |
| <input type="checkbox"/> Psicologia                       | <input type="checkbox"/> História                 |
| <input type="checkbox"/> Arquitetura e Urbanismo          | <input type="checkbox"/> Letras                   |
| <input type="checkbox"/> Design                           | <input type="checkbox"/> Pedagogia                |
| <input type="checkbox"/> Engenharia Ambiental e Sanitária | <input type="checkbox"/> Administração            |
| <input type="checkbox"/> Engenharia Civil                 | <input type="checkbox"/> Ciências Contábeis       |
| <input type="checkbox"/> Engenharia de Produção           | <input type="checkbox"/> Comércio Exterior        |
| <input type="checkbox"/> Engenharia de Software           | <input type="checkbox"/> Economia                 |
| <input type="checkbox"/> Engenharia Mecânica              | <input type="checkbox"/> Publicidade e Propaganda |
| <input type="checkbox"/> Engenharia Química               | <input type="checkbox"/> Outro:                   |

3 – Na sua compreensão, o que é Educação Ambiental?

4 – Você acredita que a Educação Ambiental seja um tema importante nos cursos de graduação? Por quê?

- De que forma você classificaria esta importância?
- sem importância
- pouca importância

- Importante
- bastante importante
- extrema importância

5 – Você promove/promoveu ou participa/participou de atividades realizadas na UNIVILLE voltadas a temática da Educação Ambiental?

- Sim  Não

Em caso de ter respondido "SIM":

- sim, nas disciplinas com as quais trabalho
- sim, em trabalhos de pesquisa
- sim, em projetos de extensão
- sim, em programas institucionais
- sim, em eventos abertos (palestras, seminários, oficinas)
- sim, em comissões ou conselhos institucionais
- sim, em atividades de lazer
- Outro:

6 – O campus da UNIVILLE possui um Plano Diretor/Plano de Gestão Ambiental?

- sim, eu participei da elaboração
- sim, mas não participei da elaboração
- sim, mas não participo
- não possui
- Desconheço

7 – No seu ver, a UNIVILLE estimula a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação?

- Sim  Não  Como?

8 – O que o motiva/motivaria a participar ou promover ações voltadas à temática da Educação Ambiental no campus?

- a própria importância de que tais ações sejam desenvolvidas
- a complementação da minha formação profissional
- a promoção de encontros, relações pessoais, saúde e bem-estar

- o reconhecimento do trabalho realizado
- até agora, não me envolvi com o tema
- outro:

9 - Você recebe ou recebeu da Instituição capacitação para trabalhar com estas questões relacionadas a Sustentabilidade Socioambiental?

- Sim  Não                    Se "SIM", quais?

10 – Quais são as dificuldades que você encontrou/encontra para sua participação nas ações desenvolvidas na temática de Educação Ambiental e Sustentabilidade?

- falta de interesse
- falta de tempo
- falta de informação
- falta de apoio institucional
- não tenho dificuldades
- Outros:



## APÊNDICE 04 - Modelo do Roteiro de Questões aplicado nas entrevistas aos chefes de departamento

### ROTEIRO DE ENTREVISTA - QUESTÕES NORTEADORAS

1- Na sua compreensão, o que é Educação Ambiental? Como você compreende a importância de tal temática?

2- No setor sob sua gestão, a EA é contemplada de alguma maneira? Se sim, de que maneira esta temática (EA) é incluída no planejamento do departamento para os próximos anos? Que ações estão previstas?

3- A Instituição oferece capacitação que contemple a EA e destinadas aos servidores e docentes?

4- A instituição desenvolve projetos ou programas que estimulem a discussão de temas como sustentabilidade socioambiental, Educação Ambiental e meio ambiente? E o departamento? E a sua pessoa, tem interesse de desenvolver algo neste sentido?

5- Você tem alguma proposta que poderia ser desenvolvida com relação às temáticas de SS, EA e MA?

6- Em sua opinião a Instituição apresenta-se como uma Instituição que prima ou prioriza a sustentabilidade socioambiental?

APÊNDICE 05– Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue aos participantes da pesquisa para assinatura.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)-  
CHEFE DE DEPARTAMENTO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA- ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E JURÍDICAS elaborada pela pesquisadora responsável Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelma Baldin (orientadora) e pela mestranda Amanda Carina Leal e Silva, do Mestrado em Educação da UNIVILLE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

A pesquisa tem por objetivo geral “Diagnosticar o processo de ambientalização na UNIVILLE por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável”. Desta forma, a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição à Instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal no ato de responder ao questionário possa causar algum desconforto não previsto aos participantes.

O processo da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) de levantamento diagnóstico documental e bibliográfico com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas e no Projeto Político Pedagógico dos cursos; 2) de pesquisa de campo com aplicação de questionário *online* com os chefes e vice-chefes de departamento, coordenadores, professores e secretárias dos cursos de graduação da área de ciências humanas, biológicas e jurídicas da UNIVILLE. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade

de expor a situação diagnosticada encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

A participação na pesquisa é de caráter voluntário e você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido o esclarecimento antes e durante a aplicação da pesquisa acerca de quaisquer dúvidas. Os resultados da pesquisa serão apresentados pela mestrandia na defesa de sua Dissertação, na UNIVILLE.

Será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A pesquisadora responsável pode ser encontrada no Departamento – Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, no seguinte endereço: Campus Universitário – Joinville – SC, telefone (47) 3461-9209. É importante salientar que não há despesas pessoais ou compensações financeiras previstas para o participante em qualquer fase do estudo. Se existir qualquer despesa eventual, esta será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os dados coletados na pesquisa serão mantidos sob a guarda da pesquisadora responsável pelo período de cinco anos. Após esse prazo serão destruídos (Resolução CNS 466/2012)

Informa-se, ainda, que é garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo além da publicação no ato de defesa de Dissertação de Mestrado, também poderão ser apresentados em congressos e/ou artigos publicados em revistas científicas, sem que ocorra a divulgação dos nomes dos participantes.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação dos sujeitos (TCLE), que lhe está sendo entregue em duas vias, uma delas é de posse do participante e a outra fica com a pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Solicita-se ainda a permissão para a divulgação dos dados da pesquisa em artigos e eventos científicos, bem como de possíveis imagens da Instituição que possam vir ser geradas durante a aplicação da pesquisa.

Joinville, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Profª Drª Nelma Baldin  
Pesquisadora Responsável  
RG 136498-SC

Amanda Carina Lea e Silva  
Mestrado em Educação  
RG 5.288.438-4

Assinatura do participante  
RG

ATENÇÃO: Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVILLE. Endereço: Rua Paulo Malschitzki, 10 – Bairro Zona Industrial – Campus Universitário – CEP 89219-710 – Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

APÊNDICE 06 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - coordenador de curso

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) -  
COORDENADOR DE CURSO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA- ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E JURÍDICAS, elaborada pela pesquisadora responsável Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelma Baldin (orientadora) e pela mestranda Amanda Carina Leal e Silva do Mestrado em Educação da UNIVILLE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

A pesquisa tem por objetivo geral “Diagnosticar o processo de ambientalização na UNIVILLE por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável”. Desta forma, a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição à Instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal no ato de responder ao questionário possa causar algum desconforto não previsto aos participantes.

O processo da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) de levantamento diagnóstico documental e bibliográfico com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas e no Projeto Político Pedagógico dos cursos; 2) de pesquisa de campo com aplicação de questionário *online* com os chefes e vice-chefes de departamento, coordenadores, professores e secretárias dos cursos de graduação da área das ciências humanas, biológicas e jurídicas da UNIVILLE. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade

de expor a situação diagnosticada encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

A participação na pesquisa é de caráter voluntário e você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido o esclarecimento antes e durante a aplicação da pesquisa acerca de quaisquer dúvidas. Os resultados da pesquisa serão apresentados pela mestrandia na defesa de sua Dissertação, na UNIVILLE.

Será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A pesquisadora responsável pode ser encontrada no Departamento – Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, no seguinte endereço: Campus Universitário – Joinville – SC, telefone (47) 3461-9209. É importante salientar que não há despesas pessoais ou compensações financeiras previstas para o participante em qualquer fase do estudo. Se existir qualquer despesa eventual, esta será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os dados coletados na pesquisa serão mantidos sob a guarda da pesquisadora responsável pelo período de cinco anos. Após esse prazo serão destruídos (Resolução CNS 466/2012).

Informa-se, ainda, que é garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo além da publicação no ato de defesa de Dissertação de Mestrado, também poderão ser apresentados em congressos e/ou artigos publicados em revistas científicas, sem que ocorra a divulgação dos nomes dos participantes.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo de consentimento de participação dos sujeitos (TCLE), que lhe está sendo entregue em duas vias, uma delas é de posse do participante e a outra fica com a pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Solicita-se ainda a permissão para a divulgação dos dados da pesquisa em artigos e eventos científicos.

Joinville, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Amanda Carina Leal e Silva  
Mestranda pesquisadora  
RG 52.88.438-4

Assinatura do participante  
RG

Profª Drª Nelma Baldin  
Pesquisadora Responsável  
RG 136498-SC

ATENÇÃO: Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVILLE. Endereço: Rua Paulo Malschitzki, 10 – Bairro Zona Industrial – Campus Universitário – CEP 89219-710 – Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

APÊNDICE 07 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) –  
Professor

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) -  
PROFESSOR

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA- ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E JURÍDICAS, elaborada pela pesquisadora responsável Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelma Baldin (orientadora) e pela mestranda Amanda Carina Leal e Silva do Mestrado em Educação da UNIVILLE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

A pesquisa tem por objetivo geral “Diagnosticar o processo de ambientalização na UNIVILLE por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável”. Desta forma, a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição a Instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal no ato de responder ao questionário possa causar algum desconforto não previsto aos participantes.

O processo da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) de levantamento diagnóstico documental e bibliográfico com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas e no Projeto Político Pedagógico dos cursos; 2) de pesquisa de campo com aplicação de questionário *online* com os chefes e vice-chefes de departamento, coordenadores, professores e secretárias dos cursos de graduação das ciências humanas, biológicas e jurídicas da UNIVILLE. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a



situação diagnosticada encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

A participação na pesquisa é de caráter voluntário e você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido o esclarecimento antes e durante a aplicação da pesquisa acerca de quaisquer dúvidas. Os resultados da pesquisa serão apresentados pela mestrandia na defesa de sua Dissertação, na UNIVILLE.

Será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A pesquisadora responsável pode ser encontrada no Departamento – Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, no seguinte endereço: Campus Universitário – Joinville – SC, telefone (47) 3461-9209. É importante salientar que não há despesas pessoais ou compensações financeiras previstas para o participante em qualquer fase do estudo. Se existir qualquer despesa eventual, esta será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os dados coletados na pesquisa serão mantidos sob a guarda da pesquisadora responsável pelo período de cinco anos. Após esse prazo serão destruídos (Resolução CNS 466/2012).

Informa-se, ainda, que é garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo além da publicação no ato de defesa de Dissertação de Mestrado, também poderão ser apresentados em congressos e/ou artigos publicados em revistas científicas, sem que ocorra a divulgação dos nomes dos participantes.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo de consentimento de participação dos sujeitos (TCLE), que lhe está sendo entregue em duas vias, uma delas é de posse do participante e a outra fica com a pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Solicita-se ainda a permissão para a divulgação dos dados da pesquisa em artigos e eventos científicos.

Joinville, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Amanda Carina Leal e Silva  
Mestranda pesquisadora  
RG 52.88.438-4

Assinatura do participante

RG

Profª Drª Nelma Baldin  
Pesquisadora Responsável  
RG 136498-SC

ATENÇÃO: Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVILLE. Endereço: Rua Paulo Malschitzki, 10 – Bairro Zona Industrial – Campus Universitário – CEP 89219-710 – Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

APÊNDICE 08 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) –  
Secretária

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - SECRETÁRIA

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- ATENDENDO A COMUNIDADE. Requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

A pesquisa tem por objetivo geral “Diagnosticar o processo de ambientalização na UNIVILLE por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável”. Desta forma, a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição a Instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal no ato de responder ao questionário possa causar algum desconforto não previsto aos participantes.

O processo da pesquisa - ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS, elaborada pela pesquisadora responsável Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelma Baldin (orientadora) e pela mestrande Amanda Carina Leal e Silva, do Mestrado em Educação da UNIVILLE, como será dividido basicamente em duas partes: 1) de levantamento diagnóstico documental e bibliográfico com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas e no Projeto Político Pedagógico dos cursos; 2) de pesquisa de campo com aplicação de questionário *online* com os chefes e vice-chefes de departamento, coordenadores, professores e secretárias dos cursos de graduação da área das ciências humanas e jurídicas da UNIVILLE. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a situação

diagnosticada encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

A participação na pesquisa é de caráter voluntário e você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido o esclarecimento antes e durante a aplicação da pesquisa acerca de quaisquer dúvidas. Os resultados da pesquisa serão apresentados pela mestrandia na defesa de sua Dissertação, na UNIVILLE.

Será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A pesquisadora responsável pode ser encontrada no Departamento – Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, no seguinte endereço: Campus Universitário – Joinville – SC, telefone (47) 3461-9209. É importante salientar que não há despesas pessoais ou compensações financeiras previstas para o participante em qualquer fase do estudo. Se existir qualquer despesa eventual, esta será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os dados coletados na pesquisa serão mantidos sob a guarda da pesquisadora responsável pelo período de cinco anos. Após esse prazo serão destruídos (Resolução CNS 466/2012).

Informa-se, ainda, que é garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo além da publicação no ato de defesa de Dissertação de Mestrado, também poderão ser apresentados em congressos e/ou artigos publicados em revistas científicas, sem que ocorra a divulgação dos nomes dos participantes.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo de consentimento de participação dos sujeitos (TCLE), que lhe está sendo entregue em duas vias, uma delas é de posse do participante e a outra fica com a pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Solicita-se ainda a permissão para a divulgação dos dados da pesquisa em artigos e eventos científicos.

Joinville, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Profª Drª Nelma Baldin  
Pesquisadora Responsável  
RG 136498-SC

Amanda Carina Leal e Silva  
Mestranda pesquisadora  
RG

Assinatura do participante  
RG

ATENÇÃO: Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVILLE. Endereço: Rua Paulo Malschitzki, 10 – Bairro Zona Industrial – Campus Universitário – CEP 89219-710 – Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

APÊNDICE 09 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) -  
Vice-Chefe de Departamento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- VICE-  
CHEFE DE DEPARTAMENTO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- ATENDENDO A COMUNIDADE ACADÊMICA- ÁREA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS, elaborada pela pesquisadora responsável Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelma Baldin (orientadora) e pela mestranda Amanda Carina Leal e Silva do Mestrado em Educação da UNIVILLE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

A pesquisa tem por objetivo geral “Diagnosticar o processo de ambientalização na UNIVILLE por meio de ações estratégicas para uma política institucional de sustentabilidade, visando contribuir para uma formação acadêmica, científica e tecnológica integrada às questões socioambientais e voltando-se para a constituição de um Espaço Educador Sustentável”. Desta forma, a pesquisa apresenta como principal benefício a sua possível contribuição a Instituição, em especial na revisão das ações e na construção de novas propostas de intervenção com vistas à sustentabilidade socioambiental. Não obstante, esses procedimentos oferecem riscos mínimos aos participantes, tendo em vista que por algum motivo pessoal no ato de responder ao questionário possa causar algum desconforto não previsto aos participantes.

O processo da pesquisa está dividido basicamente em duas partes: 1) de levantamento diagnóstico documental e bibliográfico com pesquisa para a busca de indícios de ambientalização nas ementas e no Projeto Político Pedagógico dos cursos; 2) de pesquisa de campo com aplicação de questionário *online* com os chefes e vice-chefes de departamento, coordenadores, professores e secretárias dos cursos de graduação da área de ciências humanas e jurídicas da UNIVILLE. Ao término desse processo, será elaborado um relatório com a finalidade de expor a

situação diagnosticada encontrada e propor possíveis intervenções pedagógicas sintonizadas com o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

A participação na pesquisa é de caráter voluntário e você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como terá livre acesso aos resultados do estudo e garantido o esclarecimento antes e durante a aplicação da pesquisa acerca de quaisquer dúvidas. Os resultados da pesquisa serão apresentados pela mestrandia na defesa de sua Dissertação, na UNIVILLE.

Será garantido o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A pesquisadora responsável pode ser encontrada no Departamento – Doutorado e Mestrado em Saúde e Meio Ambiente da UNIVILLE, no seguinte endereço: Campus Universitário – Joinville – SC, telefone (47) 3461-9209. É importante salientar que não há despesas pessoais ou compensações financeiras previstas para o participante em qualquer fase do estudo. Se existir qualquer despesa eventual, esta será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os dados coletados na pesquisa serão mantidos sob a guarda da pesquisadora responsável pelo período de cinco anos. Após esse prazo serão destruídos (Resolução CNS 466/2012).

Informa-se, ainda, que é garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os resultados deste estudo além da publicação no ato de defesa de Dissertação de Mestrado, também poderão ser apresentados em congressos e/ou artigos publicados em revistas científicas, sem que ocorra a divulgação dos nomes dos participantes.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine este termo de consentimento de participação dos sujeitos (TCLE), que lhe está sendo entregue em duas vias, uma delas é de posse do participante e a outra fica com a pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Solicita-se ainda a permissão para a divulgação dos dados da pesquisa em artigos e eventos científicos, bem como de possíveis imagens da Instituição que possam vir ser geradas durante a aplicação da pesquisa.

Joinville, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Amanda Carina Leal e Silva

Mestranda pesquisadora

RG 5.288.438-4

---

Profª Drª Nelma Baldin  
Pesquisadora Responsável  
RG 136498-SC

---

Assinatura do participante  
RG

ATENÇÃO: Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVILLE. Endereço: Rua Paulo Malschitzki, 10 – Bairro Zona Industrial – Campus Universitário – CEP 89219-710 – Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.



## AUTORIZAÇÃO

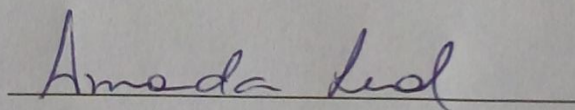
Nome do autor: Amanda Carina Leal e Silva

RG: 5288438

Título da Dissertação: "AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA UNIVERSIDADE - ÁREAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS E DIREITO".

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 23/10/2017.



Amanda Carina Leal e Silva